



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

- DEGRAVAÇÃO -
17ª REUNIÃO PLENÁRIA

Ipsis Verbis

Dia: 19 de abril de 2017

Brasília/DF

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Dia: 18/04/2017

Local: Auditório do Anexo I – Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes – Brasília – Distrito Federal.

TRANSCRIÇÃO: 18ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CNAPO)

Manhã:

Rogério Neuwald (SNAS) CNAPO– Obrigado pela presença de todas e todos. Na Primeira reunião ordinária de 2017 e na última mesa coordenadora foi definida fazer uma sistemática um pouco diferente do tradicional das reuniões das subcomissões. Geralmente as subcomissões se reúnem independentemente e como nós estamos em um processo de renovação dos membros da sociedade civil, que serão empossados amanhã na plenária e também estamos em um processo constante de tentar fortalecer as subcomissões de dá mais dinamismo e trabalhar se achou por bem fazer um debate, alguns encaminhamentos antes do trabalho das subcomissões para que a gente pudesse iniciar.

Marco Pavarino – Coordenador na SEAD – Bom dia à todas e todos. Eu sou Marco Pavarino e sou do Incra e estou no MDA há algum tempo sempre nessa pauta de meio ambiente e a gente está assumindo uma coordenação que está se estruturando dentro da Secretaria que é uma coordenação de agroecologia e produção sustentável, uma coordenação nova que está agregando todos esses temas todos de agroecologia, produção orgânica, sociobiodiversidade, plantas medicinais, fitoterápicos, *Slow Food* de todo esse conjunto. Finalmente a gente tem uma estrutura que vai poder, institucionalmente, dar conta de alguns temas.

Apresentações

- Gabriela Cunha – Trabalho na Coordenação de Agroecologia com o Pavarino na SEAD.
- Jéssica – Economia solidária e vim conhecer à convite.
- Michela Calaça – Movimento de mulheres Camponesas.
- Verônica – Movimento da mulher trabalhadora rural do Nordeste.
- Sara – CONTAG da Assessoria da Secretaria de mulheres.
- Beth – Grupo de trabalho de mulheres de Articulação Nacional de Agroecologia.
- Rogério Dias – da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura.

- Eliziane – Coordenação de Educação do Campo do INCRA.
- Elson (zumbi) – Representa o Sistema chamado de STPORG.
- Evo Macgnan – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), mas apresentação da rede ECOVIDA.
- Suyá – Trabalhei nos últimos anos na Secretaria Executiva da CIAPO (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica), atualmente estou no Ministério do Planejamento, mas amanhã estarei indo para o Ministério do Meio Ambiente.
- Generosa – UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) e sou da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia)
- Giovani – representante Rede Ater Nordeste, antes quem representava era a Sinara.
- Denis – Secretaria Executiva da Articulação Nacional de Agroecologia, participa da CNAPO à quatro anos e meio.
- Paulo – representante da Rede Cerrado, que compõe a articulação nacional agroecologia.
- Luciano – ASPTA, membro da STSEMENTES na CNAPO.
- Dulce Alves – da EMBRAPA da supervisão de curadorias de germoplasma.
- Sandra da Costa – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e trabalha na diretoria de programas e políticas de Inclusão social.
- Sara Lopes – Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE).
- Luz Marilda – CNAPO (Compõe a equipe do Sr. Rogério Neuwald).
- Carol Bethânia – Não está ligada à nenhum órgão, mas é mestranda em Sociologia e está apenas acompanhando a reunião.
- André Araújo – Servidor Concursado do INCRA e está em transição para trabalhar na SEAD.
- André – INCRA de Sergipe – SE.
- Marcio – INCRA superintendência do Acre – AC.
- Marisson – CONAB.
- Camila – CONAB.
- Vitor – Representando a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA.
- Alan Milhomens – Ministério do Meio Ambiente da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Irá atuar juntamente com a Suyá.
- José Augusto – FUNAI.
- José Spindola – EMBRAPA e participa da ST Conhecimento.
- Jussi – ANVISA.
- Carlos – ANVISA.
- Chicão - Movimento sem terra (MST).
- Juliana Simão – Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Rogério Neuwald – A proposta inicial seria realizar uma conversa e repassar as orientações sobre as ST's e a própria plenária, que continua no dia seguinte. Logo após falar sobre a organização dessas ST's e depois desenvolver uma fala da CIAPO sobre o monitoramento do PLANAPO e planos operativos 2017. Desta forma, estamos propondo inverter um pouco essa programação e o senhor Marco Pavarino já falar sobre o monitoramento e os planos operativos, em função dele ter horário marcado para uma consulta médica e precisará se ausentar.

Marco Pavarino – Primeiramente gostaria de agradecer, em nome da SEAD, ao trabalho realizado pela senhora Generosa na pauta de agroecologia. O senhor Pavarino não participou da última reunião da mesa coordenadora, pois estava em procedimento cirúrgico, entretanto, sabe que nessa mesa coordenadora foram apontados dois encaminhamentos e dois deles couberam a ele falar pela CIAPO, que por sua vez é o tema do monitoramento do PLANAPO e, também, dos planos operativos.

O objetivo é fazer uma fala mais introdutória para repassar uma devolutiva de como está o monitoramento do PLANAPO, relativo à 2016. Primeiramente é essencial salientar que estamos falando no PANAPO 2016-2019 atualizado e aconteceram algumas atualizações, mas explicará sobre o porquê dessas atualizações e isso será mais detalhado nas subcomissões temáticas. Nessas subcomissões temáticas os membros conseguirão acompanhar e entender, além de ver os números, o que foi feito, o percentual de SEAD uma das ações que estavam previstas, algumas iniciativas tivemos supressão e outras tivemos mudanças de números em função de um processo que o senhor Pavarino explicará os porquês.

Tivemos a primeira publicação no Diário Oficial da União (DOU) no dia 05 de maio de 2016 e logo depois passamos por um processo de revisão e revalidação que foi deliberada pela própria CIAPO/CNAPO em setembro e iniciamos um processo de revalidação do PLANAPO a partir de outubro, onde teve aquele ofício circular que foi encaminhado para todos os órgãos de governo que compõem o PLANAPO. Após isso, tivemos a revalidação pela CIAPO em novembro, onde tivemos especificamente metas alteradas, porém as iniciativas não foram mudadas por conta desse processo todo de revisão e revalidação. Depois tivemos a vigésima sétima reunião da CIAPO, que foi em fevereiro, onde tivemos a aprovação da proposta de monitoramento daquilo que foi desenvolvido em 2016, não precisamos repetir que foi um ano diferente dos outros, afinal, tivemos alguns processos mais complicados em relação à continuidade de algumas ações, mas foi aprovado esse monitoramento do ano de 2016.

O processo de monitoramento foi feito como atualização paralela, ao mesmo tempo em que fizemos esse monitoramento, ou seja, indo até os parceiros e observando o que foi desenvolvido e o que não foi desenvolvido, também vimos a necessidade de uma atualização, que por sua vez foi feita em paralelo e os motivos serão apresentados posteriormente. As principais alterações e justificativas de revisão e atualização também serão explicadas mais à frente na fala. Tivemos uma atualização do Plano devido a alguns motivos, primeiramente a presença de novos gestores, que após reuniões entre eles e a área técnica, manifestaram que as metas e iniciativas que foram assumidas e que não entendiam, ao certo, qual o contexto em que foram assumidas e, portanto, alguns gestores “não endossaram” certas iniciativas e em outras as próprias áreas técnicas identificaram problemas. E nessa identificação de

problemas tivemos que fazer ajustes, desta forma, nós assumimos que nesse papel de atualização, esses ajustes eram necessários e eles foram feitos juntamente com o monitoramento de 2016. Por isso que o senhor Pavarino afirmou que o monitoramento de 2016 que será apresentado é do PLANAPO atualizado, pois não fazia sentido realizar esse monitoramento de algo que estava em processo de alteração, como por exemplo, de iniciativas que foram suprimidas.

No quadro geral nós temos a diferença em relação ao apresentado na vigésima sétima reunião, a revisão em curso, tínhamos 30 metas e baixamos para 28, além das 201 iniciativas e reduzimos para 183. Na apresentação existe uma observação de quem o MAPA e o MEC não se manifestaram oficialmente, mas as áreas técnicas já concluíram a análise das áreas do PLANAPO e manifestado o que deve permanecer e o que não deve, além das alterações que teriam que ser feitas. Então temos um trabalho realizado pela Gabriela, e uma parte considerável dos órgãos de governos presentes teve uma relação direta com ela nesse processo. Temos um quadro que apresenta, naquele total de iniciativas, quais são as iniciativas que são classificadas e consideradas como meios e quais são as consideradas fins, pois tem aquela história: “Criaram um GT, mas o que é, se isso impacta diretamente, editar uma portaria”, então tem aquele exercício considerado livre por não estar amarrado em nenhuma conceituação do que é meio ou fim, entretanto, temos 99 iniciativas “fim” e 86 iniciativas “meio” nesse processo final de atualização que foi realizado.

Pode-se realizar uma comparação, presente no quadro da apresentação do senhor Pavarino, entre as iniciativas da vigésima sétima e vigésima oitava reunião, porém, não será abordado com detalhes agora, pois esses dados serão apresentados nas ST's. O número de iniciativas por cada instituição responsável, então temos a SEAD com 82, o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) com 30, o Inkra 18, MMA com 29. A proporção entre as reuniões são as mesmas e são consideradas as iniciativas institucionais, entretanto, não tiveram muitas alterações significativas até porque nós não poderíamos ter alterações de mérito relevantes, devido de um processo que foi a construção da CNAPO.

Os resultados do monitoramento, especificamente em relação a 2016, foram que das 93 iniciativas com execução prevista para esse mesmo ano. 79 já foram monitoradas, ou seja, a grande maioria. Foram realizadas também dezesseis reuniões técnicas com os órgãos parceiros, além disso, das vinte áreas identificadas, já foram recebidas dezoito fichas de monitoramento. Essas fichas, segundo o senhor Pavarino, serão apresentadas ao público da 17ª Reunião da CNAPO e consistem em um instrumento muito didático e potente em relação ao acompanhamento das ações desenvolvidas e percentuais de cumprimento, exemplos dessas fichas são os dados desagregados e arquivos complementares, algumas delas têm informação de gênero e outras nem tanto, ou seja, aqueles órgãos que têm e existe a possibilidade de termos essas informações e os outros servem para se pensar em como esses assuntos devem ser pensados futuramente. Ainda falta o MEC (Ministério da Educação), o MMA (DEX) e a FUNAI. Portanto, o monitoramento no PLANAPO consiste nisso e o público presente será apresentado mais detalhado às fichas nas subcomissões temáticas, para entenderem e darem os pareceres necessários para propor aperfeiçoamentos.

O outro ponto são os Planos Operativos, que também ficaram na atribuição na CIAPO para organizar isso junto aos órgãos de Governo para que seja apresentada, e isso também foi uma demanda apresentada pela mesa coordenadora, os Planos Operativos para 2017, ou seja, o que se pensa em fazer em relação a recursos e metafísica . Cada subcomissão temática, a partir das prioridades que foram definidas,

A partir das prioridades que foram definidas nas subcomissões temáticas serão apresentadas por cada órgão de Governo aquilo que se chama de “Plano operativo”, chamando atenção para a inexistência de um modelo de Plano operativo, até por uma questão de tempo em relação à possíveis falhas com a comunicação entre os órgãos de Governo. Entretanto, o que se pretende é apresentar o que temos de recurso, como por exemplo: a assistência técnica que apresentará o que tem de recurso e o que se pretende com esse recurso no ano de 2017, quais as áreas de atuação, no grau de detalhamento possível de ser feito, alguns outros órgãos não terão esse grau de detalhamento e será, inclusive, uma parte da LOA, ou seja, o que temos de recurso previsto para determinada ação. Desta forma, o senhor Pavarino ressalta a importância da compreensão, principalmente da sociedade civil, em relação às informações que ainda teremos que ter um grau maior de aprofundamento no futuro para realizar esse repasse. A lógica do processo todo será apresentada pelo senhor Rogério Neuwald, de como será a devolutiva e como se dará o trabalho hoje e amanhã.

Rogério Neuwald – Gostaríamos de deixar a palavra para a realização de perguntas.

Beth – Tenho duas dúvidas, primeiramente não ficou claro quando o senhor Pavarino falou quanto teremos acesso ao PLANAPO dois revisado, afinal, foi dito que ele aconteceu uma revisão, diminuíram metas, mas não recebemos essas informações. O único PLANAPO que nós conhecemos foi o lançado em 2016. A outra dúvida é em relação aos Planos Operativos, pois quando você falou que não existe um modelo, pois as reuniões das subcomissões começaram ontem e tivemos a reunião da subcomissão temática de mulheres e nada foi apresentado, ou seja, nem o PLANAPO revisado nem um Plano Operativo e aonde iremos dialogar isso se não for dentro das subcomissões temáticas? Inclusive estava na programação e não aconteceu, então, isso foi um ponto que trouxe bastante preocupação, ou seja, de que Plano Operativo nós estamos falando se a reunião da subcomissão temática de mulheres já acabou e não terá outra por agora? Aonde vamos ficar sabendo sobre os cortes, o que está previsto para 2017 em relação às iniciativas das mulheres?

Paravino – É verdade. Especificamente sobre a ST Mulheres, nós tivemos um problema de comunicação em relação à necessidade de termos o Plano Operativo e também a parte de monitoramento apresentadas. Desta forma, eu me comprometo a juntamente com a SDR, que estava responsável por fazer essa apresentação na subcomissão temática, de realizarmos esse procedimento todo e, de alguma forma, disponibilizar isso para todos os integrantes da ST. E isso não acontecerá nas outras subcomissões temáticas, por exemplo, todo o Plano Operativo referentes a aquelas ações prioritárias que foram identificados deverão ser apresentadas e debatidas nas ST's e também o monitoramento. Isso foi uma falha que reconhecemos, especificamente à subcomissão temática de mulheres e teremos que ver a melhor forma de sanar essa questão. Não sei se até amanhã teremos como conversar com a SDR e realizar uma apresentação na própria na Plenária.

Acho que não precisamos ressaltar o processo de reestruturação que a SEAD passou, inclusive da sua estrutura. Ressalto que essa situação não deve justificar esse tipo de problema e questão, mas tenho que trazer que tiveram problemas internos em relação à comunicação sobre como as formas que isso chegaria. Em nome do Secretário Everton, reafirmo que não existe nenhum direcionamento em relação à isso, foi uma falha especificamente nesse ponto, por isso que me comprometo que amanhã retomemos essa questão para termos aqui o que faltou na subcomissão. O segundo questionamento que a senhora Beth traz é o de “qual é o PLANAPO?” e como disse é o atualizado, que creio que boa parte de vocês não conhecem, pois o PLANAPO oficial, que está na página da SEAD ou páginas de alguns outros órgãos que disponibilizam, ou seja, que foi construído e lançado em maio de 2016. Nós temos que combinar como esse processo de apropriação daquilo que está atualizado e precisamos ver durante o dia de hoje, nas próprias comissões temáticas, como montamos esse calendário, a SEAD está fazendo um movimento de socializar isso com a CIAPO, no âmbito do governo, e qual o documento que estamos monitorando, afinal, isso é essencial para o público, já que todos participaram da construção dele.

Rogério Neuwald – É importante esclarecer que tanto a demanda do monitoramento quanto os Planos Operativos, foram demandas que vieram da Plenária da CNAPO de novembro, onde foi definido que queria se saber o que tinha acontecido em 2016, assim como o que estaria previsto de orçamento para o Plano em 2017. Essa foi a pedida que veio da Plenária passada e então todo encaminhamento que a mesa coordenadora deu posteriormente na reunião de 22 de março foi nesse sentido. Desta forma, talvez a gente não tenha dado uma resposta final e à contento, em função de que não conseguimos ter a resposta e a posição de todos os Ministérios, em relação à isso. Acho fundamental agora, pois um dos grandes motivos que levou para toda essa situação, que alguns Ministérios como o MEC e o MAPA não conseguiram manifestar formalmente pelos seus gestores, a manifestação que ocorreu foi no nível técnico, então a Sara do FNDE, o pessoal do MEC, o Rogério, pessoal do MAPA, sempre se manifestaram em relação ao PLANAPO, apontando o que estava acontecendo e o que estava parado, e isso, na reunião da CIAPO da semana passada, não foi possível fechar isso, porém, foi retirado o encaminhamento de tentar chegar nessa Plenária com uma resposta em relação aos entraves que existiam da atualização, revalidação, enfim, do Plano de 2016-2019. Eu acho importante ressaltar a posição do MAPA, através do senhor Rogério, pois creio que é fundamental para que a gente possa ter uma compreensão sobre o próximo passo, ou seja, como iremos trabalhar, que não precisamos definir nesse momento, podemos destinar um tempo para que os representantes da sociedade civil discutam como a gente trabalha essa atualização de uma forma que possa ser efetivamente participativa e validada pela CNAPO.

Beth – A nossa angústia é a dificuldade de monitorar alguma coisa que não conhecemos, pois se a gente não conhece o PLANAPO 2 revisado, como vamos fazer esse monitoramento? Nós ficamos na dúvida se o senhor Pavarino falou que esse novo plano será apresentado nas ST's e eu tirei a dúvida com ele. Ele ressaltou que não está previsto, reconheceu o problema e me pediu para colocar esse ponto para que você, Rogério, resolvesse através de impressões para as reuniões das subcomissões temáticas, mesmo ele não estando oficializado. O senhor Pavarino

falou que existe um documento e creio que é importante ter nas subcomissões, afinal, como vamos monitorar se não conhecemos a meta?

Rogério Neuwald – Será interessante imprimir por volta de 4 cópias de cada página e disponibilizar no computador para as STs.

Gabriela - É importante reforçar um pouco que quando fomos a campo fazer o monitoramento as áreas técnica se manifestaram, apontando para elementos e aspectos que foram interrompidos. Na verdade, lá atrás quando foi resolvido o processo de revalidação, por volta de setembro/outubro, muito deles ainda estavam “esquentando a cadeira” e quando devolveram, eles não se comprometeram e foi por isso que esse processo ainda estava em curso quando fomos fazer o monitoramento. Desta forma, o monitoramento foi feito em cima do que foi atualizado, pois não fazia sentido fazer baseado no que foi publicado em maio. Conseguimos fechar, as áreas pendentes, na semana passada e poderia ter circulado de forma mais ampla, porém, a gente tinha uma ou outra e não fazia sentido a gente circular uma versão sem o MAPA ou MEC. O que é importante reforçar é que com as áreas técnicas conseguimos fechar tudo e não serão alteradas, o que ainda falta é a manifestação oficial do Ministério, mas para o MAPA realizar isso tem uma condição.

Rogério Neuwald – Visando as pessoas que são novatas, precisamos realizar esse resgate que é essencial para esse momento. Em setembro houve uma manifestação política aqui nessa Plenária, que foi uma demanda da Sociedade Civil, sobre a continuidade do Plano e da Política. Então aconteceu essa manifestação com vários Secretários e Diretores de Ministérios, que se colocaram politicamente favoráveis à manutenção. Posteriormente, reforçando a fala da Gabi, houve a comunicação formal da CIAPO para esses Ministérios e eles se manifestaram, também, formalmente em relação a isso, além disto, depois existiu um trabalho de garimpagem onde foram trabalhados os detalhes de cada situação que está posta. Agora passaremos para o Rogério, que dará o informe.

Rogério MAPA. A gente estava com o problema de dar o posicionamento, e creio que a maioria já sabia, em função da situação do Pronara. O Pronara já vinha sendo o nosso gargalo desde sempre e a gente estava com o processo empacado, por que no parecer que tinha sido feito pela assessoria do Ministro com relação ao Planapo, desta forma, ele concordava com tudo, baseado na nota técnica que foi desenvolvida por nós, mas que tinha uma pendência que era a questão do Pronara. E uma vez que a SDA, que é a Secretaria de Defesa, que está ligada ao setor de agrotóxicos não concordava com o Pronara, ele alertava o Ministro sobre essa pendência pelo fato de existir esse programa dentro do PLANAPO. Então foi feita toda uma negociação e uma costura com o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, desta forma, os dois Ministros sentaram juntos com a Secretaria Juliana, pela Secretaria do Ministério do Meio Ambiente, e o Luis Rangel, da Secretaria de Segurança Agropecuária, para negociar a questão do Pronara e quais eram os pontos e existia uma divergência clara, que consistia na questão de risco e perigo.

Esse era o ponto e segundo a discussão era uma questão passível de ser revisto, porém, já estava passando muito tempo e já estávamos desiludidos. Depois de todo esse contexto, retomamos essa tentativa para não travar o PLANAPO e ontem nós conseguimos um despacho do Secretário de Defesa solicitando ao Ministro que aprove o PLANAPO, ficando o Pronara fora do plano neste momento, mas retomando

a negociação para acertar os pontos que faltam para que o Pronara seja incluído novamente. Mas para não travar e prender o PLANAPO inteiro que se autorizasse a aprovação de todas as outras ações e ficaria faltando apenas fazer, e a proposta que vamos fazer é reunir um GT, envolvendo a ANVISA, MAPA, Ministério do Meio Ambiente, os parceiros desse trabalho dessa questão dos agrotóxicos, para que a gente tente chegar nesse texto que possa ser aceito e aprovado.

De qualquer maneira, o aval que faltava do Ministério deve estar chegando agora via gabinete do Ministro, para que a gente possa fechar as iniciativas do PLANAPO.

Rogério Neuwald – Podemos encaminhar no seguinte sentido: Providenciar a disponibilização da versão atual do Plano, para que as pessoas consigam fazer um comparativo com o monitoramento, que também será debatido nas subcomissões. E é necessário deixar claro para vocês que essa versão não é a final, pois certamente terá que ter alguns ajustes devido a essa posição do Rogério e dos Ministérios e que amanhã a gente faça uma definição da forma com que esse plano será apresentado para a sociedade, que somos nós aqui na CNAPO, para que seja validado por ela.

Amanha, também, no momento do monitoramento se traga as informações sobre ele em relação à demanda que foi feita pela ST mulheres. Agora o próximo ponto consiste em conversar sobre as orientações sobre a Plenária, ou seja, teremos um momento de um nivelamento entre nós em relação às subcomissões temáticas. Posteriormente vocês já irão para as STs para trabalhar durante todo o dia nas duas demandas propostas, que é o monitoramento e os planos operativos, enfim, das demandas e projetos para 2017. Amanha nós retornaremos para a Plenária para onde teremos a posse dos novos integrantes da Sociedade Civil, divulgação da Revista da ASPTA (Agriculturas), indicação, prestação do relatório, o momento CNAPO. A alteração que tem aqui é do monitoramento às mulheres, e a gente propõe que depois as subcomissões façam uma fala em relação a coordenação e a situação das passagens, que eu também irei comentar. Amanhã também haverá o retorno dos Planos cooperativos por cada órgão, através dos representantes dos Ministérios que estão trabalhando, um informe sobre o ECOFORTE, da Fundação Banco do Brasil que vai trabalhar com vocês sobre essa realidade, além da ANATER vai falar um pouco sobre as chamadas de agroecologia assim como os seminários regionais da CNAPO, e o informe do ICMBio. Essa é um pouco a nossa programação. Existe alguma colocação, inclusão ou comentário?

Denis – Rogério, primeiro é uma pergunta sobre a ANATER, quem é que está confirmado para vir representa-la amanhã?

Rogério Neuwald – Eles ficaram de confirmar se viria o Presidente ou o senhor Wesley, que é chefe de Gabinete.

Denis – Outro ponto é uma proposta de inclusão da pauta, que ontem à noite tivemos uma reunião da ANA e pelas últimas reuniões da CNAPO e por tudo o que foi dito nessa primeira hora, nos vemos extremamente preocupados sobre os rumos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, desde o processo interno do Governo, processo de coordenação, gestão, enfim, toda a questão de revalidação que tem se estendido durante todos esses meses. Ou seja, estamos vivendo um momento de extrema preocupação e apreensão em relação ao futuro da Política e o compromisso dos órgãos de Governo em relação à execução dessa política. Desta forma, gostaríamos de propor que fizéssemos as reuniões das subcomissões até às

quatro da tarde, para que nós da Sociedade Civil pudéssemos fazer uma reunião de avaliação, balanço, socialização e discussão sobre esse tema, a partir, inclusive, do que foi apresentado hoje de manhã e o que será exposto hoje nas STs, para que possamos fazer uma reunião e balanço entre nós, já que nossos tempos são sempre muito apertados para se reunir, e gostaríamos de fazer essa proposta para que a gente se reúna depois das 16:30.

Fala sem identificação. Apenas para fazer um reforço, Nós estamos propondo que no trabalho da ST, cada uma delas discuta e dialogue para definir qual é a composição, que o Rogério falou e talvez não tenha ficado tão claro. Porque a questão é que muitas vezes se reclama que dentro das subcomissões temáticas não se tem participação governamental, está fraca, etc., porém, para o exercício das duas Secretarias Executivas, tanto da CNAPO como da CIAPO, para fazer essa convocação nós precisamos ter claramente e quem é que participa de cada ST, quem precisamos convocar (isso em termos de Ministérios e entidades de sociedade civil). Portanto, tem essa questão de passagem para quem vem de fora, mas em termos governamentais o pessoal já está aqui em Brasília. Desta forma, as STs estão pedindo que vocês se dediquem a definir exatamente quais são os órgãos que deveriam estar presentes, pois na próxima reunião da CNAPO o Governo vai ouvir essa sugestão e vai chegar a um acordo e vamos pedir a nomeação das pessoas, sejam técnicos, servidores ou gestores que serão convocados para cada subcomissão temática. Tentaremos garantir uma certa padronização nesse aspecto para sabermos exatamente à quem cobrar e convocar

Rogério Neuwald – A decisão deve ser feita por vocês, mas eu só tenho uma preocupação quanto a possibilidade de vocês, dentro do tempo destinado, consigam vencer os temas até dezesseis horas. Digamos que a próxima pauta vai ser a organização das STs, o monitoramento e o plano operativo. Se vocês acham que vencem isso, não existe problema nenhum, porém, a decisão é da Plenária. Creio que precisamos acatar a decisão da Sociedade Civil. Pode ser até 16:30 aqui e depois entre 16:30 e as 17:00 no Instituto Bíblico de Brasília. Nós estamos no esforço hercúleo para tentar dar uma atividade mais dinâmica e uma participação mais ativa das STs, que vem de uma longa data. Todos os processos que foram ocorridos durante os dois últimos anos, eu acredito que tenham sido um motivo de um certo esvaziamento das subcomissões temáticas, mas precisamos compreender um pouco a função das STs e o seu funcionamento, que vieram diminuindo desde da sétima reunião da CNAPO, que foram definidas essas regras básicas de funcionamento. Então a nossa intenção com vocês é trabalhar um pouco quais são as funções dessas subcomissões para que depois vocês debatam dentro dos grupos. Lembrando, também, que vocês irão receber um questionário, que já foram encaminhados à todos(as) os(as) coordenadores(as) das STs, sobre o funcionamento dessas subcomissões, entretanto, apenas duas STs responderam esse questionário, sendo a ST mulheres e a ST sementes. Esse questionário está na linha que o André levantou, ou seja, quem participa das STs, qual seu envolvimento e qual a realidade.

Em relação às Subcomissões Temáticas nós gostaríamos que vocês trabalhassem um pouco as regras das STs, o funcionamento, a escolha do coordenador ou coordenadora, tanto da Sociedade Civil quanto do Governo, pois as STs têm uma coordenação compartilhada. Outro aspecto que gostaríamos que vocês trabalhassem

nas subcomissões é a questão das passagens, afinal, hoje nós temos disponível para viabilizar as Plenárias da CNAPO trinta e sete passagens, sendo sete do MAPA que já são da CPorgs, que já são definidas à um bom tempo pelo MAPA, nós temos quatorze passagens bancadas pela SEGOV, dez bancadas pela SEAD, três pelo MMA e três passagens pelo MDS, ou seja, hoje nós temos trinta passagens e diárias disponíveis para viabilizar nossas plenárias. Historicamente, desde que eu cheguei aqui, a variação de participação dos representantes da CNAPO, e não estamos falando de convidados para as subcomissões temáticas, tem ficado entre quatorze e dezesseis pessoas. Isso acontece em todas as Plenárias desde a metade de 2015 que a gente está trabalhando aqui, o que tem vindo da Sociedade Civil é esse número entre quatorze à dezesseis representantes titulares e suplentes da CNAPO que vêm de fora. A proposta que nós estamos fazendo para vocês é que tenhamos quatorze passagens, para bancar os representantes titulares e suplentes, que por sua vez é o número real de titulares e que depois se possa trabalhar isso em relação a próxima Plenário, ou seja, quem vem e quem não vem. Mas que a gente coloque quatorze passagens a disposição dos representantes titulares e suplentes e as outras dezesseis passagens, para completar os trinta, nós coloquemos à disposição das STs, ou seja, as subcomissões temáticas terão que tirar nome de pessoas ou de instituições que elas consideram fundamentais para participar das suas reuniões pela sociedade civil. Essa é a proposta que trazemos em relação às passagens, mas não quer dizer que será aceita, então as STs teriam dezesseis nomes de pessoas ou instituições para indicar, por exemplo: essa pessoa da entidade tal é fundamental que venha participar das reuniões de sementes. Desta forma nós viabilizaríamos uma participação mais ampla da Sociedade Civil nas subcomissões temáticas, então essa é a proposta que deixamos para vocês debaterem alguns nomes que considerem importantes que estejam presentes em todas as reuniões das STs, como uma forma de viabilizar a participação da Sociedade Civil em cima do histórico que nós temos de 2015 para cá. Fiquem à vontade para sugerir outras variações, outros nomes, mas foi uma forma que nós encontramos com os demais ministérios de viabilizar a participação de outras pessoas e entidades que não são os representantes titulares e os suplentes.

Luciano – Talvez um levantamento que seja útil fazer é que, assim como vocês têm uma noção do número de participantes que são ligados formalmente ao conselho, é ter uma noção de quantos membros convidados historicamente também participaram, para entender o que significa essas dezesseis passagens disponíveis, quantos vinham, normalmente, como convidados nessas últimas reuniões? Entender o tamanho do ajuste necessário para contemplar a importante representação que tem dentro das subcomissões temáticas. Não sei se já tem esse levantamento, mas creio que seria interessante ter uma noção disso.

Beth – A gente fez essa discussão ontem na ST de mulheres, porque, na realidade, na nossa subcomissão temática sempre quem pagou dois convidados foi a diretoria de mulheres do MDA, que não existe mais. Então, a gente já sabe de antemão que as pessoas que estão representadas na CNAPO, que são titulares ou suplentes, não são suficientes para fazer esse debate na subcomissão. Inclusive, na composição da Sociedade Civil, até porque não sabemos como está a composição do governo, quando fizemos a primeira indicação fizemos um processo articulado com as diversas organizações e movimentos, inclusive se todos não sabem, os titulares e suplentes

não são das mesmas organizações. Só coincide de acontecer no caso da ANA e da ABA, pois são articulações maiores. Porém, quando a gente fez esse processo articulado era visando à garantia do maior número de organizações e pessoas participando desse processo, por isso que historicamente os titulares e suplentes participavam desse processo.

Entre esses titulares e suplentes nós temos quatro mulheres titulares, então vamos reduzir muito a participação de mulheres tanto na CNAPO como na subcomissão temática. Ontem tinham três mulheres da Sociedade Civil e deveria ter umas quatro ou cinco do governo e eu acredito que isso vai acontecer em todas as subcomissões temáticas, portanto, eu acho que tem um problema de fundo muito importante, pois o que vai acontecer vai ser que as STs vão ser espaços do governo com uma pequena parcela de participação da Sociedade Civil. Então, precisamos ver qual o objetivo e se isso é o desejável, mas acho que temos que fazer essa discussão nas subcomissões temáticas e levar em consideração esses pontos, afinal, a gente esvaziando, ou seja, limitando o número de passagens a gente esvazia as STs com os representantes da Sociedade Civil e das mulheres também.

Mulher não se identificou – Então, eu gostaria de reforçar o que Beth falou que a gente conversou ontem na subcomissão de mulheres. No levantamento que a gente fez, estamos com uma sub-representação das mulheres na subcomissão, desta forma, temos quatro mulheres titulares e cinco suplentes, se a gente não consegue garantir que venham titulares e suplentes, lógico que a maioria das mulheres não terão condições de vir e seria importante que o Rogério explicasse um pouco melhor de como essa lógica de que quatorze garante a vinda de titulares e suplentes da comissão, que nós temos a comissão da Sociedade Civil de vinte e oito representações e como que quatorze garante? Ontem nós também fizemos o levantamento de quem já está aqui em Brasília e, por exemplo, de titulares tem Sara, Chicão e o SEBRAE. Desta forma, nós temos apenas três que estão aqui em Brasília, dos quatorzes. Eu sei que tem vezes que uma pessoa não vem, mas essa matemática não está batendo.

Luisa Saboia (CNAPO) – Apenas para falar um pouco do histórico das passagens. Nós não temos esse levantamento apurado com números cheios, mas historicamente nós nunca passamos de quarenta ou cinquenta passagens, a não ser, em ocasião do seminário de agroecologia para a discussão do PLANAPO, em que tivemos um aporte de parceiros maior para as passagens, então o que realmente está fazendo diferença e contribuindo para o esvaziamento das STs é a falta de mobilização tanto da Sociedade Civil como do Governo diante dos diversos fatores que nós tivemos desde o ano passado. Houve uma desmobilização geral, pois nós já tivemos STs, como a de produção e de conhecimento, fomento que quase não cabia nas nossas salas, em torno de cinquenta/sessenta pessoas, então é necessário ponderar que não é apenas a questão da passagem, mas também trabalhar uma estratégia de mobilização tanto da sociedade como do governo e ver a representatividade que queremos dentro dessas subcomissões também, porque de repente uma sala com sessenta pessoas não é, necessariamente, garantia de um bom trabalho.

Rogério Neuwald- O “corte” que a gente fez não é bem um corte, mas a realidade que existe hoje. Nós não separamos por gênero, categoria titular ou suplente. Hoje, por exemplo, na Plenária temos treze pessoas que vieram de fora da Sociedade Civil,

inclusive, algumas tiveram problemas de passagens, mas acontece isso, pois é o normal da vida, o que estamos propondo, Verônica, é que esse é o nosso número, nós apresentamos o quatorze dos titulares e suplentes no sentido que é histórico que tem acontecido desde 2015, ou seja, tem sempre ficado entre quatorze e dezesseis que vêm. A primeira, que aconteceu a posse dos novos, nós disponibilizamos vinte e oito passagens para a Sociedade Civil e treze confirmaram, então, não estou falando que tem que cortar A, B ou C, mas esse é o número que tem e a possibilidade de nós conseguirmos viabilizar outras pessoas que vocês considerem importantes. Eu acho que essa é a situação, se virá A, B ou C, isso a gente não pode dizer para vocês se virá titular ou suplente, mas esses são os números, isso não é um corte é a realidade do Governo, ou seja, tem trinta passagens disponíveis. Podemos costurar com outros órgãos, mas isso a gente já vez fazendo desde o ano passado e a resposta tem sido muito difícil de trazer isso. Então, é uma realidade que está presente e eu não posso dizer, se vocês disserem, por exemplo, que querem vinte passagens para uma reunião das STs ou para a Plenária, isso será uma proposta que vocês irão trazer para a gente.

Eu lancei esse número quatorze, pois existem quatorze titulares e quatorze suplentes, justamente para vocês negociarem isso antes da Plenária, mas é uma proposta que está dada. O nosso número real de apoio que temos hoje para a CNAPO é esse, trinta passagens, e não conseguimos viabilizar mais. Como vamos conseguir adequar isso? É uma realidade e situação que nós estamos compartilhando com vocês.

Daniela (ANVISA) – Minha sugestão de encaminhamento é o seguinte: A gente tem dentro dos vários Órgãos, grupos, também, com participação da Sociedade Civil. Eu acho que a sociedade pode fazer um exercício hoje de definir quem ela quer que esteja aqui e é desejável que a gente amplie essa participação, pensando em gente tanto de fora como daqui, e a gente tentar fazer uma amarração com esses outros grupos. Eu vou dar o exemplo da ANVISA, pois lá no meu departamento a gente traz o pessoal para o GT de inclusão produtivo com segurança sanitária, nós temos trazido cinco à sete pessoas da sociedade para discutir esse tema de três em três meses. Se fossem um ou outro que pudesse participar de ambos os grupos, a gente pode tentar casar a agenda de lá com a daqui e desenvolver. A reunião desse grupo foi semana passada e várias das instituições que estão aqui, estão lá também, assim, a sociedade define qual a demanda e a gente analisa quais são os grupos que nós temos e devolve para sociedade. Portanto, a gente tenta casar para aperfeiçoar, pois é fato que todos os órgãos e instituições tiveram um corte radical em diárias e passagens, foi o que mais abalou o nosso orçamento.

Rogério Neuwald – Na verdade a proposta que a Dani apresenta é bacada na possibilidade da gente conseguir até mais passagens ao casar a possibilidade de articular essas coisas e realmente existem outros órgãos que teriam a possibilidade, também, para contribuir. O que estamos reforçando é isso, por exemplo, hoje nós temos trinta passagens e vocês podem dizer para nós até amanhã que querem quarenta, e desta forma, nós iremos atrás dessa demanda e podemos falar que conseguimos trinta e cinco, trinta e pelos cortes pode virar vinte e cinco. A proposta sobre as passagens consiste no atual número disponível, ou seja, trinta passagens,

quatorze destinadas para a CNAPO e dezesseis para pessoas externas que viessem contribuir para as STs.

Pessoa não identificada– Então você já possui os órgãos que se comprometeram com essa proposta?

Rogério Neuwald – A proposta das passagens consiste em quatorze da Secretaria de Governo, dez da SEAD e três do MMA, três do MDSA, além das sete que o MAPA banca que são da STporg. Agora vamos passar para as subcomissões temáticas e vale a pena ressaltar algumas informações. Existem algumas regras básicas de funcionamento da CNAPO, que eu considero que foi uma decisão muito acertada tomada pelas pessoas do Governo e da Sociedade Civil que estavam ai, pois não é uma coisa engessada, a possibilidade de trabalharmos aqui é muito mais no sentido do diálogo e da cooperação do que uma coisa burocrática e amarrada. Dito isso, eu vou fazer uma passada rápida para que vocês possam ter presente isso e até para reavivar isso na memória de muitas pessoas que participam a partir de que isso foi feito na sétima reunião e hoje estamos na décima sétima.

As STs são Instancias de assessoria ao Plenário da CNAPO, de caráter permanente que reúnem setores governamentais e da sociedade para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito a PNAPO, composta por no mínimo três membros da CNAPO, titulares ou suplentes. Isso está colocado lá em 2013 quando foi feito isso. As Subcomissões Temáticas também têm como atribuição promover articulações com outros GTs e subcomissões de outras instâncias e Conselhos, tais como CONSEA e o CONDRAF, que sempre foi feito conforme o tempo. O fundamental das STs é entender que são instâncias de assessoria da Plenária, elas trabalham para a Plenária, é precisamos ter bem claro qual o sentido delas, ou seja, elas trabalham no trabalho anterior, para que no dia posterior está encaminhando situações e realidades com a Plenária. Ficam instituídos as seguintes comissões, a partir do ano passado nós estabelecemos a comissão de Terra e Território, que foi uma subcomissão decidida de maneira coletiva por nós para implementar, mas temos tido vários problemas de implementação principalmente pelas passagens que a gente não tem conseguido viabilizar e que havia o compromisso na época de ser viabilizado. Competem as STs, ou seja, são tarefas que hoje vocês têm, escolher o coordenador e o coordenador-adjunto, historicamente o coordenador é uma pessoa da Sociedade Civil e o segundo do governo, mas se trabalha na questão do trabalho compartilhado entre essas duas coordenações. Elaborar planejamento de plano anual, discutir, opinar e fazer proposições sobre a temática atinente, além de elaborar pareceres, estudos e relatórios a serem apreciados e aprovados no Plenário.

Eu não irei discutir GTs, pois não é a demanda que veio e vamos passar direto devido ao tempo, mas ocorreram dois GTs que foram de monitoramento de agrotóxico e foram criados na história da CNAPO. Sobre membros titulares e suplentes, poderão compor as Subcomissões temáticas e os Grupos de Trabalho: Membros da CNAPO (titulares e suplentes), representantes de áreas técnicas do Governo, representantes de outros Conselhos ou Câmaras Técnicas, representantes de entidades e Movimentos Sociais, de acordo com as necessidades e especificidades de cada tema, outros a critério da própria coordenação da Subcomissão Temática ou GT, tendo sido objeto de apreciação e acordo entre os integrantes de cada instância. Os convites e indicações devem ser efetuados pela própria coordenação da Subcomissão Temática

ou Grupo de Trabalho, tendo sido objeto de apreciação e acordo entre os integrantes de cada ST e GT, sendo comunicadas as indicações dos nomes e contatos para a secretaria-executiva da CNAPO. Ou seja, um pouco do que a gente está querendo trabalhar com aquela proposta.

As indicações serão consideradas permanentes. Caso haja alterações, a coordenação da ST ou do GT fará comunicado à Secretaria executiva da CNAPO. As Subcomissões Temáticas ou Grupos de Trabalho poderão criar subgrupos de trabalho para facilitar a dinâmica de funcionamento, desde que tenham um objetivo específico e atividades definidas.

Coordenação: Para a coordenação devem ser nomeados um coordenador e um coordenador-adjunto. Considerar, de preferência: Que haja um representante da sociedade civil e um do governo, como já ressaltamos anteriormente, a paridade de gênero, que o coordenador seja membro da CNAPO, podendo o coordenador adjunto ser um convidado. As reuniões de ST e GT: Os coordenadores terão autonomia para convocação de suas reuniões, devendo informar à Secretaria Executiva da CNAPO. As resoluções e encaminhamentos oriundos das ST ou GT serão apreciados pelo Pleno da CNAPO. Caso haja a necessidade de aprofundamento, os subsídios (minutas, relatórios, informações adicionais, etc.) deverão ser encaminhados pelo GT e pela ST à Secretaria Executiva com pelo menos vinte dias que antecedência da próxima reunião plenária, para providências junto à Mesa Coordenadora.

As Subcomissões Temáticas deverão elaborar seus planos de trabalho a serem debatidas e atividades para o ano, a ser submetido ao Plenário, e providenciar a relatoria de suas reuniões, devendo para isso estabelecer dinâmica própria. Isso é o que foi aprovado na sétima reunião, nós estamos na décima sétima, em relação ao funcionamento das STs. O fundamental hoje para nós é que vocês façam um debate sobre esse funcionamento, escolham o coordenador e a coordenadora, ou a coordenadora e o coordenador-adjunto, para que se trabalhe isso. O questionário que vamos deixar para vocês, se for possível responder, nós agradecemos, pois os questionários, talvez, trouxessem aquelas respostas à aquelas questões que vocês estão levantando sobre quem deve participar, etc., que era nossa intenção de trazer isso para a Plenária, a partir da resposta que houve nas subcomissões para ajudar um pouco no encaminhamento.

Em relação ao CONDRAF e CONSEA eu acho que é importante relatar aqui que saiu o decreto do CONSEA nomeando a Sociedade Civil e a partir do dia 18 de maio vai ter a primeira Plenária/reunião do CONSEA onde vai voltar efetivamente a ter a participação aqui nesse espaço de articulação entre o Governo e a Sociedade Civil. E o CONDRAF a gente não está acompanhando de perto, diferentemente do CONSEA, que inclusive participamos da comissão de transição do CONSEA para efetivamente viabilizar, mas o CONDRAF, certamente os colegas da Sociedade Civil que estão participando das articulações têm mais conhecimento de como está funcionando ou não.

Paulo (Rede Cerrado e ANA) – O documento foi aprovado na sétima Plenária e a gente precisaria realizar agora uma correção no documento, em relação à questão da Subcomissão de Terra e Território. Ela foi criada oficialmente e ela existe, então esse documento está desatualizado e é fundamental, não sei se vai ser agora que será aprovado o documento com a inclusão. E quando foi criada, não foi com a condição de

passagem que iria vir de algum outro tipo de acordo, ou seja, ela foi criada e passa a ser uma subcomissão e a operacionalização das passagens para a participação deve entrar no “bojo” das negociações, ou seja, no bojo das possibilidades de passagens que vocês apresentam e talvez dessas alterações que a gente proponha enquanto sociedade. Porém, o que não tem como colocar é que a operacionalização da participação dessa subcomissão depende de outras coisas, eu acho que ela tem que ser entendida como subcomissão como as outras.

Rogério Neuwald – Tranquilo, Paulo. Só que se formos fazer uma revisão, nós temos que fazer, penso eu, uma revisão de todas as normas básicas se isso efetivamente tiver necessidade.

Elas foram definidas em portaria e teria que existir um momento de fazer toda a revisão dela, para ter uma portaria que largasse uma nova base e aí oficialmente incluiríamos. Não quer dizer que essa subcomissão não está existindo de fato, ela existe, mas em uma situação precária. Eu coloco essa situação claramente, pois existia um órgão na época que se comprometeu a bancar as passagens, inclusive foi a condição que nós colocamos para ela existir, e infelizmente ele não conseguiu fazer isso por uma série de motivos, para trazer a sociedade civil. Eu acho que a sua sugestão, pelo o que eu estou entendendo, é que nesse número de passagens que vocês definirem, levem em consideração a participação da Sociedade Civil na Subcomissão Terra e Território, é isso mesmo Paulo?

Paulo – Isso.

Rogério Neuwald - Beleza. Se houver uma necessidade de mudar as normas básicas, a gente efetivamente precisa trabalhar nessa perspectiva em construir, pois isso ocorre, como bem lembrado a Luisa, em termos de Portaria.

Raque Martins – Eu trabalho com o Pavarino na SEAD e é só para fazer um comunicado. Agora pela manhã o prédio do INCRA foi ocupado e parte dos técnicos da SEAD que vão compor as Subcomissões Temáticas está momentaneamente impossibilitada de sair do prédio. Desta forma, é mais para informar para vocês que é possível que a gente tenha mais técnicos no período da tarde, pois eles já estão fazendo as negociações no prédio e algumas pessoas já conseguiram chegar aqui. Logo, é só para repassar esse informe mesmo. Obrigada.

Rogério Neuwald – Pessoal, é mais ou menos isso. Só lembrando que amanhã das 11h30 às 12h30 as subcomissões vêm para a Plenária e colocam efetivamente as decisões e como foi, ou seja, quem é o coordenador da Sociedade Civil e do Governo, a demanda das passagens e alguns outros temas que eles efetivamente queiram colocar, evidentemente se as subcomissões durante o dia de hoje chegaram à um entendimento disso, pois pode acontecer de uma subcomissão não chegar a esse entendimento.

Amanhã no período da tarde um representante do Governo de Cada subcomissão que participou vem para a Plenária para falar sobre os Planos operativos, sobre o orçamento, os recursos disponíveis para o ano de 2017 em relação aos temas que foram propostos dos Planos Operativos. Que seriam Núcleo de agroecologia e pesquisa da EMBRAPA, pelo MEC, MAPA e a própria EMBRAPA na ST de Conhecimento. A Terra e crédito com a SEAD e a ANATER, na ST Produção, mas depois farei um comentário sobre isso. Sementes e compras institucionais, MDSA e SEAD na ST Sementes. O Plano Nacional de Bioinsumos, o MAPA, na ST insumos. A

questão fundiária, com o INCRA e FUNAI, na ST Terra e Território. Sociobiodiversidade, estando responsável o MMA e CONAB, na Subcomissão temática de Sociobiodiversidade. E as ST mulheres, que por sua vez realizou a reunião ontem.

O comentário que eu tenho, em relação a subcomissão temática Produção, é que houve o questionamento de alguns membros do Governo em relação à discussão de ATER na nessa ST, porque historicamente esse tema era discutido na ST conhecimento, então, isso é uma situação que foi colocada e consiste em uma falha nossa, ou seja, da mesa coordenadora, no momento dessa separação e a gente reconhece. Desta forma, eu gostaria que as pessoas se manifestassem sobre isso nesse sentido, eu creio que o mais correto é que a ATER venha ser discutido efetivamente na ST Conhecimento, como foi desenvolvido historicamente. E desta forma, só discute crédito na Subcomissão temática Produção. Algum comentário?

Atualmente tem o INCRA, a SEAD e a FUNAI estão presentes, nós tentamos viabilizar as passagens do Fernando Brioché e de mais algumas pessoas do Paraná, além do pessoal da FUNAI e da população indígena, mas efetivamente não conseguimos.

Alguém falou, mas como não foi no microfone, sem possibilidade de gravar.

A SEAD está presente nas Subcomissões Temáticas Crédito e Sementes.

Não se identificou. A gente tinha convidado o pessoal da Coordenação da FASER, que o coordenador é o Ricardo Reis, e a pessoa que viria da ANATER e acho que as pessoas ainda não estão presentes.

Rogério Neuwald. A pergunta é que tem três comissões para a SEAD, mas tem gente efetivamente para acompanhar essas comissões?

Não se identificou. Nós não temos as informações detalhadas que os colegas que são das áreas técnicas teriam, Rogério, essa é a diferença. Podemos acompanhar, falar basicamente, com base no próprio orçamento da Secretaria.

Rogério Neuwald – A sugestão que eu dou para vocês é no sentido de que iniciem o trabalho pela questão da organização das STs, etc, para tentar viabilizar ou receber informações.

Cláudio (INCRA) – Só para informar, também, a questão da impossibilidade da colega Débora, pois ela ainda está no prédio, presa com o carro dela e talvez só consiga chegar depois do almoço, afinal, a ocupação ocorreu agora. Ela estaria participando de uma das subcomissões, pelo INCRA, mas a princípio não estará presente. Além disso, para acrescentar também, o INCRA tinha um número de pessoas sempre participantes ativamente das subcomissões, até pelo menos 2015, mas o ano passado nós tivemos um sério corte de recursos, por exemplo: eu, pelo menos de mais depois de mais de um ano, é que estou conseguindo voltar para participar da ST Sementes, então, só para colocar essa realidade, pois não é por falta de desejo ou de intenção de participar, mas por conta da instituição não nos ter liberado e autorizado. Desta forma, esperamos que a própria Sociedade Civil reforce a importância do nosso trabalho e continuação da nossa participação das subcomissões pelo INCRA.

Não se identificou. O que eu estava querendo propor, conversando aqui com as meninas, é que a gente, enquanto sociedade civil, se reunisse no período de manhã e fizesse as reuniões das subcomissões temáticas apenas a tarde, quando o pessoal

conseguisse vir. Eu acho que essas STs esvaziadas, sem ter os responsáveis de repassar as informações, não vai surtir efeito. Então a gente talvez invertesse o horário, ou seja, a gente reunisse a Sociedade Civil de manhã e fizesse a reunião das STs a tarde.

André – Eu acho melhor manter a proposta original, porque depois a Sociedade Civil, que está aqui exclusivamente para o evento, pode ficar e continuar o debate, afinal, pode ficar debatendo sobre o Pronara e outros temas polêmicos até a noite, mas temos muitos temas para as STs. O meu ponto de vista é que o ideal seria a gente começar logo agora.

Não se identificou. Eu gostei da proposta e já estava articulando isso antes, pois a sociedade civil pode sentar, olhar o mapa, suas forças e fraquezas, fazer a distribuição dos seus “soldadinhos” e pensar nessa lógica de quem está presente e que não vai vir mesmo, porque a única coisa que a gente precisa segurar nesse momento, na minha opinião, é esse espaço de diálogo entre a Sociedade Civil e o Governo, é prioridade, inclusive em relação às outras dimensões desse nosso desafio atual. Lembra que na nossa avaliação em quase todos os períodos a coisa boa da CNAPO, do Planapo, da política, a coisa possível dessa história é que mesmo brigando, a gente estava conversando entre as duas partes da sociedade, Governo e Sociedade Civil. Então precisamos agora, concordando com a proposta da querida, sentar, enquanto sociedade civil, e organizar o eito, para sabermos para onde estamos indo e que condições a gente vai trabalhar no resto do período, hoje e amanhã.

Eu queria rogar para que vocês concordassem comigo. A gente precisa sentar agora e fazer esse pleno mínimo, eu estava fazendo um levantamento aqui e articulando, o ST que tem mais gente é o Conhecimento, e temos pessoas que estão tentando migrar para lá por ser um tema muito forte, por exemplo: as outras comissões a gente não tem um levantamento razoável, por isso justifica a sociedade civil dá uma sentada, espero que daqui para o almoço, e após isso a gente volta na proposta originalmente.

Não se identificou. Bom dia, apenas um elemento para ajudar a pensar no que fazer agora, vou ressaltar um esclarecimento sobre a FUNAI. Eu participo da Subcomissão de Sociobio, mas o assunto Terra e Território dentro da FUNAI é de responsabilidade de outra diretoria, e eu não sei se esse convite para participar desse momento, hoje e amanhã, chegou até essa diretoria.

Rogério Neuwald – Chegou sim, afinal, quem faz a interlocução com a FUNAI é o Juan. Pessoal, nós temos essa situação posta, ou seja, uma demanda da Sociedade Civil querendo inverter um pouco a pauta, na verdade, aspirando à realização dessa reunião agora, e a proposta do André para que mantenha. Eu não queria colocar em votação, mas gostaria de saber se é possível o André declinar da proposta dele, em função que dá tempo de articular mais com o pessoal dos próprios Ministérios, para que a tarde tenha uma presença massiva. Se vocês olharem bem as fotografias das últimas Plenárias, essa é uma Plenária que tem muito mais presença do que as outras. A própria lista que a Luisa passou já consta com mais de cinquenta pessoas, não apresentávamos isso à um bom tempo, e nós teríamos condições de dar uma mobilizada nesse período com os demais Ministérios, além da SEAD que coordena a CIAPO, para que trouxessem mais pessoas no período da tarde. Desta forma, creio que é uma ideia interessante, mas se quiserem colocar em votação, nós podemos

realizar. Mais duas falas para quem é favorável e quem é contrário para manter? Tem necessidade? O André mantém a proposta?

André – Na verdade não tem sentido manter essa proposta, só que eu gostaria de reforçar que são onze horas, então assim, que a Sociedade Civil tente fazer esse debate que depois das reuniões das STs volte a debater, porque é nas subcomissões temáticas que vai surgir uma série de outros elementos que talvez vocês não tenham acesso agora. É só isso que eu estou trazendo.

Rogério Neuwald – Podemos ficar acertados assim? Às duas horas nós retornamos nas salas. Porém, só uma coisa que eu me esqueci de abordar é que nós debatemos na reunião da mesa coordenadora, que foi uma proposta feita aqui pelo Rogério do MAPA, que é a possibilidade de ter reuniões de STs não concomitantes com as Plenárias. Se alguma subcomissão temática tiver o desejo e vontade de efetivamente por uma pauta específica, ou seja, ter uma reunião da ST em outro momento que não fosse a Plenária. Nós levantamos isso como uma possibilidade existente e que, também, talvez fosse importante lembrar isso.

Virginia (Coordenação de agroecologia do MAPA) – Para a gente justificar a vinda de pessoas em um momento diferente da CNAPO é até mais fácil do que a gente justificar a vinda de todo mundo para um mesmo momento. Estrategicamente, às vezes a gente consegue um número maior de deslocamentos pensando nesse sentido e a nossa fala em relação às subcomissões é porque na verdade as equipes de governo não têm um número suficiente para estarem presentes em todas STs, então a gente acaba ausente em alguns grupos em função do número de pessoas que a gente tem na equipe. Se a gente pensar em datas em separado e a vinda de representantes de cada um dos STs na CNAPO, talvez seja uma estratégia mais fácil da gente executar e de conseguir um número maior de deslocamentos.

Luisa Saboia – Pessoal, apenas para informar as salas: A ST Produção está prevista para acontecer no auditório do CECAD, aquele centro de formação lá atrás do Palácio na N2, assim como a ST Semestres, Insumos e Sociobio, assim, essas quatro acontecerão nas salas do CECAD. A ST Terra e Território e Conhecimento estão previstas para acontecer aqui no Anexo I, sendo a primeira na sala 103 e 105 a ST conhecimento.

Rogério Neuwald – Então nós pedimos gentilmente que os representantes do Governo saiam e deixe os integrantes da Sociedade Civil ocupando esse espaço.

Plenária da CNAPO.

Rogério Neuwald – Inicialmente nós vamos chamar para compor a nossa mesa, a companheira da Sociedade Civil, como é de praxe na CNAPO sempre que seja um compartilhamento entre Governo e Sociedade Civil na coordenação dos trabalhos. Então nós chamamos aqui para compor a mesa, a Verônica, também iremos chamar o Secretário Henrique Villa da Secretaria Nacional de Articulação Social aqui da Secretaria de Governo e o Subsecretário Everton Ferreira da Secretaria de Agricultura Familiar da SEAD, além de ser o nosso coordenador da CIAPO, secretário executivo.

A nossa pauta de hoje envolve vários momentos que nós demos algumas passadas que demos no dia de ontem pela manhã, onde a gente conversou sobre ela, ou seja, passa necessariamente pela aprovação da pauta, que eu não vou me deter em detalhar ela em função de que houve toda a discussão ontem e eu considero que ela seja uma pauta aprovada, mas caso haja alguma situação de desconforto ou de

necessidade de trocar, fiquem a vontade para colocar. Podemos considerar assim? Aprovada a pauta então. A indicação da representante da Sociedade Civil, a Verônica, já está aqui e posteriormente nós vamos passar a palavra para o Secretário Henrique para fazer uma fala de abertura e saudação aos presentes e assim como dar posse aos Secretários. Gostaria de registrar aqui também a presença do José Augusto Tozato da Secretaria do Desenvolvimento Rural da Bahia que está entre nós e agradecer a sua presença, assim como do Luís Cabral da Secretaria do Desenvolvimento Rural do Amapá, que faz parte da nossa reunião. Obrigado à todos, que tenhamos uma boa Plenária e de imediato eu passo a palavra para o Secretário Henrique Villa para fazer a saudação aos presentes.

Henrique Villa – Bom dia, todos e todas. Dizer da satisfação de estar aqui mais uma vez com vocês em uma data super especial para a CNAPO, que é a data de chegada de novos membros à estrutura de governança da agroecologia e da produção orgânica. Queria cumprimentar a mesa, companheira Verônica, Everton e parceiro Rogério de mais de um ano de caminhada e gostaria de nominar os novos membros da CNAPO nesse momento, que foram empossados pela portaria nº 13 do dia 17 de fevereiro de 2017. Queria cumprimentar Alexandre Henrique Bezerra Pires, titular da ASA, Álvaro Alvares Carrara, titular da Rede Cerrado, Denis Monteiro, suplente da Articulação Nacional da Agroecologia, Elizabeth Maria Cardoso, titular da Articulação Nacional da Agroecologia, Elson Borges dos Santos, suplente da Subcomissão Temática de Produção Orgânica. Francisco Schiavon, do Movimento Sem Terra (MST), Generosa de Oliveira, da Unicafe, Giovani Henrique, da Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações Não governamentais do Nordeste, Irene Maria Cardoso, da ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), Ivo Severino, da Rede Eco Vida de Agroecologia, Luís Carlos Dematê Filho, da Câmara Temática de Agricultura Orgânica.

Luis Carlos Rebelatto dos Santos, do SEBRAE, Maria Verônica de Santana, que está aqui na mesa com a gente e faz parte do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, Michela Calaça, Paulo Rogério Gonçalves, da Rede Cerrado e a Sara Luísa de Sousa Moreira, da CONTAG. Feito esse registro aos novos membros eu quero dizer e reiterar algo que eu falei aqui no primeiro encontro com vocês, à cerca de um ano atrás, da importância de governança da estratégia da CNAPO e do sistema de agroecologia e de produção orgânica. Eu tenho dito repetidamente isso, e vou dizer em seguida quando formos tratar dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da agenda 2030, a importância que eu reputo às instâncias de governança para o sucesso de políticas públicas. Eu acredito firmemente que não existe chance ou opção de sucesso em política pública com pobre governança, e eu considero e respeito muito esse esforço de governança do sistema de Agroecologia e produção orgânica que nos remete a esse conselho, ao Plano Nacional e política nacional agroecologia e produção orgânica, quer dizer, esse conjunto de estruturas que dão forma a essas instâncias de governança.

Gostaria de dizer, mais uma vez, do apoio nosso da Secretaria Nacional de Articulação Social e mais uma vez reconhecer o trabalho do Rogério e do João Mendes à frente disso. O senhor João ainda não chegou, mas imagino que deve estar chegando de viagem, além do evidente esforço de todos vocês, é fundamental essa parceria e esse reconhecimento ao papel dos atores governamentais e não-

governamentais. Esse processo de participação e diálogo a partir de instâncias de governança é irreversível e ressalto que não há possibilidade de sucesso em políticas públicas sem esse processo muito bem articulado e mais uma vez reconhecer a importância do sistema de agroecologia e produção orgânica. Nesse momento eu estou muito a vontade de estar com vocês, mais do que eu estou por conta do meu mandato institucional, nessa décima sétima reunião da CNAPO, pois logo em seguida nós iremos falar da Agenda 2030 e a agroecologia e a produção orgânica tem um papel fundamental nessa agenda no Brasil.

Eu tenho certeza que alguns já conhecem e são iniciados no que versa essa agenda, outros nem tanto, e é por isso que em seguida, em no máximo 25 ou 20 minutos provavelmente, a gente vai colocar para vocês o que é essa Agenda 2030 e qual o papel da agroecologia e da produção orgânica dentro dela, portanto, eu acho que mais do que nunca existe um mandato fundamental para essa comissão dentro da agenda. E é por esse motivo que eu reitero a importância da estrutura de governança. Queria também dizer nessas breves palavras iniciais, que o Sistema CNAPO, como eu chamo, estamos começando a fazer um trabalho de aproximação ainda um pouco mais intensa com os estados e macrorregiões, fazendo ao menos cinco grandes eventos macrorregionais no Brasil, provavelmente até o final do ano, o primeiro a gente vai ter na região Sul no final de abril nos dias 26 e 27 e gostaria de chamar todos para esse primeiro evento. Eventos que evidentemente têm no pano de fundo uma aproximação ainda maior com os atores para a discussão do sistema CNAPO, quando eu falo nesse sistema me refiro à política, ao plano nacional, visando ouvi-los mais, traze-los mais para o esforço, mas, sobretudo nesse momento ressaltaria a divulgação desse esforço da Agenda 2030 que a gente vai fazer em seguida, pois como eu disse as coisas convergem fortemente e essa agenda é um compromisso do Estado brasileiro e não de governos, pois a ideia é caminhar juntos até 2030. Portanto, esse governo vai dar sua contribuição, mas o próximo governo terá que se debruçar, ainda mais, de maneira concreta e incisiva nos compromissos dessa Agenda, que veremos em seguida quais são. Portanto, é uma oportunidade ótima de avançar na divulgação e na parceria com os atores subnacionais para a Agenda 2030 também, além do próprio sistema CNAPO.

Eu queria, mais uma vez, reiterar esse nosso compromisso com os atores sociais e atores governamentais que estão na linha de frente da CNAPO, agradecer demais a contribuição de vocês nisso. Eu sempre digo que independentemente do mandato que me cabe, eu sou um consumidor dos produtos orgânicos, procuro esses produtos em todos os restaurantes e supermercados que eu vou. Logo, respeito mais do que nunca a contribuição de vocês e o serviço que vocês colocam de pé para a sociedade brasileira, portanto, agradeço de coração essa participação de todos e cumprimentar a todos que estão assumindo nesse momento o mandato, reiterando o meu respeito e consideração a todos e dizer que estamos, na medida do possível com as dificuldades que todos entendem e conhecem nesse momento de Governo, mais especificamente o Governo Federal, que apesar de tudo isso nós estamos imbuídos do compromisso com a agroecologia e a produção orgânica e, na medida do possível, vamos fazer o que for possível e quase o impossível para não ter nenhum tipo de interrupção no belo trabalho que a CNAPO vem fazendo e a CIAPO também. Aqui está o Everton, coordenador da CIAPO também, que não me deixa mentir.

Resumidamente era isso e reitero meus cumprimentos à mesa e os agradecimentos ao Rogério e a gente fala em seguida da Agenda 2030.

Rogério Neuwald – Obrigado, Secretário. Eu queria convidar, que chegou agora, a Secretária Juliana Simões do MMA para compor a mesa juntamente conosco. Agora irei passar para o Everton e depois para a Juliana para fazer uma breve saudação aos presentes.

Everton – Bom dia a todas e a todos os presentes nessa nova reunião do nosso conselho, da nossa CNAPO, novamente agora dentro dos nossos encaminhamentos dando sequência natural dos nossos trabalhos. Deixo aqui uma saudação aos integrantes da Mesa, o Secretário Henrique, Rogério, Verônica e Juliana, aos novos membros da Sociedade Civil que fazem parte da CNAPO, titulares e suplentes, que o trabalho sério continue e vamos estar “arregaçando as mangas” para avançar e ratificar as conquistas e avançar ainda mais nas nossas metas e nossas ações. Deixar também minha saudação, em particular à nossa equipe da SEAD que está aqui presente, no comando do Pavarino especialmente, que está apenas trabalhando para organizar as informações, metas e trabalhos, e servir como um ponto de apoio e ligação nas diversas iniciativas que nós temos, seja nos demais órgãos, membros do Governo Federal, e é aqui que está a forte presença da CIAPO, mas também ir articulando com as demais instâncias de governança, como foi dito, além de Governo e Conselhos que fazem junto à face da Sociedade Civil.

Sempre estamos aqui ratificando o nosso compromisso com a agroecologia é a estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e a gente sempre entende isso, pois é dentro dela que se dão as nossas ações mais fortes e mais inovadoras também, e nossas prioridades de trabalho em um horizonte e em um contexto que sempre impõe dificuldades e limitações nas ações, mas vamos tentando supera-las a cada dia. Agora mesmo estamos com limitações e contingenciamentos, do ponto de vista orçamentário, mas estamos discutindo junto ao Governo e aos órgãos centrais, junto a Casa Civil, para nós não termos nenhum contratempo nas ações ou nos trabalhos que estão em sequência. É uma luta diária, mas nesse momento se torna ainda mais intensa e é a prioridade da SEAD o atendimento daquilo que já está pactuado, aquilo que são nossas metas e planos e as ações como um todo, em especial, como por exemplo, a questão de assistência técnica que é uma das pautas que impõe maior volume de investimentos e de gastos. Então, nosso compromisso e nossa responsabilidade em cima disso permanecem intactos e estamos caminhando a cada dia.

Juntamente com a equipe nós estamos fazendo, e o Pavarino vem comentando isso e certamente ontem foi comentado nas subcomissões temáticas, de um revisitar e reafirmar de compromisso junto a PLANAPO, com as suas diversas metas e ações, adequando já dentro do quadro das instituições atuais, o monitoramento dessas ações e também um partilhamento dessas informações e uma discussão com esse fórum que está aqui hoje. Todos os levantamentos são para justamente culminar com esse momento que é a CNAPO, com o momento de discussão e debate em torno disso, ou seja, daquilo que é possível, que é desejável, fazer esse encontro de informações e chegarmos a um consenso para caminharmos juntos. A participação, o fórum de gestão social ele impõe, claro, um momento de discussão e de abertura de informações, e também um momento de consenso, de ajustar e negociar aquilo que é

desejado e o que é possível de realizar dentro de uma lógica, inclusive, de planejamento. Portanto, é sempre importante frisar isso nesse momento e é o compromisso que nós sempre temos.

Então gostaria de deixar essa primeira saudação às pessoas que vieram comigo, hoje em especial, pois ontem foi um pouco atribulado lá na SEAD, pois tivemos uma visita inesperada ontem, a Solange da Coordenação de Mulheres e Povos Tradicionais, o Ricardo Reis também, que é da DATER, em o conjunto com o restante da equipe da SEAD, nós vamos poder dialogar em especial sobre alguns temas mais específicos e questões mais próprias das subcomissões a que se referem essas pautas, já para dialogar bem com vocês sobre a atualização das metas, a situação e fazer esse monitoramento que é sempre constante aqui na CNAPO. E deixando, também, a perspectiva que nós, a partir da semana que vem, a gente passe, não esgotando as etapas agora, mas já avançando por uma escala de discutir com as regiões e com os estados, se aproximando mais da realidade do dia-a-dia, que é o seminário na Região Sul, em Porto Alegre. E essa ação já é um primeiro passo para a gente descentralizar e estar levando a discussão da agroecologia com os enfoques mais estaduais e regionais, dessa forma, é um grande avanço e existe uma grande expectativa para que a gente possa avançar nesse terreno sobre a PLANAPO. Gostaria de deixar meu abraço e reforçar que estaremos juntos em vários momentos do dia e nos vários fóruns que vamos reestabelecendo de diálogo e participação, sobretudo da questão da agricultura familiar. Obrigado a todos.

Rogério Neuwald – Obrigado, Everton. E de imediato nós passamos para a Secretária Juliana para fazer sua saudação à Plenária.

Juliana – Cumprimento aqui a mesa, o meu amigo Henrique Villa e agradecer a ele, e cumprimentando todos os demais aqui e os colegas da Sociedade Civil e de Governo que estão na Plenária. Reafirmar o compromisso do Ministério do Meio Ambiente com a agricultura orgânica, com o Plano Nacional de fortalecimento da agricultura orgânica, acho que esse foi um dos primeiros temas que eu tratei com o Ministro Sarney Filho quando ele assumiu o Ministério e que prontamente ele entendeu a importância desse plano e se colocou a disposição. Fomos, até ontem o Rogério dias colocou aqui, que o Ministro foi até o Ministro Blairo Maggi para tratar não só sobre o PLANAPO, mas também sobre o PRONARA, e ontem tivemos uma boa notícia. Primeiro que o MAPA aprovou o PLANAPO e eu já levei essa notícia ao Ministro Sarney Filho, por que ele fica me cobrando sobre o PLANAPO e do PRONARA. Então ontem eu já informei a ele que o já havia tido a resposta do Ministério da Agricultura, aprovando o PLANAPO, então ele já estaria pronto para a gente fazer um lançamento oficial do Plano e o Ministro ficou bem contente, além disso, falei também do PRONARA que o compromisso que o Ministro da Agricultura tinha feito era que o MMA abrisse mão do princípio da precaução dentro do PRONARA nesse momento, trabalhando mais com o princípio do risco, mas embora o Ministro Sarney Filho tenha sido bastante crítico por considerar que o princípio da precaução ele é importantíssimo nas questões ambientais e de saúde, enfim. Mas que a gente não parasse e, assim, avançasse na proposta o Ministério acordou que o PRONARA fosse revisto sobre o princípio do risco. Ontem também teve a boa notícia do Ministério da Agricultura de que ele está cumprindo com esse acordo e que vamos, então, iniciar o processo para essa revisão para que a gente tenha o lançamento do

PRONARA, para que tenha efetividade. Então, para o Ministério do Meio Ambiente são duas agendas super importantes e que o Ministro tem dado todo o seu apoio para que a gente avance.

Na nossa equipe nós estamos trazendo a Suiá, que agora começa a integrar a nossa equipe e creio que é um esforço importante. Eu estou aqui com o Vitor e o Alan que também são pessoas da coordenação que trata sobre a agroecologia. A nossa equipe é pequena, mas nós temos motivação e vontade e estamos apoiados pelo Ministro, eu acho que quando a gente tem esse apoio político é bem importante. Nós estamos em parceria com o MAPA, com o serviço florestal trabalhando com os cadernos de Boas Práticas para os produtos e espécies da Sociobiodiversidade, esse trabalho está sendo finalizado e a gente espera poder em conjunto com o INCRA, com a SEAD, no âmbito da assistência técnica, para que a possa colocar esses cadernos à disposição para que isso possa chegar aos nossos assentamentos diferenciados e nossas reservas extrativistas, como orientação para o manejo e quem sabe para a certificação orgânica desses produtos da sociobiodiversidade para agregação de valor que é importante. Então é uma parceria e está relacionado com as discussões no âmbito da CNAPO e do PLANAPO. E agradecer a parceria com a Secretaria Geral, que vem apoiando bastante as iniciativas também do próprio PLANAF. Além disso, estamos finalizando o Plano Nacional de Fortalecimento das comunidades extrativistas e ribeirinhas e que a SEAD e a Secretaria de Governo não tem medido esforço para ajudar, para que a gente possa, agora na semana do meio ambiente e no dia cinco de junho que é o dia nacional do Meio ambiente, fazer o anúncio, se tudo der certo, e conseguir estar com o Plano pronto para a gente fazer mais essa entrega, que também conversa muito com o PLANAPO. É como se fosse aquele eixo das sociobio, mas ele está um pouco mais detalhado lá e com outras iniciativas, como a iniciativa de educação, de saúde, de moradia.

O PLANAF é um pouco maior, mas temos o eixo da produção dentro do Plano que é, basicamente, o que está aqui dentro do PLANAPO. Então, são os dois planos que conversam, mas com recorte de público específico. Logo, Boas vindas aos companheiros da Sociedade Civil que agora estão integrando e que tenhamos um bom trabalho pela frente e podem contar com o Ministério do Meio Ambiente para o que precisar, pois estamos lá à disposição para ajudar e apoiar, para que a gente lance o PLANAF e lance o PRONARA e avance nas políticas e na agricultura orgânica no Brasil. Obrigada.

Rogério Neuwald – Pessoal, nesse momento a gente teria a divulgação da revista Agriculturas e os livros que a ASPTA está trazendo para nós. Vamos propor para vocês que a gente abra para a apresentação do Secretário Henrique sobre os ODS, até porque a revista Agriculturas está trazendo toda a sua temática em relação aos ODS. Posteriormente a apresentação dele a gente abre para algumas intervenções e dúvidas que ocorrerem em relação à fala dele e depois fazemos a divulgação da revista, digamos assim. Podemos proceder assim? Tudo bem, então.

Eu coloco a mesa à disposição se vocês se sentirem a vontade para sentarem junto com os demais presentes durante a apresentação, pois será usado o PowerPoint do Secretário Henrique ou também é possível enxergar pelos telões, fiquem a vontade.

Henrique Villa – Eu não falei na abertura por cautela, mas existe a expectativa que o Ministro Imbassahy se faça presente aqui para cumprimentar todos os novos

membros, vocês imaginam a situação da agenda do Ministro com todas essas reformas em andamento e como anda o dia-a-dia dele, mas ainda antes de sair para cá, a Secretária Executiva Ivani ligou para a gente dizendo que ele tem muita vontade de vir aqui cumprimentar a todos e, portanto, a expectativa é de que qualquer momento ele apareça por aqui para dirigir a palavra aos novos membros. E se for o caso, interrompemos assim que ele chegar.

A Secretaria Nacional de Articulação Social tem estado à frente desse processo da Agenda 2030 Brasil. Evidentemente a gente tem conversado muito sobre a agenda com diversos interlocutores da sociedade brasileira e geralmente nos perguntam o porquê da Secretaria de Articulação Social, por que a Segov a frente disso? Qual a determinação de Governo nesse sentido? Eu vou começar então fazendo uma breve explicação do motivo do protagonismo da SNAS em relação a discussão dessa Agenda 2030 Brasil. Iremos ver em seguida que anteriormente essa agenda ou a Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável o Governo trabalhava com a Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e nesse momento da Agenda ODM o protagonismo era forte da Secretaria de Governo e da Secretaria Nacional de Articulação Social, logo, nós herdamos, não apenas parte da equipe que já trabalhava com esses objetivos, mas sobretudo a sua expertise. Portanto, apenas para começar é necessário dizer que boa parte do que a gente herdou em relação a Agenda 2030 Brasil e os ODS vem do que a equipe anterior da SNAS trabalhou e contribuiu para a Agenda ODM. Eu estou aqui com parte da minha equipe, além do Rogério evidentemente, e da minha assessora Suzana que trabalha diretamente com isso também e do Secretário Adjunto da Secretaria de Articulação Social, Cláudio Ribeiro, que é o secretário supervisor dessa ação de ODS na Secretaria. Dito isso, rapidamente, essa primeira tela mostra os dezessete objetivos que compõem uma Agenda de longo prazo, pois para o Brasil o período de quinze anos é considerado longo prazo, a gente não consegue sair de um processo de planejamento a cada quatro anos, pois a cada quatro anos se renova os planos, se muda o nome dos programas, rotas e caminhos. Nós estamos fartos disso, eu enquanto servidor público estou farto disso, pois com esse tipo de providencia nós não chegamos a quase lugar nenhum. Os grandes países do mundo nos mostram que planejamento é fundamental e tem que ter norte sim e nortes de longo prazo, essa é uma esperança de tal de norte de longo prazo.

Essa Agenda 2030 é isso, pois é um compromisso do Estado brasileiro até o ano de 2030, portanto, os governos podem até ter divergências em relação à agenda, mas precisam ter reponsabilidade com ela, já que todos serão responsabilizados e não apenas os governos, essa é uma agenda de Estado como veremos em seguida.

Então rapidamente falando sobre o que eu disse sobre ODM e ODS. No ano 2000 a ONU propôs aos países membros da organização essa agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, essa agenda ela foi estabelecida de cima para baixo com pouquíssima discussão, mas eu diria que mudou o paradigma dessa articulação dos países da ONU em relação ao futuro do desenvolvimento sustentável. No ano de 2012, na Rio+20, as nações fizeram um balanço positivo da implementação dos ODMs e eu quero lembrar que o Brasil teve destaque nessa implementação, pois foi líder dessa discussão e colocou de pé vários dos desafios que hoje estão com uma “nova roupagem” na Agenda ODS, portanto, nada mais natural essa discussão ser travada e

de alguma forma ser forjada na Rio+20. E de 2012 até 2015, praticamente dois anos e meio, foi mais ou menos o período disso, essas nações fizeram uma grande discussão em relação à transição do ODM para o ODS, e por sua vez, muito mais plural e participativa. E o Brasil, eu diria, teve um papel importante nisso, porque mesmo com todas as nossas dificuldades, a gente consegue colocar na mesa atores da Sociedade Civil e atores governamentais e já tem bastante experiência nessa causa, apesar, e reitero, das dificuldades que a gente ainda tem para maximizar essa situação.

Em 2015, portanto, após uma discussão bem intensa com atores sociais e governamentais, se estabeleceu e se propôs a Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A primeira grande mudança do ODM para o ODS, além de tudo que a gente vai ver em seguida, é que a ODM foi uma agenda de cima para baixo e a ODS de baixo para cima. Desta forma, creio que tem uma mensagem importante aqui em relação a essa transição, transição essa que não é apenas dos oito objetivos do ODM para os dezessete objetivos do ODS, uma agenda muito mais plural e muito mais coletiva e é evidentemente, porque teve a digital de todos nós que entramos na discussão. Portanto, é uma agenda muito mais plural e estabelecida do que a Agenda ODM e só para a gente fazer um paralelo em relação a essa comissão, a Agenda ODS fala de erradicação da pobreza no objetivo um e fala de agricultura sustentável no dois, ou combate a fome, ela fala sobre saúde, qualidade de educação, fala sobre desigualdade no objetivo dez, fala sobre paz e justiça, meios de implementação, infraestrutura, inovação, fala sobre a vida na Terra e nos meios aquáticos, etc. Desta forma, ela abarca boa parte dos desafios de qualquer processo de desenvolvimento sustentável, logo, ela sai de uma agenda mínima dos oito objetivos para uma agenda de dezessete objetivos. Ela produz um consenso em relação a esses dezessete objetivos e mais, ela é uma agenda, como eu disse de Estado e não de Governo como veremos em seguida.

Essa agenda ODS é composta de dezessete objetivos, cento e sessenta e nove metas e outros tantos indicadores que vão, na realidade, medir até que ponto a gente se aproxima ou não dos objetivos propostos pela Organização das Nações Unidas e com o Chanceler do Estado brasileiro. A Agenda 2030, portanto, não é uma agenda ambiental e via de regra quando a gente fala sobre ela os autores menos avisados, sobretudo de alguns seguimentos da sociedade brasileira, vem com a "ladainha" de que é mais uma agenda ambiental, mas não, ela é uma agenda ambiental também. Ela é uma agenda que trata da erradicação da pobreza e da fome, ela fala da redução da desigualdade, combate as mudanças climáticas, fala sobre crescimento econômico incluyente, ou seja, é plural e muito mais do que uma agenda ambiental. E veja, ela é uma agenda de planejamento e gestão de políticas públicas, então começa a fazer um diálogo concentro com o papel da CNAPO.

Basicamente, e sendo muito breve, essa Agenda 2030 do Brasil tem três grandes fases. A primeira fase é a de negociação internacional que, por sua vez, já está vencida, essa que foi de 2012 à 2015 com o lançamento da agenda em Nova Iorque em setembro de 2015 e evidentemente teve um papel importante do nosso Itamaraty em relação a essa primeira fase. Temos essas outras duas fases de internalização e interiorização, que vamos gastar um pouco mais de tempo nessas duas etapas. A etapa de negociação basicamente ela teve alguns estágios: foi criado um grupo temático interministerial para negociação, depois diálogos com a Sociedade Civil e

Governos, que foi intenso e muito bem feito, eu participei quando estava no CGE desse processo, e depois houve uma validação da posição brasileira que foi levado a Nova Iorque. Isso está vencido, ou seja, a etapa de negociação da Agenda 2030 está vencida e é página virada, atualmente nós estamos na fase de implementação da agenda.

A fase de internalização possui três grandes etapas: governança, que consiste na criação de institutos governança, a adequação de metas globais à realidade brasileira, pois veja bem, nós temos uma agenda global discutida na medida do possível amplamente em dois anos e meio com o apoio de todos nós nesse processo onde a posição brasileira foi levada para a ONU, etc., porém, ocorre que uma agenda global precisa aterrissar nos países, ou seja, a Agenda 2030 global não pode ser a mesma na Suécia, no Haiti, na Noruega e no Brasil, por que nós temos realidades diferentes, portanto, essa etapa de adequação das metas globais é exatamente isso, é você olhar para a agenda global e aterrissá-la na situação brasileira e posteriormente a definição de indicadores exatamente medir até que ponto nós estamos avançando nisso.

Eu falei das três etapas da internalização, a governança, adequação das metas e medição dessas metas, ou seja, como vamos medir o nosso desempenho. Em relação à governança, está criado uma Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, essa comissão é paritária e foi criada por meio do Decreto nº 8892 de 27 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União no dia 31 de outubro, ela traz Governos e Sociedade Civil para uma mesa de gestão compartilhada, é paritária e tem natureza consultiva, evidente que ela terá um protagonismo importante aqui até pela pluralidade dos atores que veremos em seguida quais são. Entretanto, ela não determina ações nos programas, projetos e iniciativas de Governos, ela vai ter um papel importante de negociação, orientação e de diálogo, mas ela não executa política pública, deixando isso muito claro. A comissão é criada para articular, mobilizar e estabelecer o diálogo entre entes federativos e a Sociedade Civil. Vamos observar como está hoje estruturada essa comissão, veja: por meio de decreto presidencial nós criamos a comissão e a essa configuração foi estabelecida por meio de editais, onde convocamos a Sociedade Civil a se candidatar a essas vagas, o processo foi feito com todas as etapas muito bem definidas, que depois eu estou à disposição para qualquer dúvida que tenha em relação à elas, a comissão que elegeu esses participantes é formada por notáveis do desenvolvimento sustentável, foram sete julgadores externos que foram responsáveis por isso, todos eles da academia, gente da iniciativa privada e gente do terceiro setor com serviços prestados às questões do desenvolvimento sustentável, sendo que suas informações estão disponíveis à todos na nossa página da internet. E após esse processo que durou basicamente pouco mais de dois meses, nós chegamos a essa configuração da Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, primeiro o lado do Governo Federal que são seis representantes e aqui está muito claro qual o perfil desses representantes, afinal, a Agenda 2030 tem quatro grandes dimensões, sendo ambiental, econômica, social e institucional, e para cada dimensão dessa o Governo Federal tem um representante.

A dimensão ambiental é representada pelo Ministério do Meio Ambiente, dimensão econômica poderia escolher o Ministério da Fazenda, mas como é uma agenda de planejamento do desenvolvimento sustentável o assento é do MPDG. A dimensão social por razões óbvias é o MDS, a dimensão institucional, também por razões

óbvias, é a Casa Civil, ou seja, cabe a ela a coordenação do Governo Federal, além dos outros dois assentos: um do MRE, que faz o diálogo da Agenda Brasil, com a Agenda Internacional e com os parceiros institucionais, e da Secretaria de Governo, por que segundo o decreto de criação dessa estrutura de governança, a presidência é do Ministro da Segov, que hoje é do Ministro Imbassahy, e a Secretaria Executiva é da Secretaria Nacional de Articulação Social devido aquilo que eu falei no começo, por toda a contribuição que a Secretaria deu com os ODMs, portanto, nós temos essa expertise acumulada e entenderam que a SNAS deveria ser a Secretaria Executiva dessa Comissão. Desta forma, os seis entes do Governo Federal estão aí.

Os dois entes representantes dos Governos estaduais e municipais, que foram eleitos por esse processo de editais colocados na rua e a comissão de seleção julgou a melhor proposta de representação dos governos estaduais a ABEMA, Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente, e dos governos municipais a CNM, a Confederação Nacional dos Municípios. Evidentemente foi uma concorrência ampla, atores importantes dos estados e municípios não estão representados aqui, que foram candidatos a essas vagas, mas nós iremos ver em seguida como vamos tratar disso e que ninguém vai ficar de fora desse processo, afinal, é um processo coletivo do Estado Brasileiro e não existe possibilidade de ninguém ficar de fora, sob pena de a gente não chegar a lugar nenhum.

Do lado da Sociedade Civil, propriamente dita, eram quatro vagas para o terceiro setor, duas vagas para instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão e duas vagas para o setor produtivo. As vagas do setor produtivo foram eleitos a CNI e o instituto Ethos, da Academia foi ANDIFES e SBPC, que por uma questão de edital acabou se candidatando para uma outra vaga, e eram duas vagas, mas como faltou essa inscrição para institutos de ensino, pesquisa e extensão a gente acabou dando mais uma vaga para o terceiro setor, pois a SBPC se candidatou por lá, mas no nosso modo de ver ela está nessa categoria. E do terceiro setor propriamente dito: ABRINQ, a UGT, a Visão Mundial e a CNPE, Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Então essa é a configuração inicial dessa estrutura de governança da Agenda 2030 Brasil, lembrando que essa estrutura tem um assessoramento permanente do IPEA e do IBGE e, lembrando também, que o coração dessa comissão bate nas câmaras temáticas e é aí que eu quero chegar e reiterar que ninguém deve ser deixado para trás.

As principais Competências da Comissão Nacional, rapidamente passando por elas, consiste em elaborar o plano de ação para implementação da Agenda 2030, vamos deixar claro de novo o que é essa Agenda 2030 que é uma agenda de desenvolvimento das nações e coloca o Brasil no centro desse processo, portanto a minha mensagem é que o Brasil tem um norte para alcançar até 2030 independentemente dos governos que venham assumir em 2019, em 2022 e etc, eles têm um compromisso com essa agenda, isso está assinado e é irreversível. E como eu reputo que essa não é uma agenda de Governos, mas uma agenda de Estados, eu estou dizendo que todos nós temos compromisso com isso e eu, enquanto Governo, tenho o meu compromisso de fazer a minha parte como Governo Federal e depois que sair dessa instância, no dia seguinte, eu como cidadão e membro da minha instituição eu vou cobrar o Governo a sua parte em relação ao atingimento da Agenda 2030, fazia isso quando estava no CGE, em uma OS antes de vir para cá, e vou fazer isso

quando deixar a minha posição aqui dessa estrutura. E para o outro lado eu vou contribuir para essa Agenda 2030 que esse é um compromisso de todos nós.

Voltando as competências da Comissão Nacional, que por sua vez engloba propor estratégias, instrumentos, ações e programas para implementação e lembram que eu falei que a gente não vai implementar essas iniciativas e ações, mas cabe à essa instância de governança propor isso e evidentemente dialogar com os gestores de políticas públicas. Acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS, elaborar subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável, e nós estamos nesse momento finalizando o primeiro relatório voluntariado do Brasil, onde a minuta está prova e vamos abrir no nosso Partícipa para todos os atores da Sociedade Civil darem uma olhada nesse relatório, e eu não abro mão disso. Semana que vem a gente vai avisar para todos vocês que esse relatório estará a disposição do nosso meio de comunicação e diálogo com os atores da Sociedade Civil, eu quero que todo mundo dê uma olhada e tenha oportunidade para ver esse relatório, e critica-lo caso seja o caso, além de termos a possibilidade de reajustar o relatório nisso. É o primeiro relatório que vai dar o estado da nossa posição para a Agenda 2030, ele é importante, pois é para isso que ele serve, exemplo: olha nós estamos aqui nessa determinada posição e a Agenda 2030 estabelece que a gente chega em outro patamar, a gente vai ter no Tzero exatamente como estamos saindo para alcançar os objetivos e as metas que estão estabelecidos nessa Agenda 2030.

Eu falava das Câmaras Temáticas e é aqui que ninguém será deixado de lado, são dezessete objetivos e vocês podem perguntar quantas serão as câmaras temáticas, porém, eu não sei, pois a Comissão é soberana para estabelecer se terá dezessete Câmaras temáticas, uma para cada objetivo, se eu vou ter objetivo com mais de uma Câmara temática, exemplo: provavelmente vamos ter algo parecido, e aqui não estou fazendo nenhum pré-julgamento ou juízo, pois isso não me cabe já que estou apenas na Secretaria Executiva da Comissão, mas é bem provável que a comissão vai imaginar que seja importante uma Câmara Temática sobre Agricultura, afinal é fundamental por dialogar com o combate a fome, a questão das mudanças climáticas, etc. É bem possível que exista a proposta de criação de uma Câmara temática de Agroecologia e produção orgânica, por exemplo, e reforço que a comissão é soberana para isso. Portanto, como eu disse que essa é uma agenda plural e que vai do combate à fome à inovação, que vai do combate à mudança climática até a questão da infraestrutura, das novas práticas sustentáveis até, por exemplo, a questão de educação e saúde, é bem provável que a gente tenha a oportunidade de ter o conjunto plural dos atores da sociedade brasileira nos apoiando na governança disso e a ideia é exatamente essa. A semelhança que a gente faz na comissão nacional é que cada câmara dessa tenha gestão e governança compartilhadas entre governos e Sociedade Civil, por que é um esforço conjunto para a chegada em outro paradigma em 2030. Logo, é o espaço que agrega a participação de todos os Ministérios, a Sociedade Civil e a Academia, é um espaço de convergência e proporção de políticas públicas, ou seja, é aqui que efetivamente vai acontecer e se realizar a agenda e o coração da comissão com a governança compartilhada. Portanto, ninguém ficará de fora.

A adequação de metas consiste em cento e sessenta e nove metas globais que quando eu aterrisso essas metas no caso brasileiro, eu preciso evidentemente entender quais são as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis que são

adequadas à realidade brasileira, ou mais adequadas. Além disso, entender qual a situação atual do Brasil em relação às metas, ou seja, um diagnóstico de onde nós estamos, quais são as fundamentais, quais teremos determinada desenvoltura até 2030, algumas metas exigirão alguns esforços extra do Estado brasileiro, como gente capacitada, de recurso, de prioridade em políticas públicas. Eu preciso entender a legislação brasileira, quais são os impedimentos que se apresentam na legislação que dificultam chegar nessas metas, o que eu devo alterar nessa legislação para ter mais segurança para chegar às metas de 2030 da forma que eu devo chegar. É evidentemente olhar para os planos nacionais, hoje nós temos setenta e sete, não são mais setenta e cinco, planos nacionais em andamento e nós precisamos dialogar com isso, porém, já estamos fazendo isso.

Em relação aos indicadores é da mesma forma, nós temos ao menos três grupos de indicadores: com metodologia definida e com fonte de dados, com metodologia definida e sem fonte de dados e sem metodologia e sem fonte de dados. Apenas para dar um exemplo para vocês do tamanho do desafio, eu não vou evidentemente ser cansativo nisso. Esses indicadores que eu estou chamando de grupo um, onde existem metodologia e fonte de informação definidas, eu reputo que 41% desses duzentos e trinta e um indicadores estão nessa categoria, ou seja, daquele conjunto expressivo de indicadores eu estou falando que menos da metade estão nessa categoria. Portanto, todos os outros indicadores propostos, ou a gente não tem fonte de dados confiável ou não temos metodologia confiável, logo, o esforço brasileiro é esse de adequar as metas ao caso do Brasil, sempre olhando evidentemente o desafio global e de alguma forma adaptar o que temos de indicador para isso. É sempre necessário olhar para o desafio global, pois os indicadores são globais, se não a gente não consegue comparar os países, então, o desafio não é trivial.

Agora vamos abordar a etapa de interiorização, eu já falei da etapa de internalização onde ressaltai a governança, que é fundamental, e ao encontro do que eu falei aqui na abertura, se não tiver uma boa governança da Agenda 2030 a gente não vai a lugar nenhum, falei da adequação das metas ao caso brasileiro e do desafio da medição dos indicadores. Para finalizar, vamos para o que a gente chama de triunvirato das etapas da Agenda 2030, ou seja, a parte da interiorização que é fundamental. A interiorização é o processo concreto de aterrissagem dessa agenda global no território, nas instâncias subnacionais, nos municípios e nos estados, porque é nessas instâncias que ocorrem efetivamente o desenvolvimento sustentável. Como vocês podem imaginar, nós estamos fazendo tudo ao mesmo tempo, pois aqui não tem como fazer em etapas a internalização e interiorização estão ocorrendo ao nesse momento ao mesmo tempo, nós estamos estabelecendo a instância de governança, metodologias para essa instância, adequando as metas. E só para dar um exemplo de como está sendo os esforços de adequação de metas. Eu falava sobre a importância da aterrissagem dessas metas globais ao caso brasileiro, e nós estamos fazendo uma varredura, junto com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do PPA visando identificar o que tem proposto nas metas, portanto, nesse momento a gente tem muito claro o que tem de meta e objetivo espelhado no nosso PPA vigente. Como esse é um trabalho que foi feito pela burocracia do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Secretaria de Governo, nós estamos indo a Cada Ministério dizendo o seguinte: A nossa burocracia, que são os nossos técnicos, fez

esse tipo de olhar para esse “*match*” entre PPA e a Agenda 2030. É isso mesmo? Vocês técnicos da área corroboram para isso? Nós já fizemos isso com o MMA, com o MCTI e vou fazer isso com todos os institutos e todos os Ministérios que têm, eu diria, gestão de políticas públicas e que se refletem no PPA.

Portanto, ao final desse processo nós teremos de forma clara o quão longe o PPA está do atingimento de metas da Agenda 2030, o que precisa fazer para ajustar o PPA, se não já no próximo período de 2020 a 2023. As etapas de interiorização consistem no mapeamento de políticas públicas, estímulos a criação de comissões subnacionais, pois veja a coisa está ocorrendo com essa velocidade no âmbito federal, mas nos âmbitos estaduais e municipais a coisa tem ocorrido rápida também. Nós temos notícias de criação de instâncias subnacionais de governança da Agenda 2030 do ODS, instâncias municipais, já tem município fazendo PPA com base nos ODS, ou seja, criando um PPA todo olhando para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, além da iniciativa privada com ações importantes, o terceiro setor com iniciativas que nos surpreendem diariamente, pois todos os dias nós temos acesso à informações desse setor e são coisas que nos surpreende e inacreditáveis que estão acontecendo. Portanto, quando tivermos as instâncias de governança funcionando, a ideia é colocar isso a disposição de todo mundo, pois o que me surpreende não pode surpreender mais ninguém. Eu não vou fazer propaganda de algumas iniciativas, pois seria injusto e não terei tempo para isso, mas as coisas que já estão disponíveis precisam ser socializadas e temos a dificuldade de socializar, de ampliar e de dar escala, e é isso que a gente vai fazer também por meio da Agenda 2030.

O grande portal onde todo mundo vai ter acesso e demonstrar que os estados já estão fazendo isso, iniciativa privada já tem esses exemplos e iniciativas, municípios já têm essa iniciativa também e o terceiro setor está colocando a disposição iniciativas que deram certo em tais áreas e é isso que nós vamos fazer para ampliar a escala da Agenda 2030. Os diagnósticos da realidade local nós também estamos fazendo nesse momento, ora você só consegue intervir na realidade local se você entender muito bem qual o estado dessa realidade e aqui nós temos alguns organismos internacionais ajudando nisso como o PNUD, por exemplo, e os estados trabalhando a larga com o PNUD para a elaboração disso. Essa Agenda ODS para os governos locais, quer dizer, os governos locais se apropriando da Agenda 2030 e a gente apoiando essa agenda, que como eu disse é uma agenda do Estado brasileiro e é ótimo que aconteça isso e evidentemente o desafio vai ser como coordenar essas instâncias subnacionais no processo, ou seja, esse é o desafio da Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

As etapas de interiorização também consistem em promover a inclusão dos ODS no PPA, capacitação de gestores públicos, e para mim isso é um dos maiores desafios do processo e me assusta, desculpa ser tão claro aqui, a pouca capacidade de gestão sobretudo que os municípios tem e aqui eu não estou sendo preconceituoso quando eu falo da pouca capacidade de município para fazer gestão, e resalto que eu estou falando de todos os municípios brasileiros excetuando raríssimas exceções, talvez os grandes municípios. Todos os demais têm grandes dificuldades de gestão de política pública, portanto eles precisam fazer um esforço enorme de capacitação, por que é uma agenda coletiva e plural de gestão de políticas públicas. Fortalecimento das parcerias institucionais, que está cravado no objetivo dezessete, pois parceria é

fundamental e sem ela não iremos a lugar nenhum e cria ferramenta de comunicação e outras ferramentas que vão não só sinalizar a importância de alguns parceiros nesse processo, mas também valorizar essas iniciativas. Eu disse que me surpreende o conjunto de iniciativas que eu tive acesso nesse pouco tempo, por volta de cinco a seis meses, que estamos trabalhando com isso e a gente vai, a semelhança que fizemos no prêmio ODM Brasil, colocar de pé o prêmio ODS Brasil que vai ter como objetivo premiar e dar visibilidade para essas boas ações, mas sobretudo de dar oportunidade para que essas boas ações possam se tornar plurais e possam invadir todo o território nacional, esse é o maior objetivo do prêmio ODS Brasil.

Já finalizando, nas considerações finais, reintegro que a Agenda é mais que do que um compromisso do país, é oportunidade de convergência de políticas públicas, eu preciso reiterar isso e chama-los para a luta nesse momento nesse momento, essa é uma luta que vai ir além de 2018. Essa é uma luta que vai levar o Brasil a outro patamar de desenvolvimento sustentável, trazendo para dentro do processo diversas das nossas angustias e desigualdades e diversos dos nossos processos que até hoje foram deixados de lado e que vai extrapolar governos. Portanto, é uma agenda especial do Estado brasileiro e todos estão convocados para esse projeto e como eu disse ninguém será deixado de lado, evidente que para esse grupo aqui isso é muito trivial, porque a agroecologia e a produção orgânica terão papéis importantes nas câmaras temáticas e eu não tenho a menor dúvida disso. Eu estou chamando o conjunto dos atores à socializarem isso com seus parceiros e companheiros fora desse âmbito da CNAPO, é isso que eu quero dizer claramente, pois isso é um esforço que vai ter que reunir todos os elementos da sociedade brasileira, por que é um esforço coletivo-plural e que, como eu disse, ultrapassa muito o período de governos.

A estrutura de governança é necessária para o sucesso da empreitada, ela prove articulação e sustentabilidade à Agenda 2030, os governos vão mudar e a agenda continuará de pé. Primeiro porque é um processo suportado pela sociedade e pelo Estado brasileiro, mas sobretudo porque é uma agenda de compromisso, desta forma, são compromissos assumidos formalmente entre o Brasil e seus parceiros internacionais. E por fim eu quero reiterar isso, ninguém deve ser deixado de lado, o processo coletivo vai marchar com o conjunto dos atores lado a lado para a implementação da Agenda 2030, que começa agora. E infelizmente começa com o atraso de um ano, pois essa crise brasileira atrasou em um ano a implementação da agenda, que foi assinada, como eu disse, em setembro de 2015, e começamos a olhar efetivamente para a agenda em junho do ano passado, portanto, perdemos basicamente um ano da implementação da Agenda e 2030 é logo ali. E que bom que temos alguma coisa para olhar para frente, eu falava isso ontem com o companheiro Rogério, nesse momento de crise. É isso que me alimenta nesse momento como Secretário Nacional de Articulação Social, nós estamos o tempo todo correndo atrás da dificuldade desse momento, correndo atrás da crise, pois é corte orçamentário, problema político institucional, diálogo nem sempre facilitado com os parceiros da Sociedade Civil e a Secretaria faz isso, ontem, por exemplo, eu estava em uma mesa com o MST no Incra, e nós entendemos absolutamente a demanda do Movimento sem Terra no Brasil, esse momento é um diálogo complicado e difícil por várias razões que aqui eu não preciso repetir, mas a Agenda 2030 ela é o que nos alimenta pós-

2018, porque ela sobrevive após esse período e é isso que traz um pouco de confiança de que o Brasil tem jeito, o Brasil vai ser acertar e é um país forte, independentemente de quem passa por aqui e não dá a contribuição que deveria dar, que envergonha a gente diariamente. Eu não consigo mais ligar a televisão na hora do meu descanso, pois eu não aguento mais ouvir aquilo que eu ouço diariamente, portanto, quem sabe que essa Agenda 2030 possa ser o elo da nossa ligação com outra realidade e com um novo momento da sociedade brasileira. Apenas para contar um caso, antes de encerrar, eu estive falando sobre isso com uns companheiros da CNI e em certo momento ao final, um empresário me levantou a mão e falou assim: “Muito bom, doutor Henrique, ótimo. É bonito e eu entendi a sua mensagem, conte com a nossa federação, mas o que empresário irá ganhar com isso?”. E eu falei: “que bom que ele fez essa pergunta” e respondi: “olha, o que o empresário ganha com o país que consegue enxergar o que ele vai ser em 2030? O que o empresário ganha com o país que não precisa pagar propina para fazer negócio com o Estado? O que o empresário ganha quando você sabe as regras do jogo bem definidas e quem define essas regras é o conjunto de atores claramente instruídos na sociedade brasileira? Preciso dizer mais alguma coisa?” Após isso houve aquele silêncio no Plenário e no final ele veio me cumprimentar e ressaltou que tinha entendido a minha mensagem e agradeceu.

A Agenda 2030, em resumo, é isso e ao agradecer a atenção de vocês gostaria de ressaltar e pedir, mais uma vez, essa contribuição de todos para esse esforço de todos nós, quanto mais a gente estiver imbuído desse espírito que nós temos aqui um norte a alcançar em 2030 que vai avançar esses momentos de crise que a gente tem, ou seja, vai além desse momento. Na página da Secretaria de Governo a gente tem mais informações sobre isso e fiquem a vontade a qualquer momento de me contactar por telefone e email para maiores informações sobre essa agenda, para maiores esclarecimentos, minha e da minha equipe, pois estamos à disposição para isso e vamos dar as condições, enquanto for possível, para trazer esse novo rumo para o que a gente imagina do que possa ser o Brasil nos próximos anos. Muito obrigado pela a atenção de todos e mais uma vez parabeniza-los pelo esforço aqui na comissão. Muito obrigado.

Rogério Neuwald – Muito obrigado, Secretário Henrique. Se o pessoal da mesa quiser voltar, fique a vontade. Nós abriríamos agora para duas intervenções, se houver perguntas em relação à fala do Secretário Henrique. Alguém gostaria de se manifestar?

Antes de passar a palavra para a Michela, só anunciar a presença do representante da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul, o Osmar, desculpa não ter anunciado antes, Osmar, mas é uma satisfação para nós recebe-lo, assim como a chegada da Fernanda e o pessoal do BNDES que vêm aqui participar e que são convidados permanentes nosso. Primeiro a fala está com o Luciano e depois a Michela.

Luciano Matos (Embrapa Cerrados) – Bom dia, você colocou, se eu não me engano, as etapas de interiorização e tem uma questão que eu acho que é fundamental, pois a gente faz todas as estratégias e temos ainda no Brasil um meio universitário que muitas vezes a inovação, por incrível que pareça, dentro do ambiente acadêmico na formação e não na pesquisa está aquém dessas inovações e

desafios que a gente tem pela frente. O profissional sai da universidade e ele tem que complementar a formação dele, isso é normal, mas em questões que são estratégias, então eu acho que se limitar nessas etapas só à capacitação é muito pouco. Eu acho que está na hora das questões fundamentais para o país, e essa é uma delas, da gente ter junto ao MEC uma ação bastante agressiva no bom sentido de internalizar esse tipo de abordagem nos currículos universitários. Isso não é uma coisa simples, por que eu lembro que em 2005 ou 2006, quando eu assessorava a diretoria da Embrapa, nós tentamos com um trabalho interministerial, que se eu não me engano foi até puxado pelo Rogério não lembro agora, de renovar o currículo da agronomia e nós não conseguimos. O *lobby* do setor produtivo foi enorme e era para melhorar os desafios da agricultura brasileira.

Então assim, como é um tema que perpassa qualquer formação, qualquer um engenheiro, sociólogo, médico, todo mundo vai ter que ter esse tipo de noção, eu acho que está na hora da gente pensar seriamente na grade básica dos currículos universitários que esse tipo de noção seja internalizado, isso passa, provavelmente, na maioria delas por concursos de professores com esse tipo de abordagem também. Então, me incomoda esse termo capacitação isolado não é esse discurso bobo de que todo mundo é capaz, não é isso, é que está na hora de pensarmos em uma coisa mais estratégica.

O segundo ponto não é provocação é uma questão sincera da minha parte. Eu vejo um pouco de incompatibilidade entre a PEC dos gastos com os desafios que vêm pela frente, o senhor mesmo colocou que nós temos uma dificuldade como país de se planejar no médio e longo prazo e como é que vamos pensar em novos desafios que exigem orçamento crescente com uma perspectiva de orçamento decrescente? Então eu queria ouvi-lo sobre esse tipo de certa incompatibilidade. Obrigado.

Secretário Henrique Villa – Desculpa, eu não ouvi o restinho da sua questão, mas enfim, eu entendo, pois o telefone estava me incomodando. Primeiro é necessário deixar claro que aquela relação de providências da interiorização são coisas em andamento, Luciano, e é ótimo você ter levantado esse ponto porque a comissão vai ter que endereçar diversas providências para o atingimento das metas e objetivos da Agenda 2030, então nesse momento o que está sendo colocado é o seguinte, aquela relação de providências e capacitação dos gestores municipais já está em andamento e é algo que nesse momento já está providenciando previamente a instalação da comissão, porque eu não falei isso para vocês, mas a comissão deve ser instalada no final da primeira quinzena de maio, mês que vem, em um evento aqui no Palácio. Portanto, a partir daí a comissão ganha vida e se estabelece como ente de governança da Agenda 2030 Brasil, mas evidentemente os desafios são tantos e tão grandes que nós já estamos antecipando alguns deles, e capacitação municipal já está em andamento e eu concordo plenamente contigo. E tenha certeza que a Embrapa é um parceiro nesse processo e será chamada para as câmaras temáticas, eu não tenho menor dúvida disso, pois já é parceiro de longo tempo e vai ter um protagonismo importante nisso.

Um dos pontos que você tocou de providência da comissão e das câmaras temáticas é exatamente esse, de propor, e se lembrem de que eu falei que não seremos gestores de políticas públicas, e a comissão não terá a caneta para implementar decisões, mas o poder dessa comissão, inclusive, de diálogo e da

estrutura montada dentro da Agenda 2030 evidentemente terá uma capacidade enorme de diálogo com os atores da ponta que estão gerindo políticas públicas. E esse é um dos pontos que eu imagino que deve ser endereçado pela comissão por meio das câmaras temáticas, eu não tenho menor dúvida disso, essa adequação dos currículos dos profissionais que saem da universidade para o que interessa fazer no mundo e na vida real, e não só na questão da inovação, mas em outros pontos, pois eu imagino, e aqui estou falando um pouco do meu lado acadêmico, que nós poderemos colocar o dedo nessa questão de adequação de diversos outros currículos para o desafio da Agenda 2030, dialogando com a inovação também, mas considerando outras matrizes.

Em relação à PEC dos cortes de gastos, será um desafio importante que nós vamos ter, agora veja que quando eu falei da adequação, Luciano, a gente vai ter que ter prioridades. Deixa eu dar um exemplo, apesar de que eu não queria entrar em coisas pontuais, por que isso vai ser algo a ser endereçado pela comissão, mas deixa eu aproveitar essa sua provocação. Nós vamos fazer, a partir dos dezessete objetivos, workshops que dão dar o Tzero de Cada um dos objetivos do desenvolvimento sustentável e aí trazendo atores como a Embrapa, Universidades, terceiro setor, iniciativa privada, etc. Uma das coisas que nós já temos notícia é que uma das principais metas colocadas na Agenda 2030 não será alcançada no Brasil até o ano de 2030, mas que meta é essa? E só para dar um exemplo, a meta de 100% das pessoas no Brasil com acesso ao ligamento do esgotamento sanitário em sua residência. Os especialistas me disseram: “Henrique esquece, pois é impossível chega a isso em 2030”, a informação que eu tenho hoje é que menos de 45% das pessoas da sociedade brasileira têm acesso a esgotamento sanitário em sua residência e essa é uma meta inexecutável até 2030. Portanto, o que eles estão me dizendo é que nós não vamos conseguir chegar ao que está estabelecido na Agenda até o prazo determinado, então o que é possível fazer até o ano 2030? Eles me disseram que se deixarmos tudo como está, no máximo 65% da sociedade brasileira terá acesso a esse direito até o ano pré-determinado. Porém, está aí o que é a Agenda 2030, pois se a gente deixar tudo como está e por conta das instituições que nós temos Luciano, nós estaremos dizendo que em 2030 no máximo 65% da população vai ter acesso ao esgotamento sanitário, o que é um absurdo em um país como o Brasil, porém, é necessário questionar o que a gente pode fazer para priorizar isso e evidente que quando trabalhamos com escassez nós precisamos priorizar o que é mais importante. Se alimento é importante para a sociedade brasileira, é digno que o cidadão em 2030 ainda não tenha acesso a esgotamento sanitário? Que 40% da população não tenha acesso? É isso que nós vamos tratar na comissão, que não poderá estabelecer a prioridade, mas a partir do estabelecimento da prioridade concreta vai poder dialogar com os atores e começar a medir até que ponto ele chega mais ou menos e de alguma forma teremos que ver o que é mais importante e o que é menos importante nesse processo.

Eu dei apenas um exemplo de uma meta que eu já sei e que os especialistas dizem que nós não vamos atingir. Outra meta, apenas para finalizar, é aquela sobre a questão da pobreza, inclusive outro dia eu vi um especialista da USP colocando em um blog isso, que essa meta é impossível e inexecutável, a gente não vai conseguir trabalhar com vírgula 25 dólares para toda a população brasileira até 2030. Ora, como

essa meta é inexecutável, isso é importante para a gente ou não é, é digno que o cidadão brasileiro viva sem isso, sem esse patamar mínimo? Não é digno. Portanto, a comissão estabelecendo como meta principal, é isso que a gente vai fazer na discussão da Agenda 2030 e essa meta nós não abrimos mão, e teremos que tirar dinheiro de algum lugar para colocar nessa meta, porque a comissão entende que isso é prioridade zero e o Brasil não pode chegar a 2030 sem, por exemplo, atender essa meta, logo, o desafio da comissão, Luciano, que não é trivial é por aí.

Rogério Neuwald – Obrigado, Secretário. Michela por favor.

Michela Calaça (Movimento de Mulheres Camponesas) – A gente entende que os ODS é uma pauta estratégica e importante que precisamos dialogar e nesse sentido, três objetivos principais que apareceram que eu acho que consistem no ponto que eu queria dialogar com você, sendo, erradicar a pobreza e a fome, redução das desigualdades e desigualdade de gênero. Veja, o Governo está com a pauta da reforma da previdência que acaba com a previdência para os camponeses, porque no Nordeste sessenta e cinco anos é a idade que a gente morre e então não se aposenta. Como é que esse diálogo todo, bonito que a gente fez e a sua apresentação, dialoga com o que o Governo está colocando para aumentar a desigualdade, além de precarizar a vida dos camponeses e dos urbanos. Então assim, eu queria que você fizesse um paralelo entre o que é essa construção desses ODS e concretamente o que o Governo está propondo para a Sociedade brasileira que, para além da PEC 55 tem a reforma da previdência que na nossa avaliação desconstrói tudo o que você apresentou como a proposta de construção do ODS. Então eu estou entendendo que para vocês é importante a construção do ODS, estamos conquistando uma Secretaria de Governo para lutar junto com a gente contra a Reforma da previdência e aí eu gostaria que você colocasse um pouquinho isso. E dialogando com o tema, que é o tema do governo atual “Ordem e progresso”, para a gente ordem é ninguém passar fome e progresso é o povo feliz.

Henrique Villa – Michela, primeiramente gostaria de mais uma vez te cumprimentar e pedir perdão por ter te chamado de Miquela no primeiro momento. Mas veja bem, o que você coloca é evidentemente importante e inexorável, eu não vou entrar na discussão sobre a reforma da previdência, porque eu não tenho elemento para isso, a reforma continua sendo ajustada no Congresso, e segundo os especialistas e a maioria dos especialistas que eu tenho contato, o Brasil precisa de uma reforma previdenciária, então eu estou trabalhando com esse pano de fundo. Sobre a reforma previdenciária eu não tenho capacidade de discutir com vocês, mas veja que por ser uma agenda de longo prazo é verdade o que eles me dizem que as reformas podem mudar o paradigma e o *status quo* da sociedade brasileira, e com isso trazer mais investimento, tornar o país mais competitivo e etc., mas se é verdade o discurso ou não, eu não vou fazer juízo de valor sobre a reforma porque eu não estou preparado para isso. Provavelmente o país vai voltar a crescer e se o país voltar a crescer é bem provável nós teremos outro patamar de gasto orçamentário e financeiro para o conjunto das ações que vão estar estabelecidas aqui na Agenda 2030. Se isso for verdade, ao longo do tempo a gente vai ganhar musculatura para efetivamente colocar de pé essas ações. O que é importante é o seguinte, e vou aproveitar para fazer um gancho da sua questão com a do Luciano anteriormente, a comissão vai ter que eleger prioridades absolutas e ao eleger essas prioridades terá o papel republicano de

negociar essas prioridades absolutas com gestores de políticas públicas, seja os Governos, a Sociedade Civil, a iniciativa privada, pois a própria iniciativa privada tem dito muito para mim: “Olha em um esforço como esse, planejado e de longo prazo, onde eu consiga enxergar aonde iremos chegar, eu tenho um dinheiro extra para investir nisso e tenho condição ser parceiro efetivo nisso, de uma outra forma que eu venho sendo hoje”.

Então se é verdade isso, a gente vai ter condição de evoluir no tempo, e lógico que reputo que os institutos de governança são fundamentais para o processo, pois quanto mais robustos e fortes for esses institutos, mais representativos da pluralidade brasileira e seremos mais capazes de negociar com os governos também, mas não só com os governos, eu insisto, essa não é uma agenda que terá apenas a digital dos governos, ela precisa ter digitais que vai, além disso, e não estou falando dos governos do período de tempo de serviço a Cada quatro anos, ela vai precisar ter um suporte e aporte de outros elementos da sociedade brasileira e da sociedade internacional. Eu quero lembrar que quando eu falo do objetivo dezessete, que consiste nas parcerias, estou dizendo que temos muito dinheiro para colocar nesse processo e eu já ouvi isso da embaixada da Alemanha, da Suécia, a gente também tem ouvido isso de organismos internacionais, a União Europeia já tem colocado dinheiro nesse primeiro momento para a gente, ou seja, estão dizendo que temos dinheiro para isso e é o compromisso do objetivo dezessete.

Portanto, se nós nos organizarmos melhor, e essa tem sido a minha esperança e eu preciso me agarrar nesse momento a alguma esperança concentra, pois nesse cenário as coisas estão difíceis, eu tendo a ficar amargurado e preciso dizer que todo mundo está amargurado nesse momento. A Agenda 2030, para não tomar mais tempo, é a esperança de a gente ter um diálogo de um Brasil melhor daqui para frente.

Rogério Neuwald – Obrigado, Secretário. Eu acho que as suas palavras aqui trazem a possibilidade de nós continuarmos trabalhando na nossa comissão e trabalhando com ela na perspectiva de Cada vez mais fortalecer a agenda da agroecologia e da produção orgânica, que é a agenda efetivamente e que temos uma caminhada e um futuro muito grande próximos da relação com os ODS. Eu creio que esse é um tema que nos agrada e nos alegra e ao ouvir suas palavras eu tenho certeza que isso é comum em todos os presentes aqui na nossa Plenária.

Pessoal, nós temos uma questão de tempo e isso sempre nos remete às dificuldades. Tem um amigo que sempre diz que o nosso problema não é o tempo e sim as horas, pois o tempo está à nosso favor e as horas estão contra. Nós temos ainda o momento da CIAPO, para fazer uma fala, também temos o momento das subcomissões temáticas e eu fico muito tranquilo porque a partir das quatorze horas, que volta a Plenária, nós teremos aquela questão dos Planos Operativos e poderemos remeter em caso de necessidade a questão dos Planos operativos e temáticas para a tarde, eu acho que dá para organizar assim e não nos angustia muito esse momento agora. Se for necessário, a gente passa as comissões temáticas, também, para o início da tarde junto com os Planos Operativos, pode ser em função do horário?

Então de imediato eu vou passar a ASPTA e a ANA, o Luciano da ASPTA fará o lançamento da Revista Agriculturas e de mais dois livros. A revista que fala especificamente nessa edição a respeito dos ODS. Eu acho que seria interessante se você falasse um pouco sobre a revista, onde ela circula e tal. Obrigado.

Luciano (ASPTA) – Bom dia companheiras e companheiros da CNAPO e os secretários presentes. A gente aproveitou essa oportunidade da comissão para valorizar algumas iniciativas que estão aqui que sistematizam a experiência a área da agroecológica que julgamos importante trazer e compartilhar com todos e todas vocês. Então, esse número especial da revista *Agriculturas*, e é importante contextualizar ele, tem uma relação direta com a nossa trajetória, da própria CNAPO, a Política nacional de Agroecologia era importante frisar, que ela é de certo modo o reconhecimento de uma longa trajetória construída pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil, que vêm de um ciclo de aproximadamente trinta anos, buscando construir na prática e na luta a agroecologia como modo de produção e de vida para a agricultura familiar, para os povos e comunidades tradicionais. De certa forma, a efetivação da Política Nacional de Agroecologia é expressão dessa trajetória, ela é expressão e reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância do projeto em curso construído por tantas mãos e fruto de muita luta.

E a revista ela tem uma relação direta com o desafio permanente nosso, que é o desafio de trazer evidências concretas, de comprovar na prática como a agroecologia vem se colocando como uma alternativa efetiva para as agriculturas familiares e para a agroecologia como modo de produção. Há mais ou menos três anos a ASPTA aprovou um projeto em parceria com outras organizações internacionais da América Latina junto a União Europeia, chamado Aliança pela Agroecologia, mas qual o objetivo desse projeto? A gente viu que ao longo dos últimos vinte ou quinze anos, um conjunto de mudanças foi ocorrendo ao nível dos países da América Latina, a partir do envolvimento de governos progressistas, que passaram a incorporar na sua agenda de construção de políticas o reconhecimento da agricultura familiar, da diversidade dos povos e comunidades tradicionais, do papel das mulheres agricultoras e o reconhecimento de uma diversidade de segmentos sociais envolvidos no desenvolvimento rural e que vinham promovendo isso. Então um conjunto de programas públicos foram lançados não só no Brasil, mas em vários países.

Esse programa, apoiado pela União Europeia, articulou experiências e organizações da Guatemala, da Nicarágua, Colômbia, Equador, Bolívia, Paraguai e Brasil, ou seja, são organizações envolvidas em projetos agroecológicos e em todos esses países experiências de políticas foram lançadas de mãos e ao mesmo tempo a Sociedade Civil também desafiada a se envolver e registrar as suas experiências. Essa revista é síntese, digamos assim, das experiências mobilizadas por essas diferentes organizações nesses países e que a gente entendeu a importância de transformar isso em um número especial, onde ao mesmo tempo a gente traz um resumo do que essas experiências apontam de relevante para a construção da agroecologia e da consolidação de um modo de produção para a agricultura nesses países e ao mesmo tempo ela também traz evidências dos conflitos vividos, porque em todos esses países também, além da agroecologia como padrão de desenvolvimento associado à agricultura familiar, ela se desenvolveu em conflito com uma expansão forte das agriculturas vinculadas a produção de *commodities* e a modernização que na maioria dos casos entraram em conflito concreto lá na ponta com os povos e comunidades tradicionais que vem em sua maioria promovendo a agroecologia como modelo. Então, ela busca trazer isso e fazer um balanço sobre o papel que exerciam nas políticas nesses diferentes países e, ao mesmo tempo, ela

traz uma preocupação e uma oportunidade de mostrar o quanto que a agroecologia tem a contribuir para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A gente identificou pelo menos dez dos objetivos, dos dezessete, onde a agroecologia ela se apresenta como alternativa real de busca e construção desses objetivos, então nós entendemos que a CNAPO e a promoção da agroecologia têm um papel determinante para o alcance desses objetivos.

Nós temos o prazer de compartilhar com vocês essa revista e ela vai ser distribuída no intervalo para a gente não tomar muito tempo, mas agradecemos também pela atenção em relação a ela. A gente aproveita aqui para emendar e ganhar tempo, o outro material que a gente está aqui para socializar vai, mais ou menos, na mesma direção. A SPTA e vários outros parceiros têm assumido o desafio de colocar evidências sobre a eficiência econômica, ecológica e política da agroecologia como um modo de produção e a agricultura camponesa e as suas formas e suas singularidades das formas com que produzem, que por muitas vezes são ocultadas. Continua fala do Luciano (ASPTA) – Uma série de aspectos da economia e da ecologia desenvolvidos nesse sistema de produção. E a ASPTA ao longo desses trinta anos de curso vem buscando desenvolver métodos de análise econômica e ecológica que permitam tirar da invisibilidade e desocultar as relações econômicas, ecológicas e políticas que singularizam os modos de produção e de vida da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais. Esse método foi sendo desenvolvido ao longo desse período com parceiros, aqui têm várias organizações da Rede Ater Nordeste, da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, da Articulação Agroecologia do Semiárido que vem desenvolvendo e experimentando os métodos e a partir desse exercício a gente fez um esforço de sistematizar o método que está nessa publicação já exercitado por muitos dos que estão aqui, que se chama “Métodos de análise econômica e ecológica de Agroecossistemas”. Essa publicação tem um valor importante para a gente, por que ela constrói um conjunto de conceitos que ajudam a orientar esse olhar analítico e ao mesmo tempo permite que esse tipo de estudo possa ser aprofundado. Bom, é importante dizer, também, que essa publicação foi apoiada por um projeto com o apoio do BNDES, da Fundação Banco do Brasil e a ANA, que é o projeto “promovendo a Agroecologia e Rede”, e que deu lugar a duas publicações, uma sobre o método e outra, que o Dennis vai complementar aqui o meu informe, de alguns estudos de caso já realizados. Então a gente espera que esse material seja útil para todos nós, para aprimorarmos os nossos métodos da evidência sobre o avanço da agroecologia no país. Obrigado.

Denis. Complementando a informação essa outra publicação chamada “Olhares Agrecológicos – Análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros”, esse livro é fruto de um esforço que foi feito no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia, a partir de maio de 2015, e esse trabalho foi concluído no final do ano passado e essa publicação foi lançada recentemente. Que consiste exatamente nesse trabalho de olhar para os territórios e agrossistemas que nós fizemos em sete territórios, e eu vou ler aqui quais foram eles, território litoral norte do Rio Grande do Sul, Região metropolitana do Rio de Janeiro, Sertão do Araripe Pernambucano, Alto Rio Pardo, Semiárido mineiro, Sudoeste do Mato Grosso, Leste de Rondônia e o município de Santarém no Pará. Então foi justamente o esforço de fazer essa leitura, Cada artigo desse tem em torno de 20 a 30 páginas e traz a história

dos territórios, a diversidade de agrossistemas existentes nesses territórios e o desenvolvimento e um retrato atual desses agrossistemas, onde a maioria deles foram construídos com base nos princípios da agroecologia.

Portanto, é uma publicação que a gente convida a leitura e eu aproveito aqui a presença do Secretário Henrique para dizer que esse estudo vai mostrar que nos últimos anos, principalmente meados dos anos de 1990 com o reconhecimento da agricultura familiar e a partir do governo Lula em 2003 com várias políticas públicas que foram construídas com a participação da sociedade, o retrato da agricultura familiar em muitos territórios mudou bastante, ou seja, a realidade da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais mudaram muito. Por que direitos historicamente negados a essas populações puderam ser garantidos com as políticas públicas, maior volume de recursos, uma maior pró atividade do Estado, no sentido de apoiar essas populações e esses territórios. Então a gente quer deixar esse registro que poderemos ver aqui e queria fazer um paralelo, aproveitando a sua presença, com uma questão que vem nos incomodando bastante e gerado reações de vários setores da sociedade, que é em relação ao questionário do Senso Agropecuário 2017. Vários setores já se manifestaram como o SBPC, a Associação Brasileira de Agroecologia, nós da Articulação Nacional de Agroecologia, redes de estudos rurais, sobre a precarização do Senso Agropecuário com corte de diversas questões que são fundamentais para a compreensão da realidade do campo brasileiro. O último Senso Agropecuário aconteceu em 2006, ou seja, mais de dez anos depois nós temos a oportunidade da realização do novo senso e se houver uma precarização das informações relacionadas à agricultura familiar, nós vamos perder um universo de questões importantíssimas para o desenho das políticas públicas, então a gente precisa que isso seja revisto, que o IBGE reveja essa decisão, inclua questões estratégicas que foram excluídas para que a gente possa ter um retrato mais fiel possível do campo brasileiro e que mostre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento e para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Desta forma, nós estamos pedindo que a Secretaria interceda junto ao IBGE, em relação a essa questão, e que essas decisões sejam revistas para que a gente possa ter um questionário adequado a nossa realidade não só em relação à agricultura familiar como também em relação ao uso de agrotóxicos. A questão dos agrotóxicos é extremamente preocupante e a situação bastante fora do controle tem tudo a ver com a questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Senso Agropecuário, também, precariza várias informações em relação ao uso de agrotóxicos, pois foi extremamente simplificado, então são informações que já no censo de 2016 existiram e que foram cortadas, mas que precisam permanecer, pois a realidade de lá para cá infelizmente só se agravou em relação ao uso de agrotóxicos. Dito isto, a gente aproveita essa oportunidade aqui para pedir que a Secretaria encaminhe essa nossa solicitação junto com todas as manifestações que foram feitas, para que essa decisão seja revista em relação ao questionário do Senso Agropecuário.

E voltando a nossa propaganda, nós temos também adesivos que fizemos na Articulação Nacional de Agroecologia, todo apoio à reforma agrária, às comunidades quilombolas, às comunidades extrativistas, à agricultura camponesa, aos povos indígenas e à agricultura familiar. Esses adesivos estão sendo vendidos quase pelo preço de custo, dois reais, e os carros em Brasília Cada vez mais precisam ter esses

adesivos circulando por aí, então a gente pede e estimula que vocês comprem e utilize os adesivos em seus carros, porque está sendo bastante necessário nesse momento. A revista e os dois livros nós estamos pedindo uma contribuição voluntária de cinco reais, é uma sugestão, quem não tiver vai ter acesso ao seu material para pagar o frete, pois custaram caro mandar de avião para Brasília essas publicações, então é uma contribuição voluntária para o conhecimento científico e popular do campo agroecológico. Obrigado.

Senhora não se identificada Dennis, faça o favor. Como o primeiro kit, o Secretário Henrique está fazendo a contribuição e quer receber aqui. Bom dia a todas e a todos, na verdade eu estou aproveitando agora para cumprimentar todas e todos e também queria saudar as pessoas que estão vindo nessa, que é a décima sétima Plenária e temos pessoas novas, então que sejam todas e todos bem vindos. Agora vamos ter uma fala, que é da CIAPO, e o senhor Pavarino vai fazer essa fala sobre o momento CIAPO. Por favor.

Marco Pavarino – Bom dia a todas e a todos, bom dia Secretário. Na verdade, ontem a gente teve algumas dificuldades em relativa à apresentação de alguns planos operativos, especialmente no ST de Mulheres e também da ATER. Nós nos comprometemos a fazer essa fala hoje e nesse momento, na pauta tem o monitoramento PLANAPO 2, validação do PLANAPO 2, Portal Agroecologia e informe pelo SAF. Eu vou pedir Rogério, que a gente faça o seguinte, aproveitando que o Ricardo, que está respondendo pelo departamento de ATER da SEAD, e também a Solange, pelas mulheres na SDR, que por sua vez estão aqui, desta forma, eu proponho que a gente chame os dois para a mesa e de imediato fizessem a apresentação daquilo que é referente da ATER e do que é referente ao ST Mulheres para a gente ter isso passado. Por favor, Solange e Ricardo.

Solange – Bom dia a todas e a todos, primeiro eu gostaria de me apresentar, pois na décima sexta reunião eu tinha sido nomeada, mas ainda não tinha tomado posse e por isso não pude estar aqui. Já justifico a minha ausência aqui na segunda feira, por que eu já tinha uma agenda marcada de viagem, mas a Patrícia esteve aqui e acredito que ela possa ter dado alguma contribuição dentro da medida do possível, que nós estamos há quatro meses na coordenação. Registrando aqui que a nossa coordenação que quando eu chegue já pautei com o Secretário Roseno que é uma super coordenação, pois temos três agendas diferentes e estamos com o desafio de compreender todas as ações dessa coordenação e de Cada agenda para dar a nossa contribuição aqui, como bem o Secretário Henrique explicitou, eu gostei demais da fala dele e me identifiquei em vários momentos. Porque eu vim de militância, meu histórico e minha trajetória passaram pelos movimentos sociais, a minha formação está ligada ao Serviço social, afinal, sou assistente social e também de formação gestora pública, então eu compreendo esse universo de um lado e de outro, pois já estive dos dois lados, e compreendo e valorizo muito esse espaço de discussão com a Sociedade Civil, destacando mais uma fala do senhor que diz: O gestor que quiser fazer a sua gestão sem realizar o diálogo com a Sociedade Civil e até mesmo, e eu vou para além disso, porque a sociedade está representada aqui por entidades e esses mecanismos, mas também com o beneficiário lá na ponta, ele está atestando a sua capacidade de fazer gestão só para ele. Pois eu venho de outra gestão e sou do estado de Minas Gerais, estive a frente da Diretoria de Economia Solidária, por três anos e onze

meses, a qual a minha gestão foi bancada em constante diálogo com o movimento de economia solidária, isso me fez crescer muito e entender a particularidade do nosso público representado pela Sociedade Civil, afinal, nesses espaços o nosso público é representado por essas pessoas, e digo assim, que foi a milha melhor experiência como gestora, nós conseguimos dialogar. Eu gosto até de contar uma história que é muito importante, quando eu assumi a Secretaria de Economia solidária de Minas Gerais foi mais ou menos no formato que eu recebi a Coordenação de políticas para as mulheres rurais, para as comunidades e povos tradicionais e juventude rural, parece que ninguém acreditava naquele público e disseram que iriam tentar mais uma vez e o interessante é que na época quando o Secretário me chamou para assumir essa direção, falou assim: “vê lá se você consegue dá um jeito”, isso em Minas, mas eu questioneei esse “dá um jeito”, pois é um público e pela minha formação a nossa defesa sempre vai pelas minorias mesmo.

O interessante foi que nesses três anos e onze meses aquela diretoria, que aquele Secretário não acreditava que pudesse ser um mecanismo de entregas e benefícios para os públicos, como mulheres e jovens que necessitavam daquela nossa ação enquanto gestor, e ao final da gestão, já um governo que ele estava não tinha sido eleito, a gente conseguiu trazer ele para vir a uma Conferência Nacional em Brasil, sem recurso de diária, sem transporte, sem nada, nós contamos como carro da secretaria, o apoio que o Ministério do Trabalho deu para a gente para a alimentação e a hospedagem para a gente vir e fazer a última contribuição. Ele, que não acreditava, se propôs a vir nisso e veio o Secretário de Estado de Minas Gerais, um superintendente, duas diretoras, que era eu de economia solidária e a outra de participação social, mas por quê? No decorrer da gestão a gente mostrou para ele a importância daquele trabalho para as muitas famílias e pessoas que estavam lá na ponta e foi um reconhecimento, que eu considero válido, por que pode colocar desafios na minha mão que eu vou atrás. E digo para vocês, na coordenação é um grande desafio e que eu acredito que é com a participação de vocês que vamos construir e validar muitas das nossas ações de lá, então assim, eu estou aberta para o diálogo, é o meu perfil, mas claro que a gente considera que eu tenho uma agenda muito apertada, até pelo espaço, estou aqui e achei que não teria essa oportunidade de falar, porque eu estou aberta ao diálogo.

As outras duas ausências minhas, uma que eu ainda não tinha tomado posse e na segunda que eu já tinha uma agenda, por esses motivos em qualquer outro momento eu estou aberta ao diálogo para a construção. Eu gostaria apenas de deixar essa abertura aqui e até para vocês conhecerem o perfil de quem está à frente lá da coordenação, me colocar a disposição e já reafirmando aqui a importância de vocês para a gente consolidar as nossas ações. Bem, ontem a Patrícia esteve aqui, mas se ela teve a informação ela não me repassou, pois eu recebi pelo Everton, que hoje nós tínhamos que estar apresentando aqui um Plano Operativo 2017, ao final da tarde de ontem que o Everton me repassou essa demanda e eu envolvida na questão da REAF e várias outras questões, a gente não elaborou uma apresentação, porém, conversei com o Pavarino e com o Everton e eles me pediram que eu passasse qual o atual cenário que nós estamos em relação aos recursos e nossas metas e prioridades de ação.

O contexto vocês já sabem, que é de uma diretoria para as mulheres rurais dentro de uma coordenação com outras agendas, desta forma, o cenário não está tão favorável, mas a gente tem coisa para mudar. Hoje o nosso recurso que temos na coordenação é de dezoito milhões de reais, onde a própria secretaria ainda está terminando o seu planejamento estratégico, que dentro do cenário que nós temos hoje vamos definir as prioridades e quais são as ações importantes, dentre elas que a gente está atendo muito e defendendo dentro da própria secretaria é a questão da ATER Mulher específica, que logo quando eu cheguei estava finalizando um período de uma contratação de uma ATER Mulher com foco na agroecologia, mas não foi contratada. E eu entendendo a importância dessa ação dentro da coordenação, essa é uma defesa que eu estou fazendo e a gente está conquistando, a Cada dia nós temos respostas sinalizando a possibilidade de fazer essa ATER. Nós estamos em um período muito delicado, pois é um período que estamos em contingenciamento, a gente não sabe o quanto vai cortar, então assim, trazer para vocês que a nossa meta é essa, isso a gente ainda não tem definido, mas tem a ação, se tiver um recurso suficiente para a gente fazer isso a nossa prioridade é realizar isso, e a ATER de Mulher é uma delas que a gente está tentando para otimizar recursos e potencializar ações, atrelar junto com a organização produtiva, essa é uma ação prioritária da gente que estamos focando dentro da coordenação, mas que não é uma prioridade esgotada, não quer dizer que a gente não possa sentar e dialogar, eu estava até conversando com a Beth e ela me disse que tem duas pessoas que são aqui de Brasília que representam vocês, ou seja, as mulheres, que uma delas é a Sara e o secretário ressaltou que eu vou conversar muito com você, e que a gente possa sentar e redesenhar essa prioridade com enfoque com o que vocês defendem e que eu também acredito.

Porque eu venho da economia solidária, como eu bem disse, e lá dentro a gente também fazia a discussão da agroecologia, então estar nesse espaço agora e aprofundar essa temática para mim pode ter a certeza que o meu apoio vocês vão ter. Bom destacar aqui que o meu apoio é só técnico, pois ainda não é político, afinal, eu tenho até uma caneta que eu assino algumas coisas, mas que não tem tanta força assim, porém, eu tenho a vontade e interesse de defender uma vez que eu compreender, de fato, qual a demanda, por que, assim, não é a minha primeira experiência como gestão e principalmente com o diálogo com a participação civil, isso para mim é muito tranquilo e eu gosto de nivelar isso até para mostrar a realidade para a Sociedade Civil, qual o nosso cenário, pois iremos trabalhar dentro da perspectiva real e não trazer uma esperança para vocês que não existe, eu sou de abrir e deixar claro o que temos o que conseguiremos fazer com isso?

No que eu poderia dizer para vocês hoje e diria que gostaria de estar aproveitando mais o meu espaço e a minha participação, mas de deixar aberto para essas duas pessoas que representam vocês aqui para a gente fazer um diálogo dentro dessas prioridades e definir qual o enfoque que a gente vai dar no recurso que a gente tem, eu acho que começa por aí. É o meu primeiro contato com vocês e vou contar muito com vocês para a gente desenhar em cima dessas prioridades, vou me colocar a disposição em algum ponto específico que vocês queiram tocar que eu não consegui abordar aqui e que talvez eu tenha alguma resposta e talvez eu não tenha, por que eu estou à frente da coordenação há quatro meses e lembrando que eu tenho que dar

conta de quatro agendas. Eu fico assim, por exemplo, hoje de manhã eu tenho que estar aqui tratando das políticas das mulheres, a tarde estou lá tratando da REAF, que envolve os três públicos, então assim, é um tempo curto ainda para eu absolver e adentrar em Cada agenda específica e o apoio de vocês é fundamental para mostrar e apontar pra mim as discussões que estão nos movimentos, do beneficiário, por que eu compreendo que se está dentro dos movimentos está respondendo às demandas dos nossos beneficiários na ponta, eu tenho clareza disso. Então por isso, o diálogo com vocês, representantes, aqui para mim é muito importante e estou à disposição para algum esclarecimento e agradecer essa oportunidade, esse primeiro momento aqui na CNAPO.

Marco Pavarino – Obrigado, Solange. Eu creio que é importante, pelo menos, essa primeira aproximação para a gente vê como estabelece essa agenda futura. Eu vou sugerir que a gente passe direto para o Ricardo e depois a gente faça uma discussão geral, tanto de mulheres quanto da ATER.

Ricardo. Bom dia a todas e todos, meu nome é Ricardo. Sou servidor da SEAD desde o tempo que era MDA, sou engenheiro agrônomo e me formei em Viçosa, tive aula com professora Irene Maria Cardoso e acho que desde 2004 eu não a via, sou concursado do MDA e desde 2014 eu estou à frente da Coordenação de Fomento à Terra da SAF. Eu lido mais diretamente e conheço algumas pessoas aqui da lida que nós temos com os contratos de ATER para a agroecologia. No ano de 2013, juntamente com o PLANAPO, foi instituído um grupo de trabalho, envolvendo Sociedade Civil e o Governo, onde foi desenhado no grande chamado, voltado e com carimbo específico para pensar a agroecológica e a produção orgânica. Então, em 2013 a gente teve uma grande chamada para atender mais de cinquenta e oito mil unidades de produção familiar, com um valor pouco maior de duzentos e sessenta milhões destinados e que foram lançados em 2013 e renderam pouco mais de sessenta contratos que hoje a gente tem execução no Brasil todo, ou seja, são sessenta contratos atendendo em torno de quarenta mil unidades de produção na temática específica de agroecologia, embora toda a Política Nacional de ATER tenha esse viés sustentável, nós aproveitamos o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica para ter um instrumento que tivesse essa indicação e direcionamento ainda mais incisiva.

Na época, conforme a Solange já antecipou e o próprio secretário Everton também deu uma prévia na sua fala inicial, nós já tivemos uma vida um pouco mais fácil, tínhamos o orçamento de quinhentos e trinta milhões de reais em 2013, quando foram lançadas essas chamadas, e hoje o nosso orçamento, descontando os dezoito milhões da ação específica para mulheres e povos e comunidades tradicionais, gira em torno de dez milhões, fora a possibilidade do corte. Então, o nosso horizonte, eu diria, que apesar de todo o esforço que a gente vem fazendo, priorizando algumas ações dentro do orçamento da SEAD, a gente está um pouco temeroso quanto às ações de ATER daqui para frente. O compromisso que a gente vem fazendo desde 2014, face ao orçamento que vem decrescendo desde então, é de saldar o que a gente tem de acordo firmado, desta forma, os contratos que a gente tem a primeira ordem é mantê-los. A gente ainda tem pouco mais de cento e vinte contratos de ATER vigentes e 50% disso é ATER agroecológica, então o nosso compromisso é a manutenção desses contratos, eu creio não está havendo problemas de pagamentos e

recursos para esses contratos, eles estão reabrindo a fase do que já foi muito bem atualmente. Então o nosso compromisso inicial é a manutenção desses contratos até a recuperação desses, assim até 2019 nós temos contratos de prestação de ATER agroecológica veementes.

Para o início de 2016/2017 eu creio que no período da tarde o pessoal da ANATER estará aqui, atualmente nós estamos elaborando um aditivo ao contrato de gestão da ANATER, que o serviço que o ATER fazia para contratação e de acompanhamento desses contratos serão feitos agora pela ANATER. Então há previsão sim de atendimento na região do semiárido, há previsão de atendimento a povos e comunidades tradicionais e atendimento ao restante do país, além da retomada das ações de cooperativismo, que foram uma chamada específica do projeto Mais Gestão, que foi revogada e que tem o compromisso do lançamento nos próximos meses, pela ANATER, chamada que já vem pronta.

A questão desse aumento da ANATER, também, é dependente muito do que a gente conseguiu ter e livrar o nosso orçamento do contingenciamento e do corte, então à tarde eles poderão dar uma panorâmica melhor de como está a situação. Com relação às ações que o DATER propõe de formação e capacitação também será feito pela ANATER, acho que a Coordenação de Formação não está representada, mas como já foi dito, as ações de formação, que são um pouco maiores, também serão repassadas via ANATER. Eu acho que para a prévia é isso e se tiver algum questionamento ou pergunta, nós estamos à disposição, não é Solange?

Marco Pavarino – Rogério, eu posso continuar? A sugestão é que a gente passe todo o tema da CIAPO e ao final a gente faça uma discussão geral sobre o tema monitoramento e PLANAPO, então eu preciso fazer também algumas falas aqui, agradecendo também o Ricardo e a Solange, eu acho que com isso os temas que estavam relativos à SEAD que eram do Plano Operativo ou das projeções para 2017, exceto o tema de sementes que a gente não conseguiu viabilizar a vinda, eu creio que está completo em relação a aquilo que está se propondo para 2017 e o cenário, pelo menos. A gente tem aqui também, que está inserido, o tema do Monitoramento PLANAPO, o monitoramento foi o objeto de discussão das STs de ontem, não é? Aqui eu não vou refazer fala nenhuma de como foi esse processo nada disso, afinal, é muito no sentido da gente entender como foi a percepção de todos e acho que as subcomissões temáticas trarão isso no momento da tarde também em relação ao monitoramento. Nós explicamos como esse processo se deu em Cada um dos órgãos, em cima de qual instrumento nós fizemos o monitoramento 2016, e vocês se apropriaram disso a partir daquelas fichas que foram apresentadas e tem suas considerações que serão feitas depois, portanto, eu não vou me deter nesse ponto.

Em relação ao que está sendo chamado aqui de validação de PLANAPO 2, na verdade nós temos, pelo menos entre Governo, acordado que estamos usando o tempo “atualização”. O PLANAPO 2 já foi lançado ano passado e, portanto, não se trata de reestruturar o PLANAPO, nada disso, é uma atualização a partir daquilo que no processo de monitoramento nós entendemos que era necessário de fazer, sob o risco de a gente estar considerando um documento que de parte de alguns órgãos não tinha legitimidade ou pelo menos endosso, não sei se legitimidade é a palavra, porque ele foi construído, inclusive, nesse fórum, mas a gente está chamando de atualização.

Eu vou juntar esse tema de atualização do PLANAPO já com os dois itens logo abaixo que tem a ver com o Portal da Agroecologia e o Plano Safra, por que tem aqui o informe de Plano Safra 2017/2018? Na verdade, sobre o Plano Safra, provavelmente nós teremos o lançamento nos próximos meses que serão pelo Safra, que eu não sei se é bianual ou bienal que junta dois anos seguidos, mas será 2017/2018 e 2018/2019 e, portanto, a relação desse informe com o fórum da CIAPO é que a ideia que a gente tem é que essa atualização que foi feita, esse processo todo de atualização do Plano, desta forma, são atualizações importantes para que a gente tenha a consolidação de todas aquelas iniciativas e metas que estão no PLANAPO, a ideia é que essa atualização seja de alguma forma explicitada e publicizada no Plano Safra, então essa é uma proposta que a SEAD tem tentado construir dentro do Governo, inicialmente, e que agora nós socializamos também com a Sociedade Civil.

Portanto, o primeiro movimento que nós fizemos foi dentro da CIAPO, com os parceiros de governo e informando desse processo todo de atualização e monitoramento e comunicando dessa ideia de que componha os anúncios do Plano Safra também o anúncio da atualização do PLANAPO. Sobre o instrumento ainda estamos em discussão, e essa discussão será importante com a Secretaria de Governo, com a própria Casa Civil, se será, por exemplo, um Decreto do Presidente da República que estabeleça que o PLANAPO atualizado tenha o horizonte 2017,2018 e 2019 para que a gente tenha um instrumento robusto para que todos os órgãos também internalizem aquilo que precisam internalizar a respeito do cumprimento, frente inclusive a esse horizonte de corte orçamentário. Então, a ideia que a gente tem é essa, só que nós não iremos dar o passo e também é o nós não sabemos fazer diferente de que a gente ia lançar algo sem que isso esteja socializado tanto no governo quanto pela Sociedade Civil. Logo, essa atualização que vocês tomaram conhecimento ontem não é uma proposta fechada e não é uma proposta que não tenha alteração nenhuma a ser feita, principalmente ela tem que ser legitimada ela tem que ter uma legitimação do conjunto dos atores que constroem e fazem parte do PLANAPO, da PNAPO, e que a gente tem aqui espelhado na CNAPO, isso é importante que esteja claro.

Portanto, “não temos tempo”, a atualização que foi feita, à exceção de alguns pontos mais críticos, por exemplo, que é o PRONARA que o Rogério Dias trouxe aqui ontem uma manifestação importante de como tratar esse tema dentro do PLANAPO, tirando isso as outras atualizações não são atualizações que desestruturam ou mudam os rumos do Plano, nada disso, agora são atualizações que vocês precisam se apropriar e se não conseguir vencer isso até o Plano Safra, a gente rever essa posição. A ideia de aproveitar o Plano Safra é trazer esse tema novamente para o centro do Governo para que a gente ocupe esse espaço, também, do Plano Safra e Agricultura Familiar e aponte lá que a agroecologia, produção orgânica, sociobiodiversidade, terra e território, ou seja, todos os eixos que a gente tem no âmbito do PLANAPO, então essa é a ideia e estamos fazendo esse segundo movimento de trazer para CNAPO isso que foi atualizado e o que foi monitorado com a ideia de a gente compor o Plano Safra.

Além disso, a gente também tem a ideia de que no Plano Safra seja lançado o Portal Agroecologia, que por sua vez está em franca discussão, implementação e estruturação com todos os parceiros que tem a ver com o tema do PLANAPO, são, se

eu não me engano, dez ou doze Ministérios, as suas ASCOMs e suas áreas técnicas que integram esse portal para que ele esteja prontinho e estruturado, para que no Plano Safra a gente também consiga ter o lançamento do portal que não é um portal da SEAD, é www.agroecologia.gov.br, desta forma é um portal de governo, não é um lançamento da SEAD é um lançamento do governo, mas que a CNAPO, a CIAPO, previsto dentro do PLANAPO mesmo, que compõem a Política de Agroecologia e Produção Orgânica como um todo. Esse era o informe que a gente quer trazer e tem a ver com essa atualização que trabalhamos ontem também, tem a ver com o monitoramento e a validação ou atualização que a gente tem no PLANAPO. Eu acho que é isso que a gente tem do Momento CIAPO, viu Rogério, o conjunto disso tudo que foi apresentado e creio que temos que receber também as impressões, críticas e perguntas que vocês têm.

Rogério Neuwald – Obrigado, Pavarino. Eu acho que é importante esclarecer, porque algumas pessoas não estavam presentes na Plenária de ontem, inclusive o secretário e várias pessoas que eu vejo aqui, e a saudação especial também para a Cláudia da Fundação Banco do Brasil que chegou. Na verdade a discussão que existia e que ocorreu ontem, foi que faltava para nós a validação do Plano pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ontem o Rogério Dias, nosso colega do Ministério, trouxe a informação que o MAPA efetivamente validou o Plano e pediu para que nós retirássemos então a questão do PRONARA nesse momento, mas deixou a porta aberta para continuar negociando o PRONARA. Eu creio que isso é muito importante, não é Pavarino, esclarecer, pois têm várias pessoas que não estavam presentes e isso tem que ter claro. Então ocorre que a partir disso, nós vamos ter o Plano finalizado com todas as contribuições de todos os Ministérios, e quando o Pavarino traz a perspectiva de lançar esse plano no Plano Safra, que geralmente ocorre em maio e junho, o nosso desejo enquanto comissão é que a gente possa efetivamente, antes do lançamento, realizarmos uma reunião, nem que seja menor, mas que tenha o aval e até as críticas da Sociedade Civil e da CNAPO em relação ao Plano, para que o governo possa lança-lo em um diálogo efetivo com a Sociedade Civil.

E a notícia boa é que finalmente a gente e todos os Ministérios, o termo que estamos usando agora é que atualização do plano e não validação, pois ele já existia, atualizaram o plano e temos condições de lançar, mas tem a demanda da Sociedade Civil que quer efetivamente que o Plano seja lançado, atualizado, enfim, em um determinado momento, mas que antes disso passe por uma discussão com a Sociedade Civil para que a tenhamos legitimidade. Eu acho que esse esclarecimento era fundamental devido à ausência de algumas pessoas na Plenária de ontem.

Marco Pavarino – Apenas reforçando, Rogério, pois é importante que a gente reafirme isso, afinal, o Plano já existe e foi lançado, o que nós estamos trabalhando é uma atualização daquilo, porque é importante a gente reconhecer o trabalho feito anteriormente inclusive por essa comissão.

Senhora não identificada. Então assim, gente. A ideia é que a partir das falas da Solange, do Ricardo, do Pavarino e essa última contribuição do Rogério, a gente abra para as contribuições, falas, perguntas e dúvidas e depois a gente devolve para a mesa. Por conta da hora eu vou propor que a gente se inscreva, faz as falas e as

peças vão anotando e respondem de uma vez só, pode ser assim? A gente começou as inscrições agora e tem duas pessoas inscritas.

Sara (CONTAG) – Bom dia, eu sou Sara e sou da assessoria da Secretaria de Mulheres da CONTAG e também faço parte do GT de mulheres da ANA. A gente, como CONTAG, é quem organiza a Marcha das margaridas então estamos aqui hoje e é um prazer conhecer Solange, ainda não tinha tido a oportunidade de conhecê-la e que bom que você esteja aqui nesse ambiente com a gente e queria dizer que esse espaço da CNAPO é muito importante para as mulheres rurais, mulheres trabalhadoras rurais, porque nós mulheres somos, inclusive, as que estão em grande parte das ações estratégicas de construção e organização da agroecologia no Brasil, então para a gente esse é um espaço que temos tentado dar visibilidade para a importância da organização produtiva das mulheres, desta forma, eu fico muito feliz que as pautas prioritárias que você coloca, que é a organização produtiva das mulheres e também a ATER específica, ela também é a nossa prioridade hoje, a partir disso eu acho que temos muito o que conversar sobre o que significa essa organização produtiva feminina, sobre quais tem sido as ações estratégicas que a gente acredita que são importantes e necessárias para que de fato a gente reconheça e fortaleça a ação das mulheres, principalmente na perspectiva da agroecologia.

E nesse sentido eu também queria pedir que a ST Mulheres, que a gente compõe e faz parte, seja um espaço também priorizado para a sua participação, Solange, por que é um espaço muito estratégico para a gente dialogar sobre essas pautas, então eu acho que é muito importante que venha de fato quem está encaminhando, quem está pautando a questão das mulheres trabalhadoras rurais dentro da Coordenação. Nesse sentido também eu queria recuperar que a antiga diretoria de política para as mulheres, a diretoria que existia e que não existe mais, tinha um espaço para a gente que também muito importante que era o Comitê de Organização Produtiva, que era um espaço de diálogo do governo com os movimentos de mulheres rurais e os movimentos, inclusive, da agroecologia, onde a gente discutia e construía conjuntamente as pautas das mulheres no tema da organização produtiva. Eu queria saber em passo está esse comitê, se ele ainda existe, porque para a gente esse é um espaço muito importante e estratégico para que a gente mantenha ou que retome, nesse sentido então eu creio que a gente também se dispõe a fazer um diálogo, acho que para além de nós da CONTAG ou da Marcha das margaridas, mas que inclusive como GT de Mulheres da ANA, a gente também acha fundamental fazer esse diálogo de forma ampliada com os movimentos de mulheres, para inclusive recuperar a pauta da Marcha das margaridas de 2015, que agrega muito do que são as nossas principais demandas, para a gente voltar nesse diálogo agora nesse momento. Desta forma, a gente queria reforçar a necessidade de uma reunião ampliada a partir desse momento para a gente conversar e seguir discutindo como e qual a nossa perspectiva de organização produtiva para as mulheres rurais.

Irene – Bom dia a toda a mesa e fico muito feliz com a presença do Ricardo, porque os nossos seis estudantes estão assumindo posições e lembrando aquilo que o Luciano falou, pois se a gente não fizer uma discussão séria sobre os currículos das universidades, nós não vamos conseguir, realmente, colocar o Brasil no caminho da sustentabilidade e da agroecologia, então fico feliz com a presença dele aqui e fico feliz também da Solange estar ai, uma mineira, desta forma, cumprimento vocês dois e

toda a mesa. Eu queria primeiramente realçar o papel da CNAPO, o nosso papel é consultivo, então aqui a gente gosta desse papel porque ele nos dá o direito e a gente fica mais a vontade, inclusive, para fazer as críticas que temos que fazer e sempre fizemos isso. Então eu queria dizer sobre esse PLANAPO revisado, que não usa aquela outra palavra de “atualizado”, mas revisado, que nós reconhecemos com muita clareza o processo que foi a criação do primeiro e do segundo PLANAPO. E o segundo PLANAPO foi construído em um processo extremamente participativo com muitos seminários em todas as regiões brasileiras e quem fez isso e quem liderou esse processo foi a Articulação Nacional de Agroecologia, então ele é fruto desse processo e ontem nós fizemos uma discussão das organizações que estão aqui que são articuladas pela ANA, pela Articulação Nacional de Agroecologia, e a gente tem uma crítica que é essa retirada do PRONARA desse plano que está sendo chamado de atualizado.

Para a gente, nós temos que continuar com o PRONARA e precisamos de um PRONARA com os princípios da precaução. Agora a própria ONU, com a nova relatora de assuntos de alimentação da organização, que seguiu o Olivier De Schutter, ela aponta claramente que essa história de produção de alimentos sem agrotóxico, ou seja, que é impossível produzir alimentos sem agrotóxico é um mito, então se a gente não discutir fortemente a questão dos agrotóxicos, nós não iremos avançar para a construção da agroecologia e nem vai avançar com a questão da sustentabilidade. E o Brasil campeão no uso de agrotóxico, nós sabemos que isso é fruto de um manejo dos agrossistemas que não permite que a biodiversidade dê conta de produção da vida, então não é com a morte que vamos gerar a vida e alimentos saudáveis. Nesse sentido a gente quer, inclusive, continuar pautando o PRONARA e dizendo que precisamos dar prosseguimento com o grupo de trabalho dos agrotóxicos dentro da CNAPO, para continuar fazendo essa discussão. Então para a gente essa não é uma questão menor, na verdade é uma questão extremamente importante.

E a outra coisa que a gente também apontou é que temos uma insegurança sobre o ambiente institucional, político e financeiro para a execução desse segundo PLANAPO com todas as metas e iniciativas que estão colocadas lá, eu acho que isso é importante a gente deixar claro aqui e agora. Muito obrigado.

Generosa – Bom dia gostaria de saudar a mesa na pessoa do Ricardo com quem lá do Rio de Janeiro a gente se fala muitas vezes, mas eu não ligava a pessoa ao nome e agora eu estou tendo o prazer de ver, de fato, com quem eu falo e com quem ajuda a resolver muitas das nossas coisas na questão da ATER e também saudar a secretária e dizer bem vinda, e que a gente tenha boas experiências que a gente vem tendo durante esses anos, esses quatorze ou quinze anos que a gente vem aumentando e rearticulando a organização das mulheres em parceria e diálogo com o governo. Mas eu queria me ater aqui, diante de tudo o que foi falado ontem, hoje, que foi tratado na reunião do CONDRAF e em vários espaços que a gente tem se encontrado, Pavarino. Então diante de tudo isso eu vou ressaltar a importância da questão da assistência técnica, que eu acho que Everton tratou muito bem isso com a Sociedade Civil e que agora Ricardo vai estar à frente disso, mas a gente quer destacar aqui o papel que a Sociedade Civil teve na construção de todo esse processo, se nós tivemos uma segunda Conferência da ATER foi graças à garra e a vontade daqueles técnicos e gestores que estavam no governo naquele momento,

mas principalmente da Sociedade Civil que assumiu, porque não tinha ninguém que assumisse naquele momento, uma conferência que já estava agendada, com passagens compradas e com tudo organizado, e a Sociedade Civil disse: então nós vamos formar uma comissão e vamos assumir para que a conferência aconteça em respeito toda a mobilização nacional, que tinha sido organizada naquele momento.

Eu acho que a Sociedade Civil tem se comprometido, o governo anterior foi muito importante e vai ficar na nossa história, mas nós queremos andar para frente, nós temos clareza do que queremos, ou seja, temos clareza dos nossos objetivos, e conseguimos durante todo esse tempo, principalmente o Comitê de ATER do CONDRAF, a construção e as regras da ANATER foram dialogadas o tempo todo e construídas com a Sociedade Civil. E sobre a ANATER a gente tem percebido que está tomando outro rumo, quando a gente ouve da ANATER que eles vão reestruturar as ANATERes e o que sobrar, se sobrar alguma coisa, nós vamos soltar as chamadas, nós ouvimos isso dentro da reunião CONDRAF e é muito triste. Então se sobrar alguma coisa a gente dialoga com a Sociedade Civil, nós não temos nada contra a reestruturação das ANATER, muito pelo contrário, porque lá na base nós somos parceiros, nós brigamos por uma ATER de qualidade para a agricultura familiar e para agroecologia. As chamadas de agroecologia, pelo menos em alguns estados que eu conheço, os técnicos da ANATER que estavam lá, reduzidos ao gabinete, estão ajudando no processo de discussão com a gente, aprendendo juntamente conosco e também colocando as experiências deles.

Desta forma, nós tivemos no mês de fevereiro um seminário da ANA de ATER, onde a gente discutiu, onde tinha mais de quarenta entidades da Sociedade Civil que trabalham com assistência técnica, nós conversamos com várias pessoas do governo, inclusive o Everton estava lá, tinha também a ANATER através do Argileu, representando a ASBRAER, Rogério estava lá e nós nos comprometemos e solicitamos o espaço de discussão para aprofundar as questões em relação da ANATER, do Governo, da SEAD também, com as entidades de ATER. E então nós fizemos um documento aqui que a gente quer entregar, acho que aqui está presente a SAF e a SDR, então vamos entregar para elas duas e depois queremos entregar o documento para a ANATER também, aonde a gente reivindica que nos meados de maio a gente consiga fazer uma reunião com essas organizações, os representantes dessas organizações, e que vocês priorizem isso com certa urgência, porque nós entendemos que a assistência técnica não está nas mãos apenas das entidades oficiais de ATER, ela também está nas entidades da Sociedade Civil, que ajudam a construir esse país. Eu acho que a gente quer respeito e é também uma última, eu entendo da minha parte que sou diretora de uma organização nacional de ATER que é a UNICAFES, que é a última tentativa de diálogo, mas a gente quer que nesse diálogo a gente tenha respostas concentradas e essas respostas concretas, se elas forem nos interessar o diálogo continua, só não tem mais um porquê a gente continuar um diálogo só para dialogar e dizer “vamos fazer” e depois de um mês nada aconteceu, nada mudou e o barco continua do jeito que está, do jeito que está o Congresso, o Senado, ou seja, destruindo todos os direitos da população brasileira. Obrigada.

Verônica. Obrigada, Generosa. E também, Generosa, hoje à tarde o pessoal da ANATER estará presente aqui e entrega novamente. Eu estou inscrita e depois será o Germano.

Então, algumas coisas que ia falar a Sara ressaltou e agora sobre a ATER, Generosa.

Generosa – Vamos quebrar o protocolo, porque como o Denis lembrou aqui a importância, então a carta está dirigida ao Ricardo Ramos Roseno, que está aqui, ao Valmironey Moreira Jardim, que é da ANATER, e o Leonardo Goes, que é do INCRA. Desta forma, é importante que essas três instâncias estejam presentes nessa reunião.

Senhora que não se identificou. A parte que eu ia falar é sobre a questão da ATER e também sobre essa questão dos espaços de participação que a gente tinha enquanto mulheres, organizações de mulheres e mesmo mulheres de movimentos, nós tínhamos esse espaço de diálogo no Governo e movimentos auto organizativos de mulheres que dois espaços importantes que nós tínhamos dentro da Diretoria de Mulheres era o Comitê do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que esse programa para a gente é muito importante e caro, porque foi uma conquista das mulheres, e o Comitê Gestor de Organizações Produtivas. E hoje é uma pergunta que se faz muito dentro dos movimentos, o que aconteceu com esse espaço? Vai acontecer ou não vai acontecer? Ele acabou? E para a gente é muito importante, e aí você trouxe uma boa notícia, Solange, de ter essa perspectiva de continuar com o ATER Mulheres em uma perspectiva da agroecologia dialogando com o Programa de Organizações Produtivas.

Porém, a gente precisa entender qual a perspectiva nesse novo formato traz tanto dessa ATER como das organizações produtivas e nessa questão da ATER Mulheres foi um espaço, uma conquista e uma experiência riquíssima que a gente viveu, que a partir das experiências das chamadas específicas de mulheres e depois aprofundando para essa perspectiva da agroecologia, a gente pode acumular experiência suficiente, inclusive para pautar dentro da ATER como um todo a participação das mulheres e trazer muito forte a partir desse espaço da CNAPO que a gente começou a dialogar sobre a importância de ter 50% de mulheres nas chamadas de ATER, quando diz que precisava ter recurso para atividades específicas de mulheres, quando a gente dialogou sobre abordagens feministas de mulheres, foi a partir dessas experiências da chamada específica de ATER. Então a gente ainda acredita que ela é muito importante e que se faz necessária, porque foram experiências e não uma consolidação de uma política e é nesse sentido que eu queria ouvir de você.

Germano – Bom dia, gente. Saudação à mesa e também a toda Plenária da CNAPO. Eu sou Germano, sou de Pernambuco, torcedor do Esporte Clube Recife e é bom registrar, aqui eu sou membro convidado da Comissão da Sociobiodiversidade, representando o Comitê de Juventude do CONDRAF, que é um espaço formado por organizações de juventude e também por organizações que atuam com juventude, inclusive já bati algumas conversas com Solange, desde 2015 a gente recebeu lá no comitê um convite da CNAPO para a juventude participar de algumas subcomissões, inclusive na ST de Conhecimento e a de Produção. Infelizmente nos últimos tempos os companheiros e companheiras do comitê não têm acompanhado essas duas comissões, mas eu gostaria de fazer algumas perguntas, sobretudo, por que o comitê e as pautas da juventude, Solange, estão paradas há um ano, pois a última reunião do comitê foi justamente em março de 2016 e desde lá, a gente não teve mais nenhum contato e retorno sobre uma série de questões que foram se constituindo ao longo do movimento de juventude, não só para dentro do Comitê de Juventude como também

para dentro do CONDRAF, mas também de forma bastante ampla. Existem coisas que tem relação tanto com o Ricardo como com você, Solange, que são perguntas.

A primeira é sobre a chamada de ATER específica para as juventudes, foi lançada uma primeira chamada em 2012, muito restrita, e depois se abriu um debate dentro do comitê, e foi lançada uma chamada em 2015 para aproximadamente vinte e dois mil jovens. Essa chamada, o ano passado, ela foi cancelada porque houve um processo de uma instituição do Goiás que se sentiu lesada no processo de seleção, entrou com um mandato de segurança e a chamada foi cancelada e paralisada. Entretanto, tem uma questão que no PPA, do antigo MDA, no lançamento do Plano Safra 2015/2016, na própria atualização que vocês fizeram do PLANAPO, que eu acho que foi uma coisa que nós colocamos, tem uma meta essencial para oitenta mil jovens serem atendidos com ATER específica para jovens, então, na última reunião do CONDRAF a gente colocou essa situação e os entendimentos, ao que me parece, é que essa chamada não será retomada, que parece que não tem um entendimento hoje da importância da ATER específica para as juventudes, então eu queria saber se será retomada essa chamada ou se essa será cancelada ou será relançada outra, porque hoje nós temos um instrumento que está dizendo que tem oitenta mil jovens para serem atendidos até 2019 com a ATER específica para a juventude. Sobretudo, porque se a gente for fazer uma análise do ponto de vista do processo sucessório da agricultura familiar, nós sabemos da importância da juventude nesse processo. Os dados têm mostrado que nos últimos dez anos um milhão de pessoas que migram do campo para a cidade são jovens de quinze a vinte e nove anos, hoje nós temos aproximadamente oito milhões de jovens rurais, considerando a compreensão do rural que o IBGE tem, se nós considerarmos a compreensão da nova ruralidade que municípios de até cinquenta mil habitantes são considerados rurais, esse número aumenta para aproximadamente vinte e dois milhões de jovens. Então é um número bastante expressivo e volta a temática da sucessão, Solange, como é que está sendo pensado o Plano Nacional de Sucessão Rural, que foi lançado Plano Safra do ano passado e foi lançado um decreto, mas a gente não sabe mais como está esse plano, se terá continuidade, enfim.

A outra questão é sobre o Comitê de Juventude e como será retomado, da mesma forma que o Comitê de ATER, porque a gente entende que é de fundamental importância esses espaços do ponto de vista da implementação da política. E Ricardo, a Conferência, como bem colocou a Generosa, foi uma conferência que mobilizou mais de quarenta mil pessoas no Brasil inteiro e é legítima por lei, pois a lei de ATER diz que a conferência é um espaço de formulação, revisão e avaliação da Política Nacional de ATER, então mesmo ela tendo sido coordenada pela Sociedade Civil por conta de um momento de contexto político, mas ela está legitimada pela lei, onde a conferência de quatro em quatro anos tem esse papel de analisar, de avaliar e reformular a Política Nacional de Assistência Técnica. Então foi aprovado um conjunto de resoluções que dialogam com a ANATER, com formação em ATER, com as políticas públicas e a ATER sendo um aglutinador e o articulador dessas políticas, então como também está sendo pensadas as resoluções que foram aprovadas nessa conferência e como é que elas dialogam com esse novo contexto da ATER.

Beth – Boa tarde, eu acho que o espírito otimista do Henrique também me contagiou e achei que essa mesa foi bastante interessante nas coisas que foram ditas,

então primeiro, assim, pelo compromisso que o Henrique colocou com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e eu queria dizer para ele que, já que vai reeditar o prêmio ODS, ressalto que o PRONARA merecia esse prêmio, o Programa Nacional de Redução do uso dos Agrotóxicos, o que a gente quer não é impedir o avanço da agricultura nem do agronegócio, mas o que queremos é o direito de que o Estado controle o uso abusivo de agrotóxicos que acontecem no Brasil. Isso com certeza merece um prêmio e agora, para que ele receba um prêmio ele precisa ser lançado, eu acho que essa é uma tarefa para vocês de como fazer com que o PRONARA seja lançado, pois creio que isso tem que ser um compromisso nosso e um compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com a Agenda 2030.

Também me deixou otimista a fala da Solange, quando ela fala que está empenhada em defender a ATER específica para as mulheres e isso me deixou otimista, e o Ricardo está na mesa também, de saber que nós temos uma chamada que foi realizada e ela só falta ser contratada e eu acho que se têm recursos da ATER para isso, e eu não vejo que são os recursos da coordenação, mas sempre os recursos de ATER vieram desse setor, então eu acho que está mais do que na hora de contratar essa chamada que já foi analisada e só falta contratar. Então ele já estava nesse estágio quando houve a mudança do Governo e eu creio que precisamos dar seguimento a isso.

A outra coisa que me deixou esperançosa foi a Solange dizer que é do interesse dela dialogar com a Sociedade Civil, a gente conversou rapidamente aqui e ela explicou os motivos de ela não ter acompanhado a Subcomissão Temática de Mulheres, nem na reunião passada nem nessa, e estávamos até tentando organizar como algumas pessoas da subcomissão temática poderiam aqui conversar com ela, mas quando ela colocou toda essa disposição, eu acho que é mais do que isso, nós precisamos é chamar urgentemente uma reunião do comitê gestor do Programa de Organização Produtiva das Mulheres, porque foi nesse espaço que nós construímos essas prioridades e eu acho que é nesse mesmo espaço que nós temos que rever o Plano, não sei como vamos chamar isso, se vai ser revisão, etc. E também fiquei feliz quando você disse que esse plano ainda não está fechado, essa revisão ainda pode ser mudada, porque ontem eu fiquei muito desolada ao perceber que as iniciativas de mulheres não tinha nada previsto para 2017, então as ações que estavam previstas para 2016 e 2017 foram todas empurradas para 2018 e a gente questionou: “mas como assim?”, nós vamos ficar dois anos sem ter nenhuma ação das mulheres dentro do PLANAPO? Bom, como eu estou entendendo que isso daí não é a versão final, então eu coloco muita fé nessa história de a gente chamar o comitê gestor do programa, repactuar isso, mas eu não digo nem repactuar e sim reelaborar e replanejar a partir do que é possível, também fiquei muito feliz em saber que a coordenação não perdeu tantos recursos assim e desta forma, eu creio que a gente pode fazer ainda, pois a gente estava nessa expectativa de uma nova chamada do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, que as mulheres dos movimentos estão todas esperando essa chamada desde o ano passado, então que bom que tem recurso para isso e que podemos fazer essa chamada e a gente pode discutir esse planejamento ou Plano Operativo para 2017 ainda.

Nós estávamos conversando aqui e pensando que viessem duas pessoas de Brasília que é a Sara da CONTAG e a Renata da EMBRAPA, que está ali e também

faz parte da Subcomissão Temática de Mulheres, e a gente poderia, quando você sair da mesa, conversar e pensar em uma data para que elas conversem com você para que a gente consiga propor todo esse processo de chamar as mulheres e os movimentos e ajudar você nesse processo, porque da maneira que você colocou você chegou sem saber exatamente o que estava acontecendo e também dizer ao seu chefe que a gente tem jeito sim, não é aquele grupo que não vai ninguém, afinal nós estávamos indo em um crescente muito importante, as mulheres muito organizadas na construção do PLANAPO na própria criação da Política Nacional de Agroecologia, que isso foi pauta da Marcha das Margaridas e isso continua na pauta das mulheres com muita força e importância. Então assim, é claro que se o Governo dialogar com as mulheres e com os movimentos de mulheres, talvez ele se surpreenda com a capacidade que a gente tem de elaborar políticas e propostas para o governo, inclusive para atingir a meta 2030.

Bom, eu acho que por último uma coisa que é outra expectativa nossa e que está em nossa pauta, que foi um ponto fundamental na última Marcha das Margaridas, que é questão do fomento dos quintais para as mulheres rurais, então assim, nós já estávamos na expectativa, já tinha sido anunciado esse programa, sabemos que, inclusive, uma parte dos assentamentos chegou a receber os recursos, depois teve todo o problema com o TCU, me desculpe, com o Ministério Público, que o recurso foi retirado da conta das pessoas e, assim, como vamos colocar e como vamos fazer para rodar esse programa do fomento dos quintais? Eu acho que isso é uma coisa que tem que ser vista com muito carinho e como eu não me apresentei antes, de desculpa, eu sou Beth do GT Mulheres da ANA e do CTA da Zona da Mata de Minas Gerais.

Verônica. Obrigado, Beth. Então assim, pensando que da Comissão Nacional a gente tem Sara aqui, mas da subcomissão nós temos Renata, como Beth lembrou, porém, também temos Suiá que agora também está incorporando a Subcomissão de Mulheres aqui em Brasília e quem se lembrar de outra. Após a fala de Alexandre a gente volta para a mesa.

Alexandre – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Alexandre, eu sou de uma organização chamada Centro Sabiá que trabalha no Pernambuco e aqui na CNAPO eu estou representando a ASA, Articulação do Semiárido. Eu queria tocar no tema da ATER, que por sua vez é algo que tem nos preocupado muito e ontem na reunião da Subcomissão de Conhecimento a gente retomou um pouco esse debate, sobretudo no ponto do monitoramento e ao mesmo tempo, também, naquilo que está posto para esse PLANAPO 2, porque nós temos uma informação de que há um contestamento, talvez, do Tribunal de Contas da União ou de algum outro órgão de controle, de que as chamadas de ATER específicas talvez tenham algum problema jurídico. Eu queria um entendimento se é isso mesmo que está acontecendo, porque para nós do campo da agroecologia e daquilo que a gente vem construindo com o tempo, as chamadas específicas são extremamente relevantes e importantes para o atendimento também específico à determinados grupos populacionais que vivem no campo, estou falando isso porque tem chamada específica para extrativistas, para pescadores, para a juventude, para as mulheres, tem chamada específica, por exemplo, no campo da agroecologia que é onde eu quero me ater um pouco mais na minha fala que é o caso das chamadas de ATER de Agroecologia.

Somando, sobretudo a agroecologia, sustentabilidade e extrativismo, a gente tem das chamadas públicas do balanço, pelo menos que tínhamos no início de 2016, cerca de cento e cinquenta mil famílias atendidas com essas chamadas específicas em todo o Brasil, apenas da agroecologia são cerca de cinquenta mil famílias. Embora Ricardo coloque que os contratos vão até 2019, alguns contratos, ao mesmo tempo nós precisamos entender que os contratos foram feitos em tempos distintos e alguns deles se encerram em 2017, ou pelo menos no final de 2017, a lei de ATER permite que uma organização que participou de um processo seletivo tenha um contrato de três anos prorrogado por mais dois, ou seja, sem precisar de uma nova chamada pública permitindo que os contratos possam ser de até cinco anos, pelo menos essa é a interpretação que nós temos feito do que está lá. As chamadas públicas de Ater tem nos permitido, e aí o próprio trabalho que a ANA sistematizou com os recursos da Fundação Banco do Brasil e etc., que estão nessas publicações que o Denis apresentou logo cedo, e as falas que antecederam também mostram a importância que as chamadas de ATER de agroecologia têm cumprido para a efetivação daquilo que nós estamos discutindo aqui, do ponto de vista da Política Nacional de Agroecologia.

A assistência técnica com essa abordagem tem contribuído, sobretudo para um processo de transição e de mudança da prática de construção do rural e das famílias agricultoras naquilo que concerne na preservação dos biomas, dos recursos e dos bens naturais, das florestas, da recuperação e recomposição dos solos, outrora degradados por questões do uso de agrotóxicos ou de práticas danosas ao meio ambiente, da conservação da vegetação, inclusive para a preservação dos recursos hídricos, ou seja, eu poderia enumerar aqui um conjunto de valores que a chamada da ATER da agroecologia tem construído, do ponto de vista prático com as famílias agricultoras, mas também do ponto de vista de algo de uma durabilidade muito maior a partir da consciência e da compreensão das famílias agricultoras daquilo que elas têm construído dentro dessa oportunidade de ter uma assessoria técnica específica. Então, nós vamos apresentar como resultado da nossa reunião da subcomissão, mas eu queria aproveitar a oportunidade do Ricardo e do Secretário Henrique, que estão aqui, para dizer que nós queremos apresentar uma proposta de que o governo avalie a efetividade de que ao invés de encerrarmos os contratos atuais, Ricardo disse que têm cento e vinte contratos em aberto e, mais ou menos, cinquenta por cento são da agroecologia. Desta forma, em que medida que é viável e que é importante a gente fazer gestão, do ponto de vista jurídico e político, para que esses contratos da ATER Agroecologia sejam contratos aonde a gente possa ter um aditivo nessa possibilidade de até cinco anos sem necessidade de um novo edital, pelo menos para essas organizações, no sentido de que estamos fechando três anos de execução do contrato, mas dois anos a mais nos garantiria, vamos dizer assim, um processo um pouco mais durável junto a essas famílias para fortalecer esse trabalho que vem em curso e eu acho que isso é algo que eu queria aproveitar a oportunidade do Henrique aqui para colocar isso.

E por último, dizer o seguinte, eu também quero aproveitar a oportunidade que o Secretário Henrique está aqui e dizer que a gente teve uma informação ontem, que o Rogério nos trouxe, que nós temos alguns limites dado o contexto orçamentário do Governo para o funcionamento da CNAPO, inclusive do ponto de vista das passagens

que garantem a presença dos membros titulares e suplentes nas reuniões da CNAPO e dos convidados das subcomissões temáticas. Nós sempre funcionamos, desde a primeira reunião Plenária da CNAPO, com um acordo entre a Sociedade Civil e o Governo, que o Governo garantiria a presença de todos os titulares e suplentes nas Plenárias da CNAPO. O contexto de contingenciamento de recursos está nos obrigando a fazer uma mudança nesse acordo e nós não queremos, nós não temos acordo em relação a isso, principalmente, porque titulares e suplentes na CNAPO não são das mesmas organizações, inclusive porque esse foi um acordo feito também com o governo no momento de composição dos representantes da Sociedade Civil no governo. Então eu queria, também, aproveitar a presença do Secretário Henrique para lhe pedir o compromisso de garantir que titulares e suplentes se mantenham como convidados para as reuniões das sessões Plenárias da CNAPO, assim como aqueles que nós vamos indicar como possíveis convidados para as nossas reuniões das subcomissões temáticas. Obrigado.

Verônica. Vamos começar por ordem, Ricardo, pode ser?

Ricardo – Eu vou começar de trás para frente com a última colocação. Alexandre, o nosso impedimento é meio jurídico legal, porque, na verdade, a lei 8666, lei de licitações, que tem o limite de sessenta meses para contratos com o Governo Federal, já os contratos de ATER, o tipo de contrato é o de escopo, ou seja, é empreitado como se fosse uma obra que você irá entregar, então esses contratos são de quarenta meses e, na verdade, trinta e seis de execução. Desta forma, ao longo desses trinta e seis meses é possível ir aditivando os contratos mediante a constatação de algum atraso na execução, diferentemente do que é feito com os contratos de caráter contínuo, que são os contratos de limpeza e de segurança, que são esses contratos que a SEAD a ano eles são renovados, ou seja, são de apenas um ano. Os nossos contratos asseguram que temos até sessenta meses para executar aquele serviço que foi previsto para ser executado em trinta e seis, então assim, em relação aos aditivos, a lei permite que seja no máximo 25% do valor do contrato, e sendo assim, a gente sempre esbarrou nessa questão mais legal de poder dar essa continuidade à esses contratos.

Ricardo. É o mesmo que fala a lei 8666, porém, depende do tipo de contrato, existem contratos que vão chegar aos cinco anos para entregar o que foi contratado para ser feito em trinta e seis meses, essa é a questão, ele pode gastar e levar até sessenta meses para entregar aquele serviço, mas não tem a possibilidade de ser renovado. É um impedimento legal. Vinte e cinco pode, mas dentro desses sessenta meses, então tem que ter uma proposta e motivação, a gente já conseguiu fazer isso em algumas vezes, tinha uma prestação de serviço diferenciado que a administração entendeu que seria interessante e proveitoso que tivesse esse aporte de valor para executar esses 25%.

Beth, eu vou exemplificar, pois às vezes a gente tem uma ação de ATER Macro que hoje é a ação orçamentária 2100, então é assistência técnica, extensão rural aos agricultores familiares e suas organizações, dentro dessa ação macro a gente tem alguns carimbinhos, ou seja, ATER para mulheres rurais é um valor, ATER é outro valor, desta forma, mesmo que seja a ação ATER o gestor seja a SAF, quando se fala em ATER específica ela vai direto ao que a gente chama de plano orçamentário -PO, o PO, e tira daquele PO que no caso seria PO de ATER para mulheres rurais. A

questão da contratação veio muito mais de um entendimento entre a SAF e a SDR, na figura da Solange que é coordenadora, para ver os impedimentos e a validade, ou não, de fazer essa contratação. A ação de quilombolas, indígenas e a ATER específica para mulheres ficava com a DPMRQ, que era ligada ao gabinete do Ministro e hoje é responsabilidade da CGATE. A parte do recurso está dentro da ação de ATER, mas tem o recurso que ela falou, que são os dezoito milhões, são exclusivos, então entro desses recursos ela faz a utilização, as contratações ou outras ações. É lógico que como o nosso é maior pode ter esse acordo para se chegar à contratação, ou não, mas é parte da deliberação daquela secretaria.

Germano, realmente a chamada de juventude ela foi revogada e foi apontada aquela ação de uma das empresas e realmente aconteceu a revogação, mas a gente precisa finalizar aqueles contratos que foram firmados. Eu não sei se o termo rescisão é abstrato, mas alguma formalidade tem que haver. A questão da chamada específica para a juventude realmente não vem sendo discutida no âmbito dessa nova modalidade que será feita agora pela ANATER, eu acho que cabe uma conversa com eles que estarão aqui para que vocês tenham esse pleito junto a eles também para se fazer. O que a gente tem preconizado e coletado de informação de dentro dos nossos contratos, é saber desses contratos em execução sobre o atendimento que é feito para mulheres e jovens, isso nós temos a condição de estar repassando, de todos os contratos, cerca de 42% do público é de mulher e 2% do público é formado por jovens. Depois a gente pode conversar mais detalhadamente sobre.

Irene, apenas um comentário, eu fiz agronomia na UFV e eu tenho uma disciplina de extensão rural, que é ministrada no nono período, então assim, essa discussão dos currículos realmente está passando da hora de ser feita. Para fechar aqui, as colocações da Generosa, a ANATER tem uma possibilidade de firmar instrumentos específicos com os ATERs oficiais mediante uma apresentação do plano de trabalho, não é uma imposição da ANATER de destinar todos esses valores para as ATERs oficiais, eles podem explicar isso um pouco melhor. Então vai ter que ter um plano de trabalho e uma avaliação da capacidade das EMATERs de ofertar ATER para aquele público que deve ser submetida e analisada pelo DATER e pela SEAD, desta forma, não é assim tão definido, pois vai para ANATER e o que sobrar vai para o restante das prestadoras, porém, durante a tarde dá para chegar em uma definição melhor dessa questão.

Solange – Bem, respondendo a pergunta da Sara em relação à importância da minha participação no ST de mulheres e o que ocorreu anteriormente da minha participação não quer dizer que eu não irei participar, tanto que eu justifiquei os motivos, mesmo porque essas agendas são programadas então não tem como bloquear sua agenda, a não ser que apareça um compromisso demandado pelo secretário e eu não possa aparecer. Entretanto, como é tudo programado dá para colocar na agenda sem problema nenhum e é até importante para a gente realmente definir as nossas diretrizes dentro da coordenação. Em relação aos comitês, já respondendo a questão do comitê para o Germano, para você e para a Verônica, realmente como eu disse para vocês eu estou tomando conhecimento desse cenário todo, mas como o Germano falou que desde março esses comitês não se reúnem, ou seja, já tem uma lacuna de mais tempo do que a minha própria gestão, eu acho que meu papel agora é compreender a questão dos comitês, creio que isso a gente

consegue alinhar a partir dessa proposta de conversarmos e ampliarmos nossas reuniões até para outras entidades e representatividades, eu acho que isso a gente consegue, para não se alongar aqui, levar para essa proposta de reunião que vamos fazer paralela aqui, desta forma, te respondo essas três questões que você me colocou, ou seja, a questão da importância da minha participação, os comitês e como estão os comitês, que a gente leva para essa discussão e responde a sua também e responde a do Germano.

Porém, o Germano também tem outra pergunta que é sobre a questão do Plano da Sucessão Rural. Essa é uma pauta que eu abraço muito e toda minha trajetória começou pela juventude, passei por mulheres, igualdade racial, enfim, sempre militando muito nesses três públicos tentando dar a minha contribuição. O Plano de Sucessão Rural, eu estive em uma viagem na semana retrasada no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, e assim, eu vejo e tomei para mim essa importância que o discurso que eu faço e não aprendi aqui, esse discurso eu já tenho e acredito que é por aí, porque se a gente não trabalhar a questão da sucessão rural no campo, não vai justificar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar. Ou seja, hoje nós estamos lá na coordenação e essa daí eu participei da contratação com uma consultora que vai monitorar para a gente o nosso plano de sucessão rural, para dar consistência e eu estou me empoderando disso para ir em defesa da importância de a gente conseguir atender as metas que estão lá, de argumentar junto com as nossas altas lideranças a importância de a gente conseguir fazer com que o Plano seja realmente efetivado.

Não é fácil fazer a efetivação de um Plano é uma luta constante, para isso a gente precisa fazer que as nossas altas lideranças compreendam a importância da juventude para a sucessão rural e esse tem sido o nosso esforço. Eu dialogo muito com Leonardo, que está na minha coordenação e que é uma peça preciosa para a gente, pois a gente perdeu muitos servidores e o que têm fiSEADo a gente tem tentado absolver as informações e valorizar essas informações que eles trazem, porque assim, o que eles ajudaram a construir é importante para a continuidade das políticas públicas, tanto que na semana passada, a minha diretoria é resgata a ATER parada e não tem o que desenhar, e eu respondo para você, qual é essa perspectiva? E as senhoras Beth e Generosa ressaltam que já teve toda uma discussão, além de outros que também falam, então você acha que vale a pena mudar o que está lá ou a gente pode caminhar a partir daí. A gente para, redesenha, dá uma nova perspectiva ou dá continuidade? Lembrando, é claro, que deve-se pensar no corte orçamentário que a gente tem hoje.

Eu acho que a perspectiva das nossas ações, já que foram validadas pela Sociedade Civil, do meu ponto de vista, não tem que se desenhar muita coisa, talvez rever dentro da atual perspectiva orçamentária, claro que é um novo contexto e outra realidade, a diretoria tinha um orçamento, a coordenação tem um outro. Beth, não é assim como você imagina, teve uma redução significativa de recursos e então assim, é importante rever isso. Eu sou a favor da continuidade daquilo que está dando certo, não precisa ter desperdício de recurso para repensar a política, talvez de adequá-la a nova estrutura, à questão orçamentária e até a financeira, porque quando a gente fala de orçamentária não quer dizer que tem o financeiro. Estamos falando que o orçamentário está lá “bonitinho” para a gente, agora o financeiro, que é aquilo que vai pagar é diferente e temos que olhar por aí, pois está previsto isso, mas vai ter isso

para pagar. O contingenciamento vai nos demonstrar muito isso, o que de fato nós temos entre o orçamentário e o financeiro, eu acho que a nossa conversa está dando uma pauta longa para nós, mas que bom, pois nos ajuda a validar o que a gente está reconhecendo como já construído, pelo menos eu particularmente estou reconhecendo como construído, para que a gente possa partir desse ponto. Eu não estou redesenhando nada novo, algumas diretrizes a gente recebe, mas tenta adequar dentro do que já tem construído, pois a gente não tem nem muito recurso e nem muito recurso para colocar essas ações. Desta forma, eu acho que fecho e respondo as perguntas levantadas para mim aqui e eu só queria deixar uma informação referente as chamadas, e aqui eu queria complementar a questão da chamada de mulheres que estavam na coordenação, tudo isso está sendo avaliado e o Ricardo, paralelo a gente vê isso dentro da nossa reunião, até a questão entre a contratação e o chamamento tem prazos legais e que as vezes já estão fora desse prazo e o que a gente faz? Aplica, faz outra? Eu não sei, pois são questões legais que a gente precisa levar em consideração também, porque a gente é gestor e está à frente e o movimento e a sociedade têm que entender que existem os prazos legais que a gente fora do cumprimento desses prazos a gente responde por aquilo, eu creio que é um diálogo que nós temos que ter e uma clareza que vocês precisam ter desses prazos legais, da legalidade de contratar uma chamada que foi desenhada no final de 2015 e o processo todo se deu em 2016 e parou, essa é a questão, que é uma consulta que eu já fiz para o jurídico e ele pediu para eu avaliar as questões de prazo e outras.

Desta forma, é só para esclarecer que talvez seja viável, ou não, nós temos que avaliar o ponto legal também dessa chamada.

Secretário Henrique Villa – Respondendo rapidamente a pergunta concreta do Alexandre, parceiro da ASA, em relação à questão de recursos. Alexandre veja bem, providências, primeiro o seguinte, reiterar o nosso compromisso da SNAS com a CNAPO, eu fiz esse relato na primeira reunião que eu participei com vocês e que fui convencido da importância da estrutura para a Secretaria Nacional de Articulação Social. Mão e contramão, mão de um lado e o outro processo também, quer dizer, a importância da CNAPO se manter na estrutura da Presidência, portanto, está claro isso para mim. Segundo esse é um ano excepcional, então qualquer dificuldade que a gente tem, entendam que esse ano é excepcional, eu tenho quase certeza de afirmar que ano que vem não será tão ruim como esse.

Terceiro, vamos tentar negociar isso com os demais parceiros do Governo que hoje não tem dado contrapartida para a gente, quem sabe eles podem entrar no esforço também. Mas sobre tudo, o quarto ponto que eu queria tocar em relação à sua questão concreta, Alexandre, é que nós temos recursos que são finitos e estamos nesse momento, também, os recursos concorrem com eventos que estamos fazendo em todas as macrorregiões e o Rogério é parceiro disso para espriar a ideia da agroecologia e da produção orgânica, desta forma, tenho dito para o Rogério que quanto mais a gente conseguir ter outros parceiros na elaboração desses eventos macrorregionais, maior será a oportunidade de eu poder atender plenamente a CNAPO nos eventos que a gente vai produzir até o final do ano. Portanto, é uma caixa única e a gente nesse momento também tem esse olhar de prioridade à esses eventos macrorregionais.

Dito isso, eu quero dizer que iremos fazer o máximo de esforço possível, mais que o máximo, nós iremos ao limite do que for possível para atender plenamente essa sua solicitação de trazer titulares e suplentes para todos os nossos eventos, saiba que você tem o meu compromisso de fazer o que for possível e o impossível para atendê-los. Assim, eu gostaria, mais uma vez, dizer do prazer de estar aqui a manhã inteira. Eu tenho dito e por conta da Agenda 2030 eu tenho tido a oportunidade de participar desses eventos com empresários, o terceiro setor, com diversas entidades da sociedade brasileira e nada é mais prazeroso de poder passar uma manhã escutando e discutindo coisas interessantes e vendo que, juntos, a gente vai conseguir construir o Brasil e uma sociedade melhor, há esperança, viu Beth, é isso. Um evento como esse, que eu posso e tenho o privilégio de participar durante uma manhã inteira, isso me dá esperança de que a gente vai construir algo melhor do que está sendo nesse momento oferecido para a gente.

Reitero os agradecimentos a minha equipe, da SNAS, ao Rogério, Luz, agradecer o seu apoio, dizia um parceiro da música popular brasileira, que não está mais entre nós, que você é mais que luz, é raio, estrela e luar, portanto, te agradecer demais essa parceria e dizer que na medida do possível eu vou tentar dar um “pulinho” aqui a tarde e daqui para frente, sem sombra de dúvida, parceiro. Contem com o Secretário de plantão da SNAS para parceira na CNAPO e para o sistema de agroecologia e produção organiza, muito obrigado, um bom almoço e uma boa tarde a todos.

Verônica - Obrigada Henrique, Ricardo, Solange e Pavarino. E obrigada a todas e todos que permaneceram até o final, mas vamos fazer um combinado para a gente voltar as duas e meia. Duas horas? Então nos encontraremos às duas horas.

Verônica. Boa tarde. Vamos combinar, pois nós já estamos quinze minutos atrasados do combinado e assim, revendo um pouco da nossa pauta, a gente ainda ficou com o momento das subcomissões, que estava previsto na parte da manhã, mas colocamos para o período da tarde. Desta forma, iremos começar a nossa pauta com esse momento das subcomissões, mas nós queríamos aproveitar esse momento de aquecimento e chamar os companheiros e as companheiras para fazer um momento de partilha nesse instante inicial, porque esse espaço da CNAPO também é um momento de partilhar informações, agendas e construções. E a gente queria chamar o Chicão que irá fazer um informe de agenda de luta para a gente e também chamamos Mariane, na verdade esse informe já estava previsto para hoje no final da reunião como último ponto da nossa pauta e ele continua, mas queríamos aproveitar esse momento de aquecimento também para trazer e falar um pouco sobre o Congresso Brasileiro de Agroecologia, para a gente começar a se aquecer, pode ser?

Chicão – Boa tarde a todos e a todas, então rapidamente para não tomar tempo. É mais um informe sucinto em relação às nossas jornadas de lutas agora no mês de abril, após o massacre de Carajás em 1996 todo ano na semana do dia 17 de abril a gente faz inúmeras ações do ponto de vista da luta política para homenagear os mortos da luta pela reforma agrária, que foram vinte e um naquele caso. Esse ano a gente, segundo os relatos até ontem a noite, haviam dezessete superintendências do INCRA ocupadas mais a sede nacional, dezesseis áreas ocupadas, ou seja, dezesseis ocupações de fazenda, e duas, de certa forma, simbólicas porque uma em São Paulo que é a antiga fazenda da CUTRALE, que essa empresa grilou mais de oitenta mil hectares de terra pública em São Paulo, e no Rio de Janeiro a área do Eike Batista,

que é uma área de terra que também era dele e sei lá como era o negócio dele, mas estava abandonada e o movimento do Rio de Janeiro ocupou de novo.

Em Minas Gerais, tem vários lugares e rodovias, como o caso aqui mais perto a BR 381, a BR 050, a BR 040, com a liberação do pedágio, então quem passava não pagava pedágio, e a BR 262, então foram feitos esses atos na segunda-feira e segue até a sexta-feira, ou seja, toda a semana com atividades dessa natureza, fazendo ocupações, ocupando INCRA, áreas e assim por diante, com o objetivo de avançar a reforma agrária. Nós do Movimento Sem Terra temos, até o momento, cento e vinte mil famílias em acampamentos, então existem famílias que estão há dez anos em acampamento, que vem ainda dos governos anteriores que estão aí enrolados, e ontem houve uma negociação com o INCRA, mas o processo, como todo mundo sabe, não avança. E dentro da pauta está incluso, entre essas outras questões, a discussão sobre a MP 759, que basicamente acaba com o processo de reforma agrária, pois inviabiliza todo o processo de desapropriação e, além disso, a titulação das terras, então na nossa maneira de entender a MP 759 é uma medida para ir privatizando os assentamentos e na privatização dos assentamentos isso significa que estão dizendo o sim que pode reconcentrar essas áreas que foram desapropriadas no passado, então esse é outro ponto de pauta que tem sido debatido bastante e, também, essa jornada ela tem um objetivo de ir aquecendo para a greve geral do dia vinte e oito. Obrigado.

Mariane – Gente, boa tarde a todas e a todos. Eu sou Mariane, coordenadora da comissão organizadora do Congresso Latino-americano e brasileiro de Agroecologia que vai acontecer de 12 à 15 de setembro aqui em Brasília no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e essa oportunidade de estar aqui conversando com vocês é para fazer um informe sobre o estado da arte e construção do congresso. Nós estamos hoje, desde a última vez que falamos aqui na CNAPO, se eu não me engano dezembro ou novembro, avançamos bastante em vários aspectos mais operacionais voltadas para o congresso, atualmente nós estamos com a submissão de trabalhos do evento aberta, na nossa página do congresso <http://agroecologia2017.com> a gente consegue acessar as normas e a forma de submissão de trabalhos, pois são três tipos de trabalhos que são possíveis de apresentar, ou seja, os trabalhos científicos, relatos de experiência técnica e os relatos de experiências populares, que é uma novidade que esse congresso traz que consiste em uma oportunidade de trazer as experiências do ponto de vista da informação a partir das agricultoras e agricultores para dentro do congresso, de forma à dar e oportunizar um espaço no congresso para que essas experiências sejam apresentadas desde a perspectivas das agricultoras e agricultores. Então a gente está com esse sistema aberto e já faço aqui um convite para a gente possa colocar isso nas nossas redes, o sistema de submissão está aberto até segunda-feira, dia vinte e quatro, onde a gente pode estar submetendo esses trabalhos.

Nós estamos em uma fase atual, também, de ajuste na programação do congresso, então a gente recebeu várias propostas dentro dos temas geradores que o congresso tem, atualmente nós temos treze temas geradores que estão sendo propostos para subsidiar os debates no evento e a gente recebeu essas propostas, estamos colhendo e agora montando o quebra-cabeça da programação principal do congresso. Nos próximos dias, provavelmente até meados de maio, a gente já vai ter toda definição

dessa programação principal e os eventos outros, pois nós recebemos várias propostas também de outros eventos, inclusive de seminários de educação, as questões dos núcleos de agroecologia, que a gente está tratando também de como nós vamos compatibilizar para aproveitar toda essa energia de construção que estamos fazendo acerca do Congresso de Agroecologia, então estamos justamente nesse processo de ajuste. Outra questão que é bastante importante de colocar aqui para vocês é que o congresso, além dessa parte técnico-acadêmica e técnico-científica dessas questões, o espaço da feira do evento é um espaço que também está em construção e para isso eu faço aqui um convite/desafio para os parceiros que nós temos para ajudar a gente a pensar o espaço da feira como um espaço aberto de diálogo com a sociedade e nesse sentido a feira também trás uma inovação, pois estão sendo criados nove pontos dentro da feira de agroecologia que estamos chamando de caminhos do saber que são espaços onde a gente quer potencializar a discussão da sociedade em geral e como ela dialoga com o congresso, então, como a temática da água, da saúde, a temática da alimentação saudável, ou seja, esses temas mais abrangentes, para que esses espaços sejam como a interface entre o congresso e o diálogo com a sociedade em geral. Essa estratégia está sendo construída e precisamos avançar e pensar em formas criativas de construir esses espaços, de maneira que a gente seja realmente efetivo e impactante naquele recado que queremos colocar e discutir com a sociedade, então isso é uma proposta de um espaço que precisamos trabalhar e construir.

Entretanto, todos esses avanços que nós tivemos nos últimos tempos e as próprias garantias dos espaços públicos de realização do evento, a programação principal do congresso será realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o acampamento da via, dos movimentos e da juventude vai ser realizado no Parque da Cidade de Brasília, então a gente conseguiu também a liberação do Pavilhão do parque de exposições do Parque da Cidade, para quem conhece Brasília é um pavilhão bastante grande que a gente está trabalhando agora a questão de viabilizar algumas estruturas ali para esse acampamento. Sobre essa questão que ainda é um assunto no congresso que tem a ver com a questão de recursos para a execução de todas essas atividades que estão sendo propostas e a oportunidade de estar colocando esse informe é, também, para colocar para os parceiros e aí nós chamamos e temos um diálogo muito direto e avançado com vários parceiros que estão aqui, parceiros que estão na construção e parceiros que estão apoiando economicamente e financeiramente o congresso, como alguns Ministérios, e chamar para a gente dialogar os touros possíveis parceiros que a gente possa ter.

Algumas estratégias, a princípio e desde o ano passado a gente vem tentando afinar um pouco mais a questão da conversa dos Ministérios e os órgãos que fazem parte da CNAPO para compor, junto com a comissão organizadora, a construção desse congresso, algumas dessas articulações se perderam no tempo, então é um pouco no sentido de remotivar e reestimular para que a gente retome esse diálogo e eu citaria o Ministério do Meio Ambiente, nós estamos muito avançados com o INCRA, com o MAPA, com o Ministério da Saúde, mas existem outros parceiros que precisamos retomar esse diálogo e vê de que maneira podemos estar construindo e apoiando o congresso, então é um pouco nesse sentido que eu queria colocar. Não sei se Irene quer fazer uma colocação ou pergunta.

Aconteceu uma intervenção, entretanto, a senhora não falou no microfone e impossibilitou a gravação da fala.

Verônica. Obrigado Mariane e Irene. Depois desse momento de aquecimento com notícias boas, todos os dois informes foram de notícias boas. A ideia é que agora a gente vá para esse momento que estamos chamando de momento de subcomissões temáticas e aqui está prevista algumas definições de acordo, mas a ideia é que a gente faça, como de costume, relato-síntese do que foram as discussões nas subcomissões e a partir daí vamos para os acordos partindo do que as STs discutiram sobre alguns temas que foram encaminhados para os grupos.

O Rogério está sugerindo, também, que se puder já falar sobre os Planos Operativos a gente emenda os dois pontos, então está combinado. Então vamos começar da seguinte forma, iremos iniciar um pouco pela ordem das subcomissões como está aqui, mas como faltaram duas STs, vamos começar pelas duas que não estão na pauta. Desta forma, a gente inicia pela Subcomissão Temática de Mulheres e depois, já para ir se preparando, Terra e Território. Beth fará da subcomissão de Mulheres e eu acho que Roberto do INCRA vai fazer de Terra e Território.

Beth – Nós fizemos na segunda-feira a tarde a reunião da Subcomissão Temática das Mulheres, como nós já falamos de manhã, não teve a participação da SEAD, da coordenação de mulheres, mas tinha a presença EMBRAPA, MDSA e a Patrícia estava representando a SEAD na reunião, além da participação do MMTR - Nordeste, GT Mulheres da ANA e UNICAFES. Bom, eu acho que já falamos um pouco sobre isso de manhã, mas não foi apresentado o Plano Operativo para 2017 e, na verdade, naquele plano de monitoramento só tinha uma das ações que tinha sido monitorada, que era em relação ao fomento dos quintais das mulheres da reforma agrária e que foi uma meta incompleta porque, enfim, todo mundo sabe que teve o problema com o Ministério Público em relação a contestar os fomentos e o que estava sendo recebido nos assentamentos e parece que recebeu uma parte do dinheiro, mas uma outra parte teve que ser devolvida. Então assim, a gente estava na comissão sentiu muito, aliás, foi pesaroso perceber que não tinha o que monitorar e não tinha o que estava proposto e eu creio que é a situação que a gente já colocou hoje pela manhã, não tinha novidade nenhuma em relação ao que foi dito e tivemos a presença da Solange que apontou algumas coisas que podemos considerar como um Plano Operativo, mas eu acho que vamos precisar dialogar em outro momento, porque não foi possível fazer esse diálogo na Subcomissão Temática de Mulheres.

Bom, a gente acabou respondendo novamente o formulário de avaliação, porque nós tínhamos, na verdade, a Tatiana que era coordenadora da comissão tinha respondido, mas não tínhamos feito isso em grupo e então aproveitamos o tempo ocioso para refazer isso e só. Assim, em termos do que a gente fez eu acho que foi apenas isso, a gente discutiu um pouco, entretanto, não discutimos bem a coordenação, porque na verdade nós tínhamos poucas pessoas participantes lá, mas a gente indicou a Verônica como coordenação desse espaço, que antes era coordenado pela Tatiana, porém, nós demonstramos e corroborar uma preocupação muito grande com essa subcomissão temática por dois motivos, um motivo é a própria falta de mulheres na CNAPO, pelo menos nas indicações da Sociedade Civil, na verdade, na renovação dos mandatos, essa consulta foi feita por email para as organizações, e quando a gente fez essa primeira ocupação dos cargos da CNAPO foi

um processo feito de forma articulada, nós nos reunimos, discutimos um pouco essa divisão, mas agora na recondução não foi assim. Desta forma, foi enviado um email para as organizações, que por sua vez, renovaram os seus mandatos ou indicaram outros participantes, com isso a gente percebeu que o resultado final foi que nós temos quatro mulheres titulares na CNAPO e cinco suplentes, desta forma, em vinte e oito participantes nós temos nove mulheres. Esse número é muito aquém do que a gente acha que é o aceitável e desde o princípio nós temos pautado a importância de ter, pelo menos, 50% de mulheres na CNAPO, com isso estamos colocando e, enquanto Sociedade Civil, assumindo esse problema que consiste em um problema muito grande e a gente precisa pensar em como se resolve isso. Nós sabemos que ainda não saiu a portaria com os representantes de governo e desta forma nós temos duas recomendações a partir disso, uma delas é que a Sociedade Civil reveja as suas indicações para representantes na CNAPO visando a tentativa de obedecer essa diretriz de 50% de mulheres representantes na comissão, sabemos que, inclusive, e acho que o Alexandre falou hoje de manhã, nós não trabalhamos com titular e suplente da mesma organização, ou seja, são organizações diferentes, e temos convicção de que é um processo um pouco difícil, mas que não é impossível, sendo assim, podemos encaminhar para Cada dupla de representantes para tentar entrar em um acordo de quem indicará uma mulher e fazer uma nova indicação para atender esse critério de 50% de mulheres.

A outra recomendação que nós queremos fazer é direcionada ao próprio governo para que os seus representantes também atendam essa diretriz necessária de 50% de mulheres e acho que a fala do Henrique aqui, hoje de manhã, falando dos ODS e destaque que o objetivo do Desenvolvimento Sustentável número cinco é exatamente a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, então assim, a gente não vai falar de igualdade se não for colocado os 50% de representantes mulheres. Nós sabemos que para o governo também é difícil, porque muitas vezes a pessoa que está acompanhando determinado tema é um homem, mas precisamos fazer esse exercício e, inclusive, pensando se realmente precisa que apenas homens estejam discutindo isso dentro dos governamentais que estão representados aqui na CNAPO. Essa era uma indicação que nós gostaríamos de fazer, além de ser uma das nossas preocupações em relação à própria composição da subcomissão temática.

A preocupação adicional que nós trazemos diz respeito à subcomissão, pois, na verdade, o funcionamento dessa subcomissão temática no passado contava com o apoio da Diretoria de Políticas para as Mulheres do MDA, exatamente porque não tinha tantas mulheres assim na comissão e também reconhecemos que só aquelas organizações que estão representadas na comissão não são suficientes para a gente fazer a discussão que é necessária do PLANAPO a partir do olhar das mulheres. Existem várias organizações de mulheres que são extremamente importantes nesse processo e que não estão representadas na CNAPO, assim, nós conseguíamos garantir que outras organizações que não participavam da CNAPO, participasse da Subcomissão Temática de Mulheres, mas para isso a gente contava com a Diretoria de Mulheres bancando as passagens aéreas dessas mulheres que vinham participar e isso não aconteceu agora, na verdade, só quem tinha passagem, pelo menos no grupo que estava na ST de mulheres, só quem teve as passagens bancadas foram as representantes da CNAPO. Por exemplo, a Tatiana, que era coordenadora da

comissão, porém, como ela não foi reencaminhada ao cargo, ela não veio por não ter conseguido ter a passagem dela paga, mas teve alguns casos de pessoas que a gente sabe que participam da subcomissão e que conseguiram vir, mas a Tatiana foi uma das que não conseguiu. Então, nós queremos apresentar isso como uma preocupação muito grande, porque com esse número reduzido, que estamos fazendo um apelo para que isso seja revisto, mas sem o apoio para que outras mulheres venham, a gente inviabiliza. Tínhamos três mulheres da Sociedade Civil e mais, aproximadamente, cinco do governo participando dessa subcomissão temática, porém, isso não é nem de longe tem a representatividade que nós desejamos e a representatividade dos movimentos que construíram esse Plano, existem diversas organizações que não estavam presentes e que não estarão presentes mesmo que a gente reformule a participação na comissão. Desta forma, gostaríamos de colocar essa preocupação aqui de como vamos continuar viabilizando o funcionamento dessa subcomissão temática dada a quantidade restrita de passagens que a gente tem garantida para esses eventos.

Senhora não se identificou. A nossa demanda hoje para além da comissão são quatro passagens.

Beth – Portanto, para além das mulheres da comissão a gente ainda demanda pelo menos mais quatro mulheres de movimentos que venham participar dessa subcomissão temática ou pelo menos esse era o número que nós trabalhávamos até o ano passado. Nós não organizamos isso muito bem, mas tem mais pessoas que participaram da Subcomissão Temática de Mulheres e se quiser lembrar-se de alguma coisa que eu não citei aqui. Então acho que foi isso.

Verônica. Obrigado, Beth.

Rogério Neuwald – Beth, eu gostaria apenas de fazer um informe em função do que ficará para a história será o registro verbal que vai ficar registrado na nossa gravação que depois será feita por nós, ou seja, é isso que fica na história e que os pesquisadores e acadêmicos vêm pedir para nós. E, desta forma, quando você faz a informação de que a indicação das mulheres da Sociedade Civil foi apenas por email, eu acho que não é um pouco a realidade, pois houve uma Plenária em novembro onde um dos debates que ocorreram nessa mesma Plenária foi a indicação da Sociedade Civil e foi deliberado que seria feito um pedido por email para as entidades da Sociedade Civil, porque para quem ler isso vai pensar que nós fizemos só isso. Eu queria apenas deixar essa correção registrada, porque houve o debate e a discussão na CNAPO a respeito disso. Obrigado.

Verônica. Agora com a palavra o Roberto que é do INCRA e fará o informe do Terra e Território.

Roberto (INCRA) – Boa tarde. A nossa reunião foi bem pequena e tinha poucas pessoas, nós discutimos bastante sobre isso, pois havia apenas quatro participantes, a Liziane e eu do INCRA, a Verônica da ANA e o Alan do MMA/CEDR. Nós discutimos essa pouca participação, porque já teve reunião com um número um pouco maior de pessoas, mas mesmo as outras apresentaram pouca presença. É um grupo que está começando agora, que foi recém-criado e então a primeira coisa que nós fizemos foi a discussão das regras de funcionamento do processo todo, levantamos a necessidade de adequar o documento aos novos membros da mesa coordenadora, que ainda estava a quarta com o padrão anterior, apontamos que é necessário incluir o nosso

GT no documento, no ST e excluir os que já acabaram, pois existem alguns que ainda constam, mas que já foram encerrados e o nosso que foi recém-criado ainda não consta. Além disso, também discutimos a composição do nosso GT e da CNAPO também, desta forma, a gente sugeriu a seguinte composição para o nosso GT, para que isso seja formalizado, duas representações de indígenas, duas representações de quilombolas, uma representação de mulheres, uma representação para Terra de direitos, que é uma organização que já participa, para os extrativistas, os pescadores e uma para a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, isso da Sociedade Civil. Do governo nós sugerimos a FUNAI, o INCRA, especificamente a Coordenação de Regularização de Terras e Territórios Quilombolas, que eu trabalho e que é interessada no tema, Fundação Cultural Palmares, a EMBRAPA, a SPU, Secretaria de Patrimônio da União, a SEAD, principalmente a SDR, Secretaria de Desenvolvimento Rural, e o MMA com as duas, a SDR e a ICMBio representantes desse Ministério.

A mesma coisa que a colega, que estava aqui, acabou de falar e que na subcomissão nós batemos muito na tecla de que é fundamental garantir a paridade de gênero, não só na indicação do governo como também na da Sociedade Civil e também a questão dos titulares e dos suplentes, pois não é para colocar apenas homens como titulares e mulheres como suplentes, afinal, isso não resolve a paridade, inclusive nós levantamos que a nossa reunião estava paritária, pois tinha dois homens e duas mulheres, deve ter sido a única reunião da comissão inteira que foi paritária, obviamente devido ao esvaziamento. Desta forma, a gente ressalta com muita ênfase essa questão de garantir efetivamente a paridade e com alerta, também, as organizações da Sociedade Civil, pois isso precisa ser prioridade.

Após isso, nós fomos analisar o PLANAPO, o anterior e o atual, e percebemos que no nosso eixo, que é o eixo cinco, que tem a ver com o nosso tema, saíram duas indicações e entraram outras duas, não avaliamos exatamente, nós discutimos, mas fizemos essa constatação. Na questão do monitoramento, na medida em que só tínhamos nós do INCRA com os dados, foi o único que conseguimos avaliar e dos outros órgãos a gente não teve elementos necessários para fazer a análise. O INCRA nós avaliamos que todos os eixos estão sendo cumpridos à exceção do primeiro que é titulação de territórios e que na minha avaliação, pessoal e em função do que eu conheço do processo, muito dificilmente nós iremos atingir a meta e eu digo isso porque a meta de titulação de território, obviamente depende do INCRA para fazer o trabalho manual de avaliar e agilizar as ações, mas depende principalmente da justiça, ou seja, depende de um juiz ágio para terminar o processo e homologar a sentença, porque apenas depois de homologada o INCRA pode obter o imóvel e depois transferir, então enquanto o imóvel não é do INCRA ele não pode dar o título. Nós temos um estoque gigantesco de imóveis avaliados e processos judiciais abertos, mas a justiça não dá resultado, então é uma meta que não depende, exclusivamente, do INCRA, que por sua vez dá início ao processo, mas o final depende do juiz.

Em todas as demais metas eu não vi problema algum, pois a maior parte está cumprida, inclusive uma, que é a de decreto nós já extrapolamos, a gente já cumpriu, no início do ano de 2017, a meta até 2019 e, inclusive, tem mais cinco, porque eu tinha falado que eram vinte, mas agora são vinte cinco decretos publicados e encaminhados para a Casa Civil. Atualmente têm vinte decretos aqui na Casa Civil dependente de

aprovação, então assim, já cumprimos uma meta com folga, as outras três nós iremos dar conta de cumprir e a primeira dificilmente será cumprida devido à esse problema que eu coloquei. E é isso, pois as outras metas nós não tivemos condições de avaliar em função do esvaziamento da reunião e foi isso, depois tivemos outras discussões. Se os colegas quiserem levantar mais alguma coisa.

Senhora não se identificou. Foi a menor subcomissão temática, foram muito eficiente e conseguimos paridade de gênero, pois éramos quatro sendo duas mulheres e dois homens e então estamos avançando bastante.

Roberto – E nós não conseguimos realizar a avaliação porque além de estar esvaziada, a maior parte era marinheiro de primeira viagem, como no meu caso, então não tem como fazer a avaliação do processo porque tinha perguntas, por exemplo, do ano inteiro e a gente precisa participar e acumular mais bagagem para avaliar, então nessa reunião nós não fizemos a avaliação.

Verônica. Obrigado, Roberto, e merece um aplauso, gente. Essa foi na resistência mesmo. Então podemos ir para a ST Produção, Fomento, Crédito e Agroindustrialização? A ordem que temos aqui é, seguindo o papel com a atividade das subcomissões, temos a ST Produção, depois Sementes, Insumos, Sociobiodiversidade, Terra e Território, e Conhecimento. Rogério está dizendo que podemos deixar à vontade para quem quiser fazer a fala sobre a subcomissão.

Álvaro – Ficou eu, Álvaro e a Suiá para poder ajudar caso tenha alguma dúvida. Eu acho que é necessário destacar que participaram dessa subcomissão temática a representação da FUNAI, do ISA (Instituto Socioambiental), a SEAD, a CONAB, o DEX do MMA, Ministério do Planejamento, Rede Cerrado, EMBRAPA e o MDSA essa é a lista de presença e creio que fica aí. E já aproveitando, nós fizemos um balanço da composição dessa ST e aqui também tem uma lista com sugestões para o fortalecimento desse âmbito das subcomissões temáticas com os membros indicados da Sociedade Civil e Governo para também compor essa ST. Eu irei falar os integrantes dessa lista, Governo Federal: MMA, MDA, MDSA, Serviço Florestal, MCTI, CONAB, EMBRAPA, FUNAI, INCRA, ICMBio e o MEC, e por parte da Sociedade Civil: CNS, a Rede Cerrado, Rede Juçara, Rede Pantaneira, Rede Puxirão, a CEMA, MONAP, que são dos pescadores, MICB, Quebradeiras de coco, a CONAC, os quilombolas e indígenas APIB, a Rede Xique-xique e o COFREM, que é a Confederação das Reservas Extrativistas Marinhas, e o Comitê da Juventude Rural do CONDRAF.

Logo após, nós partimos para a discussão do monitoramento e acho que destacar, pois creio que também em outras comissões ficou uma preocupação destacada pelos membros em relação às preocupações e incertezas quanto a real efetividade de implementação do plano com os relatos de cortes nas iniciativas, então essa incerteza de implementação ficou bem explícito em todos os membros. Sobre a questão do monitoramento, tinham vinte e seis iniciativas na Subcomissão de Sociobiodiversidade, nesse eixo, mas foram apresentadas cinco iniciativas, pois alguns órgãos não apresentaram e não mandaram os relatórios que foram solicitados ou também não enviaram esses relatórios completos, aqueles que possibilitam que você veja com mais detalhes e informações a amplitude de alcance da iniciativa.

As considerações em relação à questão do monitoramento ressaltou-se essa questão do tempo e do prazo, pois não é possível realizar uma apreciação pela

Sociedade Civil, prejudicando o monitoramento, além do indicativo que a Sociedade Civil tenha a oportunidade de fazer uma análise mais detida sobre o plano revisado e que possa se manifestar em relação à essa nova versão e queremos tirar uma dúvida relacionado à sugestão que ficou aqui sobre uma reunião antes do lançamento do plano. Outro ponto registrado foi a falta de estrutura que facilite o diálogo entre as instituições responsáveis por Cada iniciativa e as parceiras que também ajudam a implementar as iniciativas para a realização não só do monitoramento, mas também da implementação das ações previstas no plano, sobretudo nesse contexto de junção de órgãos, por exemplo, para onde foi uma meta que estava no Ministério e foi para o outro e se perdeu nessa troca e creio que é importante e deixo essa questão da estrutura, para repensa-la para que ela facilite esse diálogo entre, sobretudo, os responsáveis que estão em SEAD a iniciativa, que se eu não me engano está por volta de trinta pessoas que ficam responsáveis por esse conjunto de iniciativas do PLANAPO. Das vinte e seis ações, já registrei que apenas cinco que foram apresentadas no monitoramento e não sabemos se isso foi devido a uma baixa execução ou que realmente não foi apresentado. O formato que os dados foram apresentados não permite uma compreensão, pois como eu disse, a planilha que é mais detalhada não foi apresentada e por isso não tem como a gente saber se cinquenta mil DAPs que foram feitas de Povos e Comunidades Tradicionais quantas são indígenas, então dificulta essa análise.

A FUNAI manifestou a preocupação com relação à questão de como ficará a interlocução com a SEAD, para as ações que tinham sido previstas em parceria com o MDA, sobretudo a respeito das DAPS. Definir esses procedimentos das DAPs para indígenas e demais comunidades tradicionais, o fato é que as comunidades indígenas e quilombolas estão ficando sem a possibilidade de acesso aos benefícios sociais ou políticas públicas porque não têm a DAP, então realmente é preciso resolver de uma maneira mais rápida isso, uma vez que o próprio MDSA possui recursos para poder implementar essas políticas, mas não pode porque não tem uma DAP que seja de indígenas ou quilombolas. Rever e qualificar e, desta forma, nessa meta também se sugere ampliar, rever e qualificar a meta da DAP para povos indígenas e comunidades tradicionais, já que foram emitidas cinquenta mil de 2016, então, aumentar essa meta seja para duzentos mil para os próximos anos. Portanto, em relação ao monitoramento foi isso que foi discutido.

O Plano Operativo nós estamos entendendo que foi realizada uma apresentação pelo PGMBio, que foi muito importante, sobre o estado da arte da PGMBio, apresentada pela colega da CONAB e saíram algumas reflexões e indicações de verificar a possibilidade de parceria da PGMBio com o Programa de Fomento do MDSA, da SEAD. A proposta de inclusão do MDSA no grupo gestor do PGMBio, uma proposta de que a Secretaria Executiva encaminhe uma carta de recomendação aos cinco Ministérios que são responsáveis pela assinatura da portaria interministerial que aprova o orçamento da PGMBio para o período de 2016/2017, pedindo agilidade nessa assinatura do documento, uma vez que não está sendo possível pagar as subvenções da PGMBio com recurso em caixa na CONAB de um milhão e setecentos mil e as comunidades aguardando esse recurso, simplesmente porque a portaria de 2016/2017 não foi publicada. Existe um modelo dessa carta no final.

A recomendação em relação ao IBGE é que aprimore a coleta de informações sobre a produção extrativista no Brasil, pois os dados que existem são aqueles anuais seja de açaí, babaçu ou outro fruto que não expressa realmente a movimentação de produtos pelas comunidades ao longo do país. Então, nesse bojo de discussão com o IBGE, que também foi colocado aqui no período da manhã, se eu não me engano pelo Denis, essa produção precisa ser abordado, por exemplo, enquanto subdimensionada e entre outros itens importantes que o IBGE precisa abarcar nesse processo do levantamento de seus dados. É preciso pensar em estratégias que possam refletir melhor os dados do extrativismo nos estados. A discussão com o Ministério da Fazenda para encorajar os estados a isentarem de impostos os produtores extrativistas para a emissão de nota fiscal, a exemplo do estado do Maranhão, onde as quebradeiras de coco conseguiram a isenção para a emissão das notas fiscais na venda do coco babaçu e com isso elas conseguem tirar com muita facilidade as notas fiscais e tem acesso à subvenção, enquanto nos outros estados isso ainda não é possível por parte das receitas estaduais fazendárias, mas que se houver o encorajamento do Ministério da Fazenda talvez ajude a mudar esse quadro. E desta forma, que os próprios estados e as organizações da Sociedade Civil façam isso através dos seus espaços de articulação visando pressionar os órgãos estaduais para que essa questão possa ser alterada.

Uma recomendação ao MAPA para destinar ação orçamentária específica para a operacionalização do PGMBio, pois eles possuem o recurso para implementar a subvenção, mas não detém o recurso para fazer, as vezes, a divulgação e levar essa informação às comunidades sobre a possibilidade deles acessarem os recursos, pois eles dependem de parcerias com outros órgãos para isso, uma vez que eles não possuem orçamento para realizar essa ação. Tem uma recomendação para o MAPA ir buscar nos estados um maior diálogo com as superintendências regionais da CONAB para buscar soluções para a operacionalização dessa política da PGMBio. E, já finalizando, apresentamos uma proposta de fazer uma mesa redonda durante os CBA sobre a PGMBio, envolvendo a CONAB, Ministério do Meio Ambiente, o IBGE, o Ministério da Fazenda e outros órgãos comprometidos com esse tema. Portanto, isso foi discutido na Subcomissão a próxima reunião nós tiramos como indicativo discutir o PAA e depois, na próxima ainda, o PENAI e o aprofundamento dessa discussão.

Só esclarecer essa questão da reunião antes sobre o que é exatamente, se a gente tivesse a oportunidade de rever as iniciativas, o que foi tirado o que permaneceu, com mais prazo e como foi pensado isso que foi colocado pela SEAD na mesa no período da manhã. A carta à ser enviada aos Ministérios é curta e farei a leitura, na verdade é apenas um escopo de uma carta: “Cientes da importância da Política de Garantia de Preços Mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade, a PGMBio, solicitamos a celeridade na publicação da portaria interministerial, que aprova o orçamento para a subvenção direta aos extrativistas. Destacamos que atualmente a CONAB possui mais de um milhão de reais em carteira, já processados, aguardando a publicação da portaria para o pagamento aos extrativistas. A portaria interministerial é assinada anualmente pelos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento Orçamentário e Gestão, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Casa Civil”. Desta forma, basta apenas uma assinatura para liberar o dinheiro para o pessoal.

Rogério Neuwald – A carta está aprovada, pessoal? Está OK? Beleza. Apenas um esclarecimento em relação ao que Álvaro levantou da questão de antes de lançar a atualização final, digamos assim, teria que passar pela Plenária. Eu acho que isso nós levantamos ontem e ressaltamos a importância que teria de validar, independente dos questionamentos ou não, dos apoios e críticas, nós temos que ter uma validação pela CNAPO. Hoje o Pavarino, durante a sua fala aqui, reforçou esse aspecto de a gente ter uma validação desse Plano pela CNAPO. O formato disso, evidentemente, nós teremos que discutir, talvez por questões financeiras a gente tenha que mandar todo o plano para todos os membros da CNAPO e chamar uma reunião mais enxuta com um grupo menor, ou seja, não uma Plenária, mas uma reunião específica com os titulares ou suplentes, um grupo que dê para trabalhar para validar. Porém, nós assumimos o compromisso tanto a SEGOV, a CIAPO, como nós, que não lançaremos a atualização sem ter um debate com a CNAPO e isso está claro para todos nós, o formato disso é que nós não temos claro. Está entendido por todo mundo aqui? Beleza então.

Marco Paravino – Eu gostaria só reforçar esse ponto, eu estava esperando todos os representantes das subcomissões temáticas falarem, pois eu acredito que isso virá nas outras STs, mas como tocou nesse ponto eu irei me manifestar. É isso, nós não temos claro ainda qual a forma, porém, eu acredito que nós precisamos sair daqui com o entendimento claro a respeito de como iremos tratar isso, porque eu fui bem objetivo dizendo que a SEAD está encabeçando uma proposta de que essa atualização seja lançada no Plano Safra, portanto, no final de maio, esse é o horizonte, mais ou menos, que nós temos do Plano Safra. Desta forma, se a gente se organiza a partir desse calendário, beleza, nós temos o entendimento de como fazer, mas se não é isso, nós puxamos o “freio de mão” e vamos fazer essa discussão com um pouco mais de tempo ou alguma coisa assim e assim, nós retiramos um pouco isso, o que a gente quer é aproveitar o espaço do Plano Safra para que isso volte à pauta, mas eu acho que é importante que, como ainda não sabemos como vai ser o entendimento disso, mas eu creio que até o final da reunião a gente precisa ter isso um pouco mais sedimentado, Rogério.

Rogério Neuwald – Tranquilo, Pavarino. E apenas mais um detalhe aqui, que na verdade a partir da confirmação do MAPA e do MEC, nós não temos mais nenhum acréscimo em relação às informações das iniciativas, metas e etc.

Marco Paravino – Nós não temos, mas acho que isso é um segundo entendimento que nós precisamos ter, o tema PRONARA, que por sua vez, é um ponto crítico no PLANAPO se fica, se não fica, quais são as formas que a gente trata isso. E esse é o ponto que eu creio que é fundamental para esse fórum aqui ter um consenso, se é que vai ter, que é a atualização que está sendo proposta é com o PRONARA ou é sem o PRONARA, sendo que esse ponto será discutido de forma mais detalhada em um outro momento, que é o que o MAPA traz, mas eu acho que esse é um outro elemento que nós precisamos ter entendimento aqui, porque se não fica uma ideia de que o “Governo decidiu tirar” e não é isso, a gente precisa ter o entendimento que a partir desse ponto crítico nós temos a compreensão de que dá para lançar e vamos lançar dessa forma, e essa é a segunda preocupação que eu tenho.

Rogério Neuwald – Mas a Sociedade Civil já tem uma posição e se manifestou hoje em relação à isso, mas você quer um consenso. Já aconteceu o debate e a Sociedade

Civil tem mantido essa posição bem clara e cabe, a nós do governo, assumir o ônus de lançar com ou sem o PRONARA, daí é uma decisão do governo.

Algumas pessoas se manifestaram na Plenária e apenas algumas palavras ficaram nítidas, pois não usaram o microfone.

Verônica - Eu acho que no final nós teremos que dar um encaminhamento, então creio que não cabe agora. Alexandre falará da Subcomissão Temática de Conhecimento.

Alexandre – Me chamo Alexandre da ASA e da ST Conhecimento, eu estou aqui apenas como relator, pois nós tiramos como coordenadores da ST, Generosa da UNICAFS como coordenadora e Spindola da EMBRAPA como coordenador adjunto ou suplente, não sei como a gente chama. Um dos primeiros pontos que nós começamos a nossa conversa na ST foi relatar algo, que em outros momentos a gente também relatou aqui na CNAPO, não existe a possibilidade de nós realizarmos alguns debates aqui ou receber algumas tarefas durante esse processo de Plenária, recebendo esse documento na quinta-feira prévia a um feriado, então, ou a gente ajusta um pouco os nossos tempos para aquilo que efetivamente nós queremos como objetivos das nossas reuniões ou acabamos prejudicando um pouco o objetivo e a centralidade daquilo que a gente quer. Porque desta forma, nós fazemos de conta que monitoramos, toca o barco para frente sem grandes críticas ou grandes ajustes e vamos em um “barco sem rumo” mais correto. Nós sentimos isso e foi recorrente no grupo, pois há um certo prejuízo do ponto de vista da nossa análise daquilo que nós estamos chamando de monitoramento. Porque apenas olhar a planilha do que estava previsto, quanto do percentual foi executado e não foi, é muito frágil de certa forma, já que estamos querendo entrar em um grau de profundidade de monitoramento em uma outra perspectiva, então eu creio que é um elemento para se deixar mais à frente.

Falamos, também, sobre os documentos das regras de funcionamento da CNAPO. Eu pontuei, pois o documento escrito está ali e deixarei com as meninas, primeiro o documento precisa de revisão, porque existem palavras repetidas e algumas coisas sem nexos que estão juntos, etc., desta forma, a primeira coisa que nós precisamos entender nessa atualização é que a Mesa Coordenadora é formada por dez membros, cinco da Sociedade Civil e cinco do governo como é a realidade e o que nós estamos vivendo, porém, retirar e suprimir do documento a ideia de que a CNAPO criou dois GTs, um de monitoramento e gestão e o GT do PRONARA, a gente acha que não cabe nas regras gerais dizer que nós criamos esses grupos de trabalhos, mas um primeiro ponto para votação na Plenária é uma sugestão da ST Conhecimento de que se retome o GT de monitoramento e de gestão e o GT do PRONARA. O Grupo de Trabalho de Monitoramento e de Gestão retomar, sobretudo, resgatando os processos e sugestões que foram construídas de forma de monitoramento do ponto de vista qualitativo da chegada da implementação do PLANAPO nos territórios, que foi pensando um desenho e um formato e tinha um GT pensando nisso, porém, foi meio que abandonado e entendemos que o GT do PRONARA deve permanecer vigente na CNAPO até se resolver a publicação dele, isso é para a votação na Plenária.

A gente não entende o que é coordenação executiva, pois isso foi uma coisa que os membros da Subcomissão Temática ficaram em dúvida, entendemos que tem a Secretaria Executiva a secretária Adjunta, mas coordenação nós não compreendemos. Além disso, a gente entende que precisa colocar uma atribuição na

Secretaria Executiva que é a dessa secretaria trabalhe para criar as condições de funcionamento das STs e dos GTs, porque isso não está garantido nas regras de funcionamento, o outro é ficar garantida a participação de titulares e suplentes. Tem partes do documento que diz que os suplentes serão convocados apenas quando os titulares não puderem estar presentes e nós temos trabalhado, como foi dito hoje de manhã, na perspectiva de titulares e suplentes. E por ultimo, paridade de gênero na CNAPO, nas STs e nos GTs.

Do ponto de vista do documento que nós monitoramos, ressaltamos apenas cinco pontos. O primeiro ponto se refere à questão da formação dos agentes de ATER há uma informação, por exemplo, de que a SEAD já liberou para a ANATER cerca de 2,1 milhões de reais com esse foco de formação. Os dados apresentados são numéricos e não qualitativos, e a nossa intervenção aqui nesses cinco pontos é de qualificar o processo do monitoramento. Nós entendemos que não é possível realizar processo de formação de agentes de ATER apenas com as EMATERs resguardado as qualificações de profissionais e das EMATERes, porém nós sabemos também que a história e a construção da agroecologia no Brasil se deram graças aos processos dos movimentos sociais, das organizações da Sociedade Civil, das articulações e redes, de setores da academia, do ensino, da pesquisa e da extensão, que ao longo do tempo foram construindo referenciais nesse ponto do processo de construção da agroecologia, então para isso, é importante que além dos contratos que a ANATER faça com as EMATERes para a formação de agentes de ATER, também é necessário que a gente se detalhe sobre o processo de como isso irá acontecer, do ponto de vista metodológico, do formato, do ponto de vista da articulação, considerando as experiências das redes, articulações e organizações da Sociedade Civil local, além dos processos que nesses últimos anos nós conseguimos avançar bastante e de forma bastante significativa com os núcleos de agroecologia espalhados por esse Brasil, ponderando, sobretudo, as experiências dos agricultores e agricultoras camponeses como base do processo de formação, olhando para o território e algo como estratégico para esse processo de formação de agentes de ATER, se não a gente vai ou fazer uma formação teórica ou uma formação em base de ideias e suposições de como se comporta a construção da agroecologia no Brasil.

O segundo ponto é chamadas de ATER Agroecologia e de certa forma nós já tocamos aqui quando eu fiz uma fala, no período da manhã, colocando e apresentando para o Secretário Henrique, mas nós precisamos um pouco mais de elementos sobre o que é que está posto para 2017 no campo da ATER, o que está posto, como por exemplo, na relação com a ANATER que não aparece em nenhum momento como responsável por essas questões da ATER no PLANAPO. E outro elemento é o que significa esse investimento do Governo formatando um projeto de ATER, que é o projeto Dom Elder Câmara, que irá pegar apenas a região nordeste e parte do semiárido, considerando que pega o Espírito Santo e Minas Gerais, quando não está se desenhando pelo menos aos nossos olhos um outro processo mais amplo para o resto do país, mesmo considerando que o nordeste e o semiárido precisa da atenção em função do contexto climático e todos esses elementos, e eu não serei barrista que isso é importante para nós, porém, é importante a gente está atento para essas outras perspectivas e, também, do que é representa isso para esses próximos anos. Nos preocupa profundamente que no caso do INCRA a gente tenha começado

um ano com o orçamento de noventa milhões de reais para a ATER e com o contingenciamento de 46%, que é o que já foi informado, aliás, esse aspecto dos 46% de contingenciamento foi algo que para a gente, e reafirmando algo que já foi dito aqui por outras pessoas, estabelece um certo grau de insegurança de por onde vai o PLANAPO nesse ano de 2017, considerando que nós estamos falando de um conjunto de ações aonde o Governo está falando em recuo de recursos, de perdão de dívidas de setores empresariais e de contingenciamento do recurso destinado a ação pública.

O terceiro ponto está relacionado aos núcleos de agroecologia, existe uma sugestão de correção, pois está como “núcleos apoiados” e o certo deve ser “projetos apoiados”, mas nós queremos chamar a atenção para a necessidade de ampliação dos editais dos núcleos de agroecologia, sobretudo os editais que contemplem os núcleos de agroecologia da EMBRAPA, das OEPAS e das redes de núcleos de agroecologia. Nesses últimos editais não permitiram, por exemplo, nesse último edital não permitiu que esses setores entrassem nos editais e a gente acha que é extremamente importante, sobretudo, na EMBRAPA e nas OEPAS para que a gente, de fato, como o Secretário também nos deu uma resposta de manhã, desça no sentido de fazer uma articulação com os estados e com os órgãos de governo, pois para espriar essa perspectiva de construção da agroecologia é preciso garantir as condições e cria-las para isso. E para isso nós entendemos que os dez núcleos de agroecologia que estão na EMBRAPA, que envolvem várias unidades na empresa e das OEPAS, isso tudo é algo extremamente relevante e é preciso criar condições. Vale ressaltar só um dado que é bem importante dizer, que nesse último edital dos núcleos de agroecologia foram apresentados quatrocentos e setenta projetos e isso é algo a se comemorar e para se dizer que tem um processo ainda em curso, existe uma demanda apresentada e nós precisamos criar as condições para que essa demanda seja atendida e aqui nós não estamos contando com os núcleos da EMBRAPA, das OEPAS e nem das redes de núcleos de agroecologia.

O quarto ponto está relacionado também à EMBRAPA, onde uma das coisas que queremos sugerir é que a CNAPO, bom todo mundo conhece o marco referencial da agroecologia da EMBRAPA que está desatualizado e creio que de um tempo para cá perdeu mais força a história do Fórum de Agroecologia dentro da EMBRAPA, mas a gente entende que, sobretudo, no horizonte do CBA que acontecerá em setembro de 2017 e no horizonte do quarto Encontro Nacional de Agroecologia, que a ANA irá realizar juntamente com outras várias redes e movimentos sociais em junho de 2018 na cidade de Belo Horizonte, nós acreditamos que seria muito importante e relevante, e cabe ressaltar que é uma recomendação que estamos fazendo a EMBRAPA, que crie um grupo de trabalho para a atualização do marco referencial da EMBRAPA, pois eu acho que isso pode ser um ponto extremamente relevante naquilo que se diz, fazendo referência aos ODS que o Secretário tanto fez referência aqui.

O quinto ponto está relacionado às duas últimas iniciativas do Plano que estão relacionadas à comunicação para a Política Nacional de Agroecologia. A ANA tomou uma iniciativa há um tempo, creio que um ou um ano e meio atrás mais ou menos, onde nós provocamos a mesa coordenadora da CNAPO de convidar as assessorias de comunicação dos órgãos de governo, nós trouxemos assessores de comunicação de organizações e redes que compõem a ANA e nós tiramos um dia inteiro de trabalho e reflexão de como fazer uma comunicação nessa perspectiva da agroecologia, de

uma forma que o Plano pudesse chegar e ser melhor comunicado, tiramos encaminhamentos, sugestões, entre outros. Isso ficou meio adormecido e a gente sabendo na reunião da ST Conhecimento que as assessorias de comunicação dos órgãos de governo estão se encontrando e pensando em ações e estratégias de comunicação para o Plano Nacional de Agroecologia, mas estão fazendo isso sem a nossa participação da Sociedade Civil e nós achamos que é importante que esse processo seja retomado com a participação da sociedade para que tenhamos uma certa contribuição e eu quero dizer para vocês que eu acho que nós temos uma contribuição importante à dar nessa história.

Por fim e para terminar, vou apenas apresentar os números. Das dezenove iniciativas que estavam pensadas para 2016, seis não atingiram a meta e treze ou chegaram a 100% ou 660%, pois teve meta que chegou a esse número, então tem um grau do ponto de vista quantitativo bem interessante e significativo. Por último é uma recomendação também para a CNAPO que a mesa coordenadora convoque, convide, articule, construa uma reunião com as direções e instâncias de decisões da EMBRAPA, da ANATER, da SEAD e do INCRA para discutir conjuntamente com esses órgãos e a mesa coordenadora da CNAPO a implementação do PLANAPO. A gente avalia que é extremamente relevante um diálogo direto da mesa coordenadora da CNAPO, com a sua composição de Sociedade Civil e Governo, com esses órgãos e suas direções para que a gente faça um certo grau de sensibilização e peça a atenção desses órgãos e de suas direções para a implementação do PLANAPO. Pavarino, ontem a noite nós fizemos uma reunião não só dos representantes aqui da ANA, mas dos representantes dos vários movimentos da Sociedade Civil que compõem e a nossa posição em relação ao PLANAPO é que não cabe à nós da CNAPO validar ou referenciar esse Plano, sobretudo no contexto que ele está sendo apresentado de atualização e nós já deixamos a nossa posição clara no período da manhã que para nós o entendimento é que o PRONARA faz parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Se o PRONARA sai de dentro do PLANAPO, eu creio que nós não temos o entendimento sobre o formato do PLANAPO para esse processo seguinte.

Eu tive uma audiência na segunda-feira com o governador do estado de Pernambuco e ele informou que a CONAB vai destinar duzentas mil toneladas de milho para ração animal para a região nordeste e semiárido do Brasil. E nós da ASA, quero manifestar aqui publicamente, e é pela CONAB isso, temos imensa preocupação de que nós recebamos mais duzentas mil toneladas de milho transgênico para contaminar as sementes crioulas com as quais nós temos tido muito cuidado e os recursos inclusive do próprio Estado brasileiro tem apoiado as iniciativas das casas de sementes crioulas para a proteção, exatamente, das sementes transgênicas e o Estado, na contramão do que estamos construindo, joga esse milho novamente para lá. Duzentas mil toneladas, inclusive o estado de Pernambuco recebe trinta mil toneladas e isso é algo extremamente grave e eu acho que a CNAPO, e estou falando isso de forma geral, por que não foi debate dentro da comissão temática, mas ela precisa pedir explicações à CONAB sobre a origem desse milho.

Alguém realizou uma pergunta fora do microfone, mas não foi possível escutar por completo. O senhor Alexandre voltou ao microfone para responder a questão.

Alexandre – Nós resgatamos um pouco do que era porque está meio desmobilizado essa daqui, mas atualmente nós temos UNICAFES, CPORG, ASA, Rede ATER Nordeste, ABA pela Sociedade Civil, e se alguém lembrar de alguma outra organização que participa nós não lembramos, além do INCRA, EMBRAPA, SEAD, MEC e Ministério da Saúde pelo governo, porém, não temos certeza se são apenas esses. E desta forma, nós estamos sugerindo dois novos convidados para a ST Conhecimento, para aumentar as passagens viu, Rogério, um é a Representação das redes de núcleo de agroecologia e a Representação da educação no campo.

Rogério Neuwald – Obrigado pelas considerações, Alexandre. Vocês irão deixar tudo isso escrito e detalhado para entregar? Apenas uma consideração que eu creio que é importante que é em relação as normas básicas de funcionamento. Ontem nós colocamos a respeito que estaríamos discutindo o funcionamento das subcomissões temáticas e você, efetivamente, fazer um debate e discussão de fundo sobre as normas de funcionamento, que são até estabelecidas por meio de portaria, nós teríamos que ter uma agenda que propiciasse isso, eu acho que iremos acatar as considerações do grupo, mas que fique claro que é um momento que teremos que chamar esse debate, discutir as normas de funcionamento, se a Plenária considera importante, para que dessa forma possa haver um debate de tempo e não um debate tão rápido como de ontem para hoje. Eu acho que isso fica bem claro para todos vocês que havendo a decisão da Plenária, que tem fazer uma revalidação e atualização ou qualquer outro termo, a gente encaminha isso ao longo do tempo, mas não é um debate de curto e médio prazo, é um debate que tem que ser muito bem aprofundado entre nós e ele tem muito a ver a respeito de todo o funcionamento e todo o fortalecimento da nossa comissão.

Senhora que não se identifico. Então, companheiro coordenador, ninguém sabe aqui quem é adjunto, mas assim, primeiramente nós tínhamos feito um acordo que no final a gente ia para os acordos e isso só caberia no final, mas eu quero dizer, já que você introduziu, que duas STs trouxeram a recomendação de adequação desse documento e esse documento não está publicado em portaria ainda não. Esse que nós lemos ontem não foi.

Rogério Neuwald – Luisa, não foi publicado lá na sétima Plenária, eu creio que foi. A Luisa me informou que tinha sido, mas eu não chequei. Ele foi aprovado.

Verônica Santana - Nós precisamos verificar quais são esses meios de publicação, mas ele foi aprovado em Plenária, que não é a mesma coisa de portaria, mas assim, aconteceu em 2014 e realmente existe a necessidade de adequação e para dizer que no final dos encaminhamentos ele irá voltar.

Rogério Neuwald – Ele irá voltar, mas tem que ser um debate de fundo, não de ontem para hoje, claro.

Verônica. Qual é a subcomissão que apresentará a seguir? Produção a postos.

Raquel Martins – Boa tarde, meu nome é Raquel Martins e sou da SEAD, trabalho na coordenação de Agroecologia e Produção Sustentável e irei fazer um breve relato de como foi a atividade junto a ST de Produção, lembrando que o nome da subcomissão temática é até bastante extenso, pois a gente tem bastante temas a serem discutidos que é produção, fomento, crédito e agroindustrialização. Na nossa reunião nós tínhamos de Sociedade Civil o representante do MST, o Chicão, o representante da ANA, o Denis e a Beth também que faz parte do GT de mulheres,

além deles, tivemos representação governamental de duas coordenações da SEAD, a coordenação de crédito e de agroecologia, esteve representantes da ANVISA, do INCRA, do FNDE, da CONAB e MDSA.

Quando a gente começou a conversar, nós vimos algo que os demais relatos feitos pelas outros representantes das subcomissões temáticas já trouxeram, de que existe uma dificuldade de se trabalhar em cima de um documento que foi atualizado, mas que a gente não tem item a item o que foi atualizado de Cada item, para que de fato seja possível e consiga se fazer um juízo ou entendimento daquilo que está sendo proposto. A discussão no começo demorou um pouco mais para a gente começar a engrenar por conta disso, porque a gente não sabia se aquilo que estava proposto e o porquê determinados itens tinham sido alterados, a gente até tentou fazer um remissivo com o Plenário que foi publicado em maio do ano passado, mas como nem todos os presentes tinham esse contexto, nós acabamos optando por fazer o monitoramento de 2016, priorizando além das pessoas que estavam lá para fazer esse contexto, priorizando também aqueles itens e iniciativas que não tinham sido totalmente atingidas. Na sala havia a presença do pessoal da SEAD de crédito, onde eles explicaram um pouco sobre as duas iniciativas que estavam sob a sua responsabilidade, uma delas não foi atingida em sua totalidade que eram quinhentas operações de crédito no PRONAF de Agroecologia e nós tivemos uma discussão até bastante aprofundada sobre a questão do crédito não apenas do aspecto legal, mas do aspecto de internalização entre os parceiros, tem a questão dos próprios agentes financeiros.

O dado que a gente teve de execução, onde a previsão eram quinhentos contratos em 2016 e foram, de fato, efetivados trezentos e cinquenta e um, destes nós não tivemos nenhuma contratação no norte do país, mas na apresentação que o coordenador da equipe fez até na mesa coordenadora da nossa reunião daqui da CNAPO, compreendia um histórico e ele mostrou que existem algumas ações que estão acontecendo no nordeste, mais especificamente na Paraíba, por conta de iniciativas do Banco do Nordeste que estão incrementando o acesso ao PRONAF Agroecologia. Desta forma, uma das pautas que a gente conversou ontem e que provavelmente vamos trazer na próxima reunião da ST é fazer o mapeamento de onde foram acessados esses créditos, se esses locais, agricultores e mutuários que tiveram acesso a esses créditos receberam ATER, se esses municípios estão dentro dos municípios ou da rede que já foi contemplado pelo ECOFORTE, então nós vamos fazer alguns cruzamentos para tentarmos entender, de fato, o porquê determinadas localidades estão conseguindo fazer com que esse crédito chegue, pois a gente sabe de diversas dificuldades, mas talvez se nós conseguíssemos fazer esse recorte e eventualmente até uma visita para poder entender melhor, a gente conseguiria fazer uma estratégia mais efetiva para poder ampliar o acesso a esse crédito.

Também conversamos um pouco e ainda no âmbito do pessoal da coordenação de crédito e já entrando um pouco no Plano Operativo sobre a questão de orientação dos técnicos de ATER. A meta para o ano de 2016 eram duzentos técnicos de ATER, agentes financeiros e integrantes de sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais sobre as linhas de créditos ligadas à produção orgânica de base agroecológica e para os próximos três anos são mil e duzentos por ano. Então essa ação de nós tentarmos fazer um mapeamento e entender como isso está ocorrendo na ponta vai fortalecer e

auxiliar nas estratégias para que a gente consiga, efetivamente, fazer essa orientação e consiga aumentar o acesso a esse crédito. Paralelo a isso, e é até uma informação de começo, os demais relatores apresentaram e eu não sei se a nossa subcomissão temática foi uma exceção, mas tivemos a maioria dos integrantes do sexo feminino, por volta de 60% à 70% eram mais mulheres discutindo.

Uma das pautas, aparentemente antiga da ST é a quantidade muito grande de assuntos, nessa reunião em específico nós acabamos conversando muito mais sobre crédito e falamos algumas outras coisas sobre fomento, mas foi muito pincelado e eles fizeram a contextualização que houve uma proposta em uma época de tornar essa subcomissão temática em duas. Entretanto, houve um certo esvaziamento da ST e uma preocupação de que caso alguns assuntos fossem separados aqui, nós não teríamos, de fato, um aprofundamento. Desta forma, é mais para que fique no registro de que isso é uma questão que os integrantes da ST já entendem que acontecem e que talvez, nas próximas reuniões, essa demanda retorne.

Nós fizemos um exercício e trouxemos uma apresentação sobre isso. Atendendo a demanda que tinha sido feita aqui na Plenária, a gente pensou qual seria a composição governamental, ou seja, que órgãos deveriam participar das agendas da ST e nós já elencamos os que estavam na sala como INCRA, ANVISA, CONAB, FNDE, MDSA e além desses, EMBRAPA, MAPA, BNDES, outras áreas da SEAD. A questão da coordenação e já colocamos um nome, vamos conversar internamente para poder observar e ponderar dentro desses assuntos qual seria o melhor representante até para poder ter todo um background dos assuntos efetivamente e a gente também elencou, até por conta dessa conversa muito mais voltada para o crédito, da necessidade eventual de trazer, como convidados, agentes financeiros que são de fato quem operacionalizam o PRONAF.

A gente também fez, apesar de não ter conseguido chegar a todos os nomes e acabamos colocando mais as entidades da Sociedade Civil, a composição da sociedade. E dentro da coordenação da sociedade foi indicado o nome da Sara, da CONTAG, que ela aceitou após a gente indicar, e essas entidades que estão em vermelho na apresentação são as que, eventualmente, precisariam de passagens aéreas por não estarem dentro da composição, como MST, MPA, CONTAG, Pastoral da Juventude Rural, CONTRAF, ANA na figura do GT de Mulheres, MICB, Rede ECOVIDA, UNICAFS, ASPTA e CONFESOL. Nós conversamos sobre a hipótese e eventualidade da subcomissão temática não se reunir na véspera da CNAPO, na eventualidade de a gente conseguir se organizar e realizar umas reuniões um pouco mais descoladas, porque é uma coisa que nós vemos nos relatos, pois é difícil trabalhar com essa distância tão grande entre as reuniões e ao mesmo tempo com essa proximidade tão grande com a reunião da ST. As vezes a gente não consegue amadurecer o que foi discutido ou não consegue trazer alguma coisa para a discussão na mesa e talvez fosse mais produtivo se a gente mantivesse um contato, se não fisicamente através de encontros em uma reunião, mas pelo menos ter uma lista de e-mails ou alguma outra ferramenta para que já possam ir fazendo uma conversa. Entretanto, nós já começamos a fazer a análise de que não teríamos condições financeiras de, eventualmente, bancar as passagens de todos os participantes da Sociedade Civil, além dos participantes dos próprios órgãos governamentais, para realizarmos agendas fora, então muito provavelmente, e até porque foi a proposta que

nós chegamos, foi de manter da forma que está, ou seja, de fazer a reunião na véspera da CNAPO, mas, não sei, talvez uma questão de amadurecimento depois da possibilidade de a gente fazer essas reuniões com um pouco mais de tempo.

Eu não me recordo mais de nada, Denis, você quer complementar?

Denis – Só complementando e destacando alguns pontos que nós discutimos da subcomissão temática. Primeira essa questão que a Raquel já colocou que é uma pauta bastante extensa e as pessoas que estão lá, principalmente do governo, tem envolvimento direto com um desses temas, mas não necessariamente com outro, então é necessário nós pensarmos em uma dinâmica ou de criação de uma nova ST, para tratar de, por exemplo, mercados e agroindustrialização, ou pensar na própria lógica da subcomissão que possam ter momentos que o grupo se divide e vai tratar desses diferentes assuntos, ou seja, produção e fomento têm certa afinidade e a questão de mercados e agroindústria seriam outras pessoas.

O outro ponto consiste em destacar esse tema do crédito, que tem sido um tema recorrente na discussão da própria CNAPO e da subcomissão temática e nós percebemos que, até o presente momento, não temos conseguido avançar tanto na discussão. A gente sempre chega à impasses, a questão desse diagnóstico de que o PRONAF Agroecologia consiste em poucos contratos e frente ao universo do PRONAF, enfim, por várias questões que tem problemas no agente financeiro, porém, a gente não tem conseguido, a partir desse diagnóstico, desenhar ações efetivas para que a gente possa aprofundar a discussão nesses temas e pensar como avançar. Nós fizemos uma leitura interessante de que houve evoluções no PRONAF Agroecologia, apesar do primeiro número de contratos, em função de um incentivo que o governo no Plano Safra, esse plano atual que esta vigente, deu de menores taxas de juros e vale fazer um destaque para a produção de alimentos, então houve evoluções positivas e temos o caso da Paraíba que é um caso interessante, porque sobressai o número de contratos e a necessidade de a gente aprofundar, um pouco mais, para entender o porquê e aonde deu certo, inclusive levantamos a ideia que a Raquel falou de realizarmos uma reunião na Paraíba, se for viável, afinal precisa deslocar as pessoas, mas talvez conhecer as experiências de lá, discutir com o Banco do Nordeste e com os agentes de ATER tanto da Sociedade Civil quanto do estado que trabalharam nesse tema.

Outra questão que nós destacamos foi uma iniciativa que nos pareceu bastante interessante que é essa ideia dos projetos experimentais em diferentes municípios do crédito para a Agroecologia, ou seja, a gente dá uma atenção nesse PLANAPO à questão e nós temos um debate sobre os critérios para selecionar os municípios, afinal que municípios são esses? Nós temos uma série de redes territoriais sendo apoiadas pelo ECOFORTE, vinte e oito redes, onde tem uma caminhada na promoção da agroecologia e é interessante, que talvez, esses territórios sejam priorizados nessa ação aqui ou esses territórios onde o PRONAF Agroecologia aconteceu, seja na Paraíba, no Rio Grande do Sul e em outros estados. Enfim, a gente fazer uma discussão sobre esses critérios e investir nesse trabalho e nesses projetos experimentais para que a gente possa qualificar.

Denis – Diferente do que nós estamos hoje, uma discussão mais amadurecida envolvendo todos os atores do crédito. Outra questão que nós destacamos e observamos no PLANAPO é em relação ao programa ECOFORTE, daqui a pouco nós

vamos ver a apresentação e discutir, mas da forma que o ECOFORTE está presente aqui no PLANAPO, ele é um programa que são vinte milhões de reais durante 2016, 2017, 2018 e 2019, ou seja, quatro anos com vinte milhões de reais, então, da forma que ele está dito aqui e se for isso mesmo, ele praticamente vai acabar depois desse último edital e foi um programa bastante discutido aqui como algo estratégico, uma inovação que surgiu nesse espaço da CNAPO e no processo de interlocução com a Fundação Banco do Brasil e BNDES, então ele precisa ser um programa que tenha a atenção da CNAPO na vigência desse plano. Como fortalecer o programa, como pensar em mobilização de recursos, como garantir os editais, porque é um programa estratégico que coloca em prática os princípios todos que a gente vem discutindo aqui, da integração de políticas, da ação nos territórios, do fortalecimento das organizações dos agricultores e agricultoras, então a gente tem uma atenção especial ao programa ECOFORTE que diz respeito a essa subcomissão temática e nos preocupou a forma que essa questão está colocada aqui no PLANAPO.

Tivemos outros esclarecimentos da parte da ANVISA do que está proposto, do FNDE, do INCRA e da SEAD, então nós percebemos que quando os atores estão presentes a gente tem os esclarecimentos e informações, inclusive, do que não rodou sendo que estava previsto, mas se a gente não tem a participação na ST, nós ficamos com a informação comprometida. E por último, Rogério, apenas ressaltar, pois acho que é uma questão que iremos precisar discutir agora na sequência é que todas as subcomissões temáticas que nós acompanhamos até agora, estão propondo um revigoramento desse espaço da CNAPO, com uma maior participação dos movimentos sociais, das organizações, dos órgãos de governo e isso, de certa forma, é contraditório com o que foi apresentado ontem sobre a limitação do número de passagens, questões orçamentárias, entre outras, mas estamos trazendo uma proposta de remobilização e revigoramento da CNAPO com a participação mais expressiva. Desta forma, nós queremos colocar essa questão para o governo, para que avalie e nos dar uma resposta em relação a isso, já pensando nos próximos passos, nós tivemos os exemplos da ST Terra e Territórios que os atores, as pessoas que são membros da subcomissão, não vieram porque não tiveram passagem e pouca gente do governo, o desmonte da FUNAI, enfim, várias questão que estão implicando. Então, precisamos colocar essa questão na nossa agenda para o restante da nossa reunião.

Verônica - Obrigado, Denis e Raquel. Então agora será a Subcomissão temática de Insumos e depois, Sementes.

Virgínia (MAPA) - Nós fizemos a apresentação com a ideia de apenas relatar essas prioridades mesmo. Bom, da Subcomissão Temática de Insumos a nossa principal prioridade é trabalharmos na estruturação e implementação do Programa Nacional de Bioinsumos, entendemos que a melhor forma para concretizarmos isso é através da elaboração de um grupo de trabalho, inclusive nós já estamos pensando e fizemos a lista de alguns nomes de especialistas e conhecedores desse tema e fica aqui o convite para todos que representam instituições ou que saibam de profissionais e pessoas que possam colaborar nesse GT e que consigam colocar esses nomes para que a gente faça o contato com o objetivo dessas próximas reuniões.

Estamos, também, auxiliando na estruturação do Seminário de Produção Orgânica dentro do CBA, então foi um tema que nós tratamos no âmbito dessa reunião de

ontem. Temos um posicionamento que o Rogério Dias relatou favorável do Ministro da Agricultura sobre a possibilidade de avançar nesse Programa Nacional de Bioinsumos, inclusive o Rogério nos relatou que ele já realizou essa comunicação no âmbito do Comitê Interamericano de Agricultura Orgânica, então existe uma possibilidade muito interessante nesse sentido. E é necessário frisar que a elaboração e a implantação deste programa, seguramente vão de encontro para beneficiar e contribuir muito com o PRONARA, uma vez que isso está previsto em uma série de ações dentro do PRONARA na qual a elaboração e o desenvolvimento de bioinsumos podem contribuir muito para que haja melhores alternativas de muito menor risco e impactos na questão da produção no campo. Obrigado.

Verônica - Rogério está lembrando da importância de deixar esses relatos por escrito e passar para a secretaria, para a Luisa, porque aqui vem um resumo e enfim, apenas a gravação não garante. Agora a apresentação da Subcomissão temática de Sementes.

Senhor que não se identificou. Sobre a Subcomissão Temática de Sementes, houve o informe que, infelizmente, o nosso coordenador, o Gabriel da SPTA, não pode vir por questões particulares de última hora, e já adiantando a comissão com o aval do Luciano também da SPTA, que disse que colocará ele na parede, que a ideia é que o Gabriel continue como coordenador da ST Sementes pelo brilhante trabalho que vem executando. Ele ainda não sabe disso, mas está indicado pela subcomissão para que ele continue como coordenador pela Sociedade Civil e como coordenador adjunto ficaria o MDSA, ainda não tem a pessoa, pois na reunião estava a colega Estela que eu creio que não está presente hoje e ela se incumbiu de discutir dentro do MDSA quem seria o representante adjunto, mas a instituição adjunta seria o Ministério com o apoio, caso necessário da CONAB que era o colega Marisson que estava na CONAB e assumiu, também, que poderia apoiar nessa coordenação caso fosse necessário.

A composição da subcomissão temática, que eu deixei ai o papel só por enquanto e separado disso, então depois a ideia é de eu passe por e-mail o relato, Luisa. Nós buscamos assegurar e manter uma paridade na composição da ST, se possível, entre órgãos públicos e Sociedade Civil na comissão, dessa forma, ficaram dez indicações de Cada lado. Dos órgãos públicos seria a SEAD, o INCRA, MDSA, CONAB, EMBRAPA, FUNAI, Fundação Cultural Palmares, por conta das questões relacionadas aos quilombolas, ICMBio, MAPA e o MCTI, que é o Ministério de Ciência e Tecnologia, a maioria desses órgãos já faziam parte da ST e foram incluídos apenas a FUNAI, Fundação Cultural Palmares e o ICMBio, que pela discussão inclusive da questão dos transgênicos nós achamos interessante incluir esses órgãos. Desta forma, ficou reforçado a importância da CNAPO solicitar oficialmente para os órgãos de governo o nome dos representantes dessas instituições, para não ficar em aberto, porque isso além de fragilizar a participação, não garante que as vezes o representante venha, porque o nome dele vai depender da liberação do chefe, como foi o nosso caso que quase não foi possível estarmos aqui, desta forma, é importante que seja um nome oficial. Na Sociedade Civil ficaram: ASA, ANA, Terra de direitos, MPA, MMC das mulheres, Rede ECOVIDA, Rede Cerrado, Bionatur, que a princípio também representaria também o MST, a Rede de Sementes Agroecológicas, que é uma rede que se construiu a princípio pela região Sul, e o MCP, que foi indicado o Movimento Camponês Popular, que é aqui do Goiás, a Michela que ressaltou a importância do

trabalho deles nessa área. Portanto, a princípio, seriam essas dez instituições da Sociedade Civil e algumas ainda precisam ser confirmadas, pois não faziam parte e essa é a composição proposta para a ST Sementes.

Na parte de organização, também ficou o encaminhamento que a Secretaria Executiva da CNAPO pudesse fazer uma compilação das memórias das últimas reuniões da subcomissão temática para tentar enviar para os atuais membros, pois tem pessoas novas que agora estão representando as entidades e que não têm um pouco desse histórico das discussões, então se pudesse tentar fazer, pelo menos, de 2016 ou 2015 para cá, uma compilação das memórias das últimas reuniões para enviar à esses membros, estava, por exemplo, o Ivo Macgnan da Rede ECOVIDA que estava vindo pela primeira vez na reunião e como ele, talvez, alguns outros que venham participar também daqui para frente.

O outro ponto diz respeito à questão do Plano Operativo, que no nosso caso a Estela do MDSA que apresentou sobre o PA Sementes, foi apenas um relato verbal e colocou essa preocupação dos questionamentos que tiveram do TCU sobre as ações do programa do PA Sementes e que inclusive isso está originando a necessidade de sair um novo decreto com relação ao PA devido às exigências do Tribunal de Contas da União. Então, eles estão prevendo que esse decreto saia o quanto antes possível e inclusive ficou a indicação que no máximo até o lançamento do Plano Safra esse decreto já possa estar institucionalizado para que inclusive se tenha uma avaliação melhor do que será o PA Sementes daqui para frente. E nesse encaminhamento da questão do PA Sementes, que foi dentro da discussão sobre Plano Operativo, foi proposto que seja retomado então, e se possível na próxima reunião da ST, uma apresentação melhor pelo MDSA e a CONAB da questão do PA Sementes, ou seja, uma avaliação mais criteriosa das ações que houve em 2015 e 2016 para que a gente possa enxergar bem e fazer um balanço mais criterioso das questões, por exemplo, das espécies que foram utilizadas, das variedades, quantidades, recursos, participação das mulheres nessa questão, distribuição geográfica e assim por diante, para que se possa avaliar também as demandas para 2017 e os critérios que estão sendo colocados para esse ano. Desta forma, a ideia é de que isso possa ser retomado no máximo na próxima reunião para que se tenha tempo ainda nesse ano para se fazer uma avaliação mais criteriosa, porque o relato foi verbal e mais geral, não entrando em muitos detalhes e os membros acharam ali acharam interessante que houvesse um pouco mais de detalhes, e isso é com relação a questão do Plano Operativo que foi específico que foi apresentado sobre o PA Sementes.

Houve um avanço nessa avaliação, mas ainda se questiona, por exemplo, a última PAA que tiveram apenas três espécies de sementes que foram entregues, feijão, arroz e milho, onde a maior parte foi com relação ao milho. Então foi questionada essa própria diversidade de materiais que estão sendo disponibilizada pelo PAA, que não era essa a lógica inicial. O Ivo está lembrando que é tem muito pouco, não é nada, mas não existe um monitoramento em relação à questão de sementes orgânicas em relação a isso, eu digo que não é nada porque o milho caiano que o INCRA do Paraná entregou a gente pode garantir que pelo menos não é convencional. Bom, com relação à questão do monitoramento, que foi o último ponto que a gente avaliou e como as outras subcomissões colocaram, foi ressaltada a dificuldade de fazer essa avaliação por conta da metodologia que foi usada, então isso não eu não irei entrar em detalhes,

pois já está bastante colocado, mas a gente conseguiu no final, mais precisamente nas horas finais, fazer um acompanhamento até comparando com o que se tinha do PLANAPO anterior, que o Luciano da SPTA conseguiu resgatar pelo computador, e nós fizemos uma comparação com o que tinha.

A princípio se tinha em torno de dez iniciativas que eram afetas à ST Sementes e o que se notou por esse novo PLANAPO, que é o que diz atualizado, que na iniciativa que está aqui como um ela sofreu uma mudança na distribuição das metas ao longo dos anos, então ficou como mil bancos para os quatro anos, ou seja, não existe uma obrigação que esse ano faça alguma coisa, nem no ano que vem e pode ser no último, então isso é um questionamento também que foi alterado que diz respeito a distribuição da meta, ou seja, esses mil talvez aconteça até o final de 2019. Nessa meta um também houve uma proposta de que o MDSA também possa apresentar na próxima reunião, então ficaram tarefas para o MDSA, maiores detalhes sobre essa questão dos bancos de sementes dessa iniciativa, principalmente por conta do que não foi executado até agora e que então fosse melhor explicitado o que o MDSA pretende, já que ele é o órgão responsável dessa meta.

Nós observamos que quatro ações caíram do PLANAPO anterior, ou seja, quatro ações deixaram de existir nessa atualização e dessas ações a subcomissão temática avaliou que pelo menos uma dela seria interessante retomar a discussão, que é a que falava em mapear, sistematizar e disponibilizar informações sobre redes locais de gestão de agrobiodiversidade e assim por diante, aqui eu não tenho o texto exato da iniciativa, mas é nessa linha e a ST achou por bem que essa iniciativa deve ser retomada na discussão do PLANAPO, sendo dessas quatro que não estão mais. E também nas demais questões de avaliação, teve então uma outra iniciativa que só foi alterado a meta, que ela estava como 2016, ela não aparece mais para frente e ela não foi executada, que é a de revisar a Portaria 51/2007 da SEAD referente ao registro de sementes por meio de grupo de trabalho operacional e representantes da sociedade, portanto, ela não foi executada em 2016 e não aparece para o futuro e nós achamos importante que se mantenha essa meta nesse ano de 2017, ou seja, seria mudar o número um, que é uma portaria revisada, que ela continue para 2017.

A maioria das metas não foi executada, conforme nossa observação, a maioria das ações para 2016 e uma boa parte dessas dez à doze iniciativas, mais ou menos, pelo menos metade delas estavam como zero. Desta forma, é uma avaliação que precisa ser melhor feita pelos órgãos. E por último, ficaram só apenas duas observações que é com relação, por exemplo, à questão das áreas livres de transgênicos por conta, um pouco, dessa discussão do PRONARA e o próprio Marco Pavarino esteve lá e nós avaliamos a importância de se manter, independente dessa discussão do PRONARA e a subcomissão temática não se posicionou, porém, ou seja, não quer que saia o PRONARA, a princípio, do PLANAPO, mas independente dessa discussão a questão da importância de se manter a iniciativa sobre as zonas livres de transgênicos, que estava junto com a questão de agrotóxico no PRONARA. Houve uma boa discussão em relação à isso, então a gente registra que essa iniciativa das zonas livres de transgênicos vai continuar fazendo parte do debate da Subcomissão Temática de Sementes.

E outra questão que o Luciano levantou, que existe um programa de inovação social no Nordeste, do BNDES e EMBRAPA, com relação a questão das ações na

agrobiodiversidade, que seria interessante, inclusive, fazer uma integração desse programa nas ações do PLANAPO. Eu não sei se o Luciano está presente, mas se ele quiser ele pode explicar melhor caso seja necessário, mas desta forma ficaram também essas sugestões. É isso, o Luciano quer apenas complementar e depois eu passo esse relato.

Luciano (ASPTA) – É só esse complemento que o Cláudio já registrou muito bem os encaminhamentos da ST, mas de fato recentemente foi aprovado um programa entre a EMBRAPA e o BNDES que se chama Programa de Inovação Social para a Agricultura Familiar, que está centrado no resgate, conservação e multiplicação de recursos genéticos animais e vegetais, o projeto não é apenas no nordeste, porque ele tem subcontratos com uma ação em conjunto, se eu não me engano, com o BioNatur no sul, uma na região centro-oeste, ligada ao trabalho da EMBRAPA com o MPA, com a ASA também tem uma ação, existe uma ação com caprinos no Ceará com a EMBRAPA Ceará naquela região do nordeste nos semiáridos locais, e se eu não estiver equivoSEADo, tem área de caprinos no sul também, mas não tenho certeza. Desta forma, é um programa bem centrado na área de recursos genéticos, resgate e multiplicação e que nós achamos que é importante integrar essa ação como uma das iniciativas concernentes ao PLANAPO 2, no campo da atualização seria importante integrar essa ação, porque ela tem uma incidência direta sobre a meta dos recursos naturais da PLANAPO. Eu creio que é isso e apenas para encerrar esse assunto da ST, o Cláudio colocou, mas a gente entendeu que o que nós conseguimos interpretar da ação é que de um lado, até corrijo, mas das dez a doze ações, apenas duas tinha execução parcial e o resto não houve nenhuma execução e que mesmo o que está posto como Plano para 2017, nós não conseguimos informações com as próprias equipes dos Ministérios sobre a efetividade e execução dessas metas, ou seja, não temos muitas informações e fica o sentimento de que o Programa de Sementes, que ganhou um estatuto importante até o ano passado, está vivendo um momento de perda desse estatuto e importância na ação atual e isso é preocupante para a gente e nós gostaríamos de retomar isso aqui.

Por último, a gente não tinha informações da CONAB sobre o Programa de Sementes e da distribuição anunciada e nós queríamos até uma confirmação, do representante da CONAB, das duzentas mil toneladas que estão dirigidas à Pernambuco, se eu não me engano, ao Nordeste e o que a ST requisita são informações mais detalhadas sobre que material é esse, como ele está destinado, a partir de que contrato, para que tenhamos as informações mais precisas sobre isso, entendendo qual a realidade, pois isso não foi tocado em detalhe na subcomissão temática e nós queríamos solicitar mais informações sobre essa operacionalização dessa ação. É isso.

Verônica - Obrigado, Luciano. Rogério irá fazer o informe da STPORG.

Rogério Neuwald – Licença Rogério e Verônica, mas em relação à ST Sementes. Nós encaminhamos para os membros da mesa coordenadora um ofício que veio do grupo gestor do PAA para participar do comitê consultivo, a indicação de dois nomes que no caso seria o Gabriel e a Iracema e o prazo de envio desses dois nomes da CNAPO é agora no final do mês, dia trinta. Desta forma, nós deixamos mais essa tarefa para vocês, no sentido que vocês discutam esses dois nomes e nos encaminhe, estava sendo um representante da Sociedade Civil e um do governo, e a gente pede

que vocês, se ainda não tiverem discutido os nomes ainda no momento, levem em consideração o prazo até o dia vinte e cinco por aí, pois nós temos que encaminhar para o MDSA até o dia trinta. Está bem?

Rogério Dias – A Subcomissão Temática da Produção Orgânica, eu não sei se todos têm conhecimento, já que tem muitas pessoas novas aqui, mas ela tem uma característica diferente, porque ela é uma ST que foi criada, mas já existia uma Comissão Nacional criada pelo decreto da produção orgânica e que foi transformado pelo decreto, que criou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Essa comissão nacional foi transformada em uma das subcomissões temáticas de apoio à CNAPO, então é uma ST que detém uma característica que os membros são eleitos entre os representantes da CPORG, nós temos vinte e sete CPORGs, uma em unidade da federação, que também são grupos paritários do governo e da Sociedade Civil e regionalmente se elege os representantes da STPORG. Desta forma, ela é uma subcomissão que tem essa característica que tem um processo de seleção que parte das organizações das CPORGs em cada estado e apenas para lembrar, já que estamos falando das CPORG regional, mas do ponto de vista da STPORG para o regional, o Brasil possui sete regiões, pois o nordeste e o norte foram divididos em duas regionais para facilitar a articulação, tendo em vista que fica desproporcional com relação a outras regiões que possuem menos unidades da federação, então hoje nós temos sete regionais da STPORG.

A STPORG para essa reunião da CNAPO, nós não fizemos uma reunião, porque como ela é paritária, nós temos os membros não governamentais eleitos, mas esses membros governamentais são indicados pelos Ministérios que fazem parte e com todas as mudanças que aconteceram nesses últimos tempos, várias das pessoas que estavam indicadas saíram e desta forma, a gente tem que fazer uma recomposição das indicações governamentais e achamos melhor adiar, um pouco, a reunião da STPORG para já realizar uma reunião com os membros governamentais e não governamentais. No primeiro momento a gente pensou em fazer isso em seguida, agora em maio, mas depois veio a ideia de jogarmos para o começo de junho e provavelmente essa reunião acontecerá em São Paulo, aproveitando que nós estaremos tendo a Bio Brazil Fair e a Biofach América Latina que é a maior feira de produtos orgânicos daqui do Brasil e é uma oportunidade que os representantes, tanto da Sociedade Civil quanto dos órgãos de governo que participam da ST PORG, possam estar lá e ao mesmo tempo que a gente faz a reunião, as pessoas terão a oportunidade de conhecer um pouco mais desse mundo orgânico que está no mercado. Então, provavelmente a próxima reunião da STPORG irá acontecer no começo de junho.

Rogério Neuwald – Obrigado, Rogério. Pessoal, eu estou muito preocupado e isso não é uma coisa de hoje, pois se repete em todas as nossas Plenárias, mas é a questão do tempo. São 16:14 e já aqui presente o pessoal do BNDES, da Fundação e de várias outras entidades aqui que irão trabalhar conosco, a ANATER está presente e como nós encaminhamos agora?

Senhora que não se identificou. Rogério, tiveram questões dos relatos. A maioria das questões que as STs fazem vai direto para a mesa coordenadora ou para a CIAPO para dar os encaminhamentos e tem outras questões que nós consideramos que são importantes que precisam ser validadas pelo plenário, então tem algumas

questões que a gente considera que tem que trazer para o plenário, mas existem questões nas falas que o André e o Pavarino pediram a fala para discorrer sobre os relatos das subcomissões. Eu acho que agora é importante ceder a fala ao André, para que a gente não saia também sem fazer as devidas falas.

André – Eu estou um pouco angustiado aqui e vou falar meio nervoso. Sou André Araújo, servidor do INCRA e trabalho na SEAD e quero compartilhar aqui com vocês um informe, um posicionamento da SEAD e uma problematização e provocação que é o que está me deixando nesse estado mais nervoso. Vamos começar pelo informe, primeiro é que nós na CIAPO estamos fazendo um esforço de construir um regimento interno, isso não foi falado, mas a gente iniciou isso em fevereiro, na verdade reiniciou porque já havia uma primeira proposta que nós entendemos que não era suficiente, por ser muito geral e não previa uma série de questões que no nosso entendimento fragiliza a nossa existência, então o decreto colocou essas duas instancias como gestão, mas a gente vinha operando na CIAPO sem regimento algum, e assim, em vários momentos nós ficamos fragilizados na hora de convocar membros de governo ou de saber quem fala por quem, enfim, uma série de questões que a gente em algum outro momento pode detalhar melhor. Desta forma, esse é um primeiro esforço que nós estamos fazendo, os membros de governo já analisaram aquela proposta antiga e já temos uma nova proposta que está circulando entre os membros.

E ressaltando que existem certas coisas que a CIAPO precisa espelhar ou respeitar o funcionamento da CNAPO, que do meu ponto de vista também tem problemas, e talvez a Sociedade Civil não dê tanta importância ao regimento interno, pode achar que é preocupação de burocratas ou tecnocratas, mas se a gente quer o fortalecimento dessa instância, nós temos que pensar sim no funcionamento e esse exercício que algumas STs conseguiram fazer em relação ao funcionamento das subcomissões temáticas prova isso, ou seja, que a gente tem um conjunto de regras ainda muito básicas que não correspondem mais ao que é feito aqui, então esperamos nos próximos eventos a gente consiga avançar nessa questão de atualizar as regras de funcionamento da CNAPO e é algo que eu cobraria aqui, por isso que eu acho que a gente precisa sim desse tempo agora para que possamos digerir ou sistematize um pouco do que apareceu nas subcomissões temáticas, porque me parece que nas STs se sinalizou isso, que nós estamos trabalhando com regras que não espelham mais a realidade e que nos deixam a cargo, assim, da vontade do gestor. Quando vier substituto do Rogério e do Pavarino eles irão fazer o que quiser sem o regimento, então quem participa de outros conselhos em que existe uma luta regimental e que as vezes é nessa luta que você consegue garantir alguma coisa, seja a defesa do produto orgânico e das sementes, sabe da importância e gostaria que vocês nos ajudassem que tem essa relevância, quem tem a vivência da CTNBIO ou de outros conselhos que sabem a importância do regimento para que nos ajude a convencer os demais colegas da relevância de nós trabalharmos esse tema.

A segunda questão é um posicionamento que gostaríamos de deixar muito claro em relação à Secretaria Executiva da CIAPO, que é em relação ao monitoramento. Segundo o decreto que institui a política, o papel da CIAPO é municiar a CNAPO com todos e relatórios relevantes para que vocês exerçam o papel de monitoramento, que eu acho que isso se perdeu. O Alexandre comentou sobre isso e a SEAD está pensando exatamente no posicionamento da ST Conhecimento, ou seja, da retomada

do grupo de trabalho de monitoramento, porque assim, não cabe ao governo, a CIAPO, segundo o decreto, analisar o seu próprio exercício, porque não faria sentido nós termos uma instância em que a Sociedade Civil está lá para monitorar, pois é a mesma coisa de um disponibilizar um dado para vocês e já dizer a minha interpretação que eu dou a aquele dado, e nós estávamos meio que nessa esquizofrenia. Então, a Secretaria Executiva CIAPO está querendo acabar com essa esquizofrenia, nós vamos municiar de informações, dados e relatórios todos os que precisarem para que a CNAPO faça o exercício, mas como será esse exercício vocês vão ter que decidir, como vai retomar o GT ou se será outro procedimento, mas isso também é uma questão extremamente importante.

E, finalmente, a provocação. Assim, eu vejo que a gente teve um posicionamento inicial, que o Rogério do MAPA colocou no dia de ontem, depois a Sociedade Civil teve a oportunidade de se reunir em dois momentos e fez uma conversa e trouxe um posicionamento e depois o Rogério da SEGOV também deu o seu posicionamento, entretanto, eu gostaria de lembrar que estamos em uma instância que há quatorze representantes governamentais e outros, como eu e outros servidores que não participaram dessa reunião da Sociedade Civil obviamente, e desta forma, eu vejo que existe um impasse, porque no momento que o governo fala “olha, nós atualizamos o PLANAPO e a proposta é que seja lançado o PLANAPO sem o PRONARA” e a Sociedade Civil fala que sem o PRONARA não há PLANAPO, existe um impasse, correto? Eu não consigo ir para casa tranquilo e dormir com isso em paz, e eu queria trazer isso aqui para vocês e também não acho que isso é uma questão que nós resolveremos agora e creio que não sairemos com a solução de consenso, porém, eu acredito que é extremamente relevante a gente abrir um espaço para que as pessoas se coloquem, porque o Rogério representa a SEGOV e o Pavarino representa a SEAD, porém, tem outros representantes governamentais e temos outras instituições da Sociedade Civil que, talvez, possam apresentar cenários, olhar estrategicamente, porque nós estamos querendo fazer um exercício de colocar o presidente para assinar esse trem. Se isso não é vantajoso, se vai trazer mais problemas nós não vamos fazer isso, então assim, eu estou colocando essa angústia aqui, porque eu creio que nós ficamos preocupados com os outros temas de pauta, mas estamos nesse exercício de tentar atualizar esse PLANAPO há muito tempo e nós que estamos ali no dia-a-dia tentando fazer com que isso aconteça ficamos angustiados mesmo e eu gostaria que vocês pudessem explanar um pouco mais sobre os cenários possíveis, talvez não tenha o encaminhamento, mas pelo menos alguns entendimentos mais claros sobre o assunto. É isso.

Marco Pavarino – Muito bem, André, vamos ver se a gente consegue você dormir um pouco mais em relação à alguns pontos que eu creio que importante o que você trouxe. Eu queria muito objetivamente, pois são três falas que eu queria pautar do que o Alexandre trouxe, a primeira é simples e objetiva, Alexandre, você disse que as ASCOMs estão se reunindo a revelia da Sociedade Civil para discutir um plano de comunicação do PLANAPO, eu não sei como essa informação chegou até você, mas ela não procede e de forma bastante objetiva, pelo menos por parte da SEAD não, porém, não sei como está a ASCOM da SEGOV e outros. O que está acontecendo é um processo de construção do Portal da Agroecologia e, ai sim, nós estamos fazendo um movimento junto às ASCOMs, e o porquê disso é que o site é

www.agroecologia.gov.br e é o nosso papel e estamos fazendo e elaborando isso, como eu disse, para lançamento no Plano Safra. É evidente que nós estamos considerando toda essa construção, mas é um papel atribuído ao governo e é importante ter muita clareza sobre o papel de governo e o da Sociedade Civil em alguns temas para que a gente chegue e depois, absolutamente, haverá espaço para a gente construir junto com a Sociedade Civil aquilo que deve ser alterado, mas o lançamento é de um portal ponto gov e nós temos assumir as responsabilidades e é isso que está acontecendo. No tema “Plano de Comunicação” nós desconhecemos e é importante que isso fique bastante claro.

Durante a sua fala surgiu a dúvida de “eu não sei se esse fórum vai validar, não sei o que ele vai fazer”, então eu quero trazer aqui o decreto e se não for assim, nós da SEAD puxamos o freio de mão e desistimos da proposta, porque a gente quer respeitar o que diz o decreto. Desta forma, consta da seguinte forma: “São instâncias de gestão do PNAPO, compete a CNAPO, inciso um, promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento do PLANAPO”, então para mim está muito claro que é a elaboração, mas se não for assim, eu tenho essa responsabilidade de levar até o Everton e ao secretário Roseno e falar que não é possível para o Plano Safra, se não existir esse consenso não dá e não tem problema nenhum caso isso aconteça. Eu fui muito claro, agora a gente precisa ter um processo. Nós tivemos essa atribuição, porque é atribuição da SEAD municiar os dados e foi isso que a Gabi realizou de forma brilhante e só teve essa discussão de monitoramento, do por que está muito ou está pouco, porque foi feito, porém, nós fizemos a partir do entendimento de que o plano anterior não dava para realizar, afinal, era uma loucura monitorarmos coisas que as áreas estavam afirmando que não era possível e que não iam realizar essas ações e tem essas doideiras mesmo, não está para 2016, 2017 então está para quando? Por isso que não é um plano fechado, por isso que tem que ter esse processo e nós só vamos fazer esse movimento e processo, e agora estou falando enquanto representante da SEAD, se estiver muito bem tranquilo entre nós, porque é papel da CNAPO elaborar o PLANAPO e promover essa participação, então assim, é isso. E André, vamos dormir tranquilos, esse processo só irá chegar no Plano Safra com o presidente assinando o decreto, que nem sabemos se é decreto, se esse processo estiver muito tranquilo na cabeça de todo mundo, mas se não tiver não vai e pelo menos da nossa parte nós vamos propor que não esteja, porque existem coisas à serem superadas e que precisamos ter.

Eu vou deixar a Gabi falar, rapidamente, sobre o monitoramento, mas eu acho que é importante, Rogério, essa fala do André no sentido de qual é o monitoramento que nós estamos fazendo? E é fundamental que esses temas tenham saído nas subcomissões temáticas, pois esse monitoramento precisa ser qualitativo, não se resume apenas em números é importante avaliar o porquê que aconteceu e o porquê que não aconteceu e acho ótimo que isso veio, mas Gabi se você quiser fazer a fala. São esses pontos que eu queria levantar.

Gabi – Eu pedi apenas para pontuar duas coisas. Na verdade, eu fiquei muito feliz com as falas das subcomissões temáticas, e inclusive, acho que foi uma coisa muito legal que apesar da metodologia ter sido insuficiente e, sobretudo, o tempo como foi colocado aqui, deu um gás nas agendas das subcomissões temáticas que às vezes ficam, um pouco, atreladas à discussões mais formais e na verdade a gente voltar de

novo a olhar para o plano. Desta forma, apenas pontuar essa questão que surgiu, obviamente, que nós vimos no monitoramento tempo-hábil, a gente foi colocado em uma tarefa pela mesa coordenadora quando decidiu que a gente enviasse para vocês o que tivesse até essa data, e vocês viram que não foi com a totalidade dos órgãos, nós nos esforçamos ao máximo para conseguir, mas de fato, o que a gente conseguiu foi nesses poucos dias antes da reunião e eu creio que há de se pensar a metodologia, não sei como será a SE da CNAPO, para garantir essas reuniões das STs que possam se aprofundar, porque, na verdade, a gente fez o monitoramento de uma forma para já municiar vocês com essas informações mais qualificadas. Dmesmo, é porque infelizmente vocês não tiveram tempo de avaliar, mas como eu disse, estava disponível lá.

Eu participei de duas subcomissões e estive até esclarecendo isso na de conhecimentos e produção, mas a ideia das fichas, dos dados complementares, das planilhas mais detalhadas, Cada fichinha um campo onde o órgão explicava um pouco para não ficar, como o colega colocou, um dado mais frio da execução apenas numérica e isso nós até disponibilizamos e está lá nos computadores, mas como o pessoal ressaltou uma tarde para ver isso é pouco, pois vocês realmente irão precisar de tempo, vão precisar se aprofundar, vai precisar marcar a mesa, terá que viabilizar a mesa e a reunião, eu não sei, mas essa é a tarefa que vocês vão garantir para que a gente possa viabilizar, de fato, esse monitoramento qualitativo. Eu até pego o exemplo da fala da Raquel que sugeriu fazer uma proposta em relação a realizar um cruzamento do dado que nós vimos, e na verdade, se vocês pegarem a ficha, o pessoal do crédito, por exemplo, já mandou com quatro ou cinco anexos e inclusive ontem eles falaram que tem mais informações complementares que já disponibilizaram e isso está acontecendo porque a gente fez esse apelo que eles municiassem ao máximo e vocês nos ajudam muito de cobrar isso, de demarcar que não foi em tempo hábil e eu gostei muito de ouvir a Sociedade Civil cobrar, porque eu fico nessa tarefa ingrata e desafiadora de chatear e ficar lá enchendo os colegas dos órgãos parceiros e falar assim: “a gente tem os interlocutores da Sociedade Civil, precisamos prestar conta das ações que a gente fala de agroecologia no governo inteiro, então assim, por favor, mandem no tempo que eu solicitei”, e enfim, continuem cobrando isso que vocês ajudam e contribuem muito.

E apenas pontuando a segunda coisa que justamente a partir dessa experiência que o André fala e de que a gente, quando foi estudar para fazer o regimento interno da CIAPO que nós verificamos que estava sendo muito necessário, até para a gente viabilizar determinadas coisas como essa própria tarefa da atualização do PLANAPO, do ponto de vista do governo, a gente se deparou com essa coisa do decreto em relação à tarefa de monitoramento onde está bem clara a atribuição da CNAPO de monitorar e avaliar o plano que para a gente faz todo sentido, porque tem que ser uma discussão que envolva a câmara que tem representação de governo e Sociedade Civil e nós cumprindo o nosso papel de CIAPO, de organizar, coletar, subsidiar com informações claras possíveis, que esperamos, pois a ideia é, inclusive, ter um módulo dessas informações do jeito que estamos organizando no Portal da Agroecologia.gov, isso está previsto e está no projeto. É uma das tarefas que nós já estamos iniciando com a nossa parceira que é a cooperação técnica, que está ajudando a gente na construção do portal, onde a gente possa organizar esse módulo específico onde os

parceiros da CNAPO vão poder ter acesso e pensar mesmo nessa metodologia de monitoramento, e com isso, eu faço um apelo até à Secretaria Executiva da CNAPO retomando essas atribuições para que tenha essa convocação e retomada do GT de monitoramento, que é da CNAPO e se atentar, como foi falado aqui, da importância de retomar esse GT, que ele se reaproprie dessa avaliação qualificada do plano e que vamos continuar na nossa tarefa de subsidiar vocês da melhor forma possível.

Mas assim, a gente está à disposição de vocês na Secretaria Executiva da CIAPO para qualquer esclarecimento, qualquer informação adicional, explicação e disponibilização desse material que nós já coletamos e muito do que vocês estão falando aqui que precisa ampliar o conhecimento, já temos. É isso mesmo.

Rogério Neuwald – Obrigado, Gabi. Pessoal, vocês vieram que temos uma situação que é de fundo e que teremos que fazer um debate muito aprofundado sobre isso. O Rogério Dias pediu a palavra e, por favor, venha fazer a fala.

Rogério Dias – Só queria ressaltar que eu creio que é uma questão de interpretação quando o Pavarino fala que no decreto está dito que a CNAPO é responsável por participar da elaboração, mas não da aprovação, porque o PLANAPO é um plano de governo e isso, eu acho, que precisa estar muito claro. O governo nunca vai conseguir atender todas as demandas da sociedade, eu creio que nós precisamos ter uma ampla participação na construção, ouvir o máximo possível, tentar chegar nos ajustes, mas acho que na hora final o governo assume o seguinte: isso é onde eu consigo chegar. Então, nós precisamos ter essa clareza e temos, enquanto governo, estar dispostos a ouvir todas as críticas da sociedade por aquilo que não demos conta e eu acho que é esse avanço que vamos tendo, se dá um passo e se não deu o suficiente, continua tomando umas pancadas na cabeça e tenta dar mais um passo, mas creio que não podemos imaginar que só vamos ter um PLANAPO na hora que estiver o PLANAPO que a sociedade esteja toda de acordo, porque desta forma nós nunca teremos um PLANAPO. E a outra coisa que precisamos ter claro na questão da reavaliação, o próprio PPA, que é uma lei que de quatro anos. O Congresso aprova, ano a ano ele passa por uma reavaliação quando você vai fazer a PLOA e a LOA do ano seguinte, pois entra uma quantidade de fatores nesse processo, fatores econômicos, políticos e tudo mais. Então, a gente certamente, apesar de termos um plano para quatro anos, esse plano ao longo dos anos terá que sofrer ajustes, porque isso é uma série de fatores que interferem na questão da execução das políticas públicas. Eu, pelo menos, sempre entendi que essa era a questão, espaço para diálogo e construção coletiva, mas depois é o governo que precisa decidir, nós enquanto governo precisamos tomar uma decisão e dizer que esse é o plano que nós temos condições hoje de colocar.

Rogério Neuwald – Obrigado, Rogério. Eu peço desculpa para o pessoal da ANATER, do BNDES e do Banco da Amazônia que está presente, mas esse é um debate importante da comissão e em função de que essa é a nossa primeira Plenária do ano e aconteceram muitas trocas em Ministérios e a formação de novas equipes e eu acho que nós temos que tentar nivelar isso. Eu peço desculpa para vocês em relação à isso, mas é fundamental que a gente trabalhe esses temas.

Fazendo um pouco de coro às palavras do Rogério Dias, a relação entre CNAPO e CIAPO sempre foi muito construtiva e se nós estabelecemos um retrospecto do primeiro plano, houve várias iniciativas que a própria Sociedade Civil pediu para o

governo e o governo não fez, eu ressalto como exemplo o Eixo Terra e Território, que era uma reivindicação existente da sociedade civil no primeiro plano, mas o governo assumiu o ônus de não colocar aquilo. Agora nesse debate de cooperação e fraterno, que sempre existiu, nunca existiram imposições, na verdade, houve diálogos e eu reforço isso que o Rogério está colocando aqui.

Tem um outro debate de fundo que vem, Pavarino, que é em relação ao monitoramento. Quando se diz aqui, e foi dito na CIAPO quando nós fizemos esse debate, colocamos a nossa posição, está bem claro que compete à CIAPO apresentar relatórios e informações à CNAPO para acompanhamento e monitoramento. O primeiro plano, e eu não me recordo o que diz o segundo plano, diz assim: “Ao final de cada ano orçamentário a CIAPO apresentara à CNAPO o relatório do balanço e execução física e financeira com base nos indicadores estabelecidos para as metas e iniciativas, para justificativa correspondente e etc.”, isso vinha até a última reunião, realizada em novembro. Hoje, desta forma, a CIAPO está trazendo uma outra posição, eu creio que esse debate a gente vai ter fazer, porque a CIAPO está dizendo que não vai apresentar, não vai fazer monitoramento e acompanhamento, e isso precisa ser e ficar bem claro.

Marco Pavarino – Não se trata disso, Rogério. Absolutamente a gente está dentro do ambiente de governo e não tem nada que será abalado em relação a esse movimento, nós fizemos, que inclusive você leu, e precisamos apresentar é um relatório com os dados a respeito da execução física e financeira. O que a CNAPO precisa fazer é o que fez ontem, por exemplo, chegar e olhar os dados físicos e financeiros e dizer o que está bom, ruim e os porquês, só isso, nós não vamos mudar nada disso, é só que, isso esteja claro, pois possa ser que esteja sendo demandado da CIAPO monitoramento com essa avaliação e se isso não vinha sendo feito, não tem crise em relação à isso, Rogério. A nossa atribuição de apresentar esses dados todos, a gente só fez uma sistematização desses dados e continuará sendo feita, mas é esse monitoramento mais qualitativo, como eu acho que o Denis ou o Alexandre falou, é que eu creio que precisamos avançar um pouco mais, porque não cabe só a nós. É só isso.

Rogério Neuwald – Eu não recordo, mas no primeiro estava explícito a questão das situações, justificativas, etc., que é uma avaliação qualitativa também.

Marco Pavarino – Que está nesse. A justificativa do que foi feito e o que não foi feito está nesse, não tem absolutamente nada de diferenciado. É só a questão do monitoramento mais qualitativo e não tem crise nisso.

Rogério Neuwald – Beleza. Então vamos à diante? Nós teríamos que passar para a votação específica daquilo que foi levantado e o principal ponto no nosso entendimento aqui, neste momento, é o aspecto da validação, da atualização passar, ou não, pela CNAPO, isso precisa ser colocado aqui para nós. Ou vocês, efetivamente, acham necessário que haja uma apresentação específica do plano, não? Não tem necessidade, Rogério? Vocês acham?

Na verdade existe uma discussão que nós trouxemos desde ontem que é o lançamento do PLANAPO atualizado no Plano Safra, na atualização do Plano Safra através de decreto ou qualquer outro sistema e o que foi colocado aqui pela CIAPO e pelo governo foi a necessidade que isso seja validado em relação

Marco Pavarino – Novamente, nós socializamos a proposta, que o governo quer lançar no Plano Safra e essa proposta é a que vocês avaliaram em pedaços, vamos dizer assim, no monitoramento que vocês fizeram e essa proposta foi entregue para Cada um. Então assim, essa continua sendo a proposta de governo, mas se tiver um problema que seja de estrutura de todo o PLANAPO, que vocês nos apontem dizendo: “Olha, nós não endossamos”, não sei se essa é a palavra adequada, porém, se houver esse problema da Plenária da CNAPO apontando isso, a gente para e rever o processo, se não houver isso nós continuamos com a proposta, apenas isso.

Nós socializamos, nós não estamos querendo validação de vocês ou querendo assinatura em baixo, nada disso, nós queremos que vocês conheçam o que está sendo proposto. Desta forma, o que está sendo proposto foi distribuído para todo mundo, eu proponho o seguinte encaminhamento, se essa for a situação, nós distribuimos o arquivo eletrônico agora para todo mundo que acompanha a CNAPO e todos estão sabendo em relação ao que está se discutindo. E isso que está sendo discutido, que não é lançamento e o Rogério tem razão, é a atualização do PLANAPO está lá de forma clara para a Sociedade Civil que o governo assume como posição, só isso. Eu também acho que não é a validação, endosso, o carimbo da sociedade, mas assim, é uma visão conjunta daquilo que está sendo proposto.

Irene – Eu acho, inclusive, extremamente prematuro fazer votação aqui e agora. Primeiro, nós não recebemos o Plano com antecedência, eu não tenho no meu e-mail, a gente recebeu o arquivo ontem. O que nós avaliamos, nós não concordamos porque tirou o PRONARA e a CNAPO é isso, ela é consultiva, desta forma, foi consultado e nós ressaltamos que retirou o PRONARA e não concordamos. Agora cabe ao governo, como o Rogério disse, decidir o que fazer daqui para frente, então eu creio que nós podemos até retomar essa discussão na próxima CNAPO, vê o que o governo avançou, se resolveu acatar a indicação da CNAPO para incluir o PRONARA, daqui a três meses tudo pode acontecer. A gente já discute com antecedência e volta a discutir, mas hoje colocar isso em votação vai ressaltar o que a Sociedade Civil disse que nós não concordamos e se precisa da palavra clara, é essa, porque eu indiquei na minha primeira fala que nós não reconhecemos, porém, nós reconhecemos o que foi até três de maio porque cumprimos o nosso papel muito bem, construímos esse plano, fizemos várias reuniões, que inclusive a da região sudeste foi em Viçosa na UFV, nós colocamos todos os nossos bolsistas dos núcleos para construir seminários e não foi fácil, foi um seminário riquíssimo e assim foi em todas as reuniões. Então, nós construímos, mas agora nessa etapa de reconhecer a validação, a gente está com problema, quer dizer, a atualização. Desta forma, a minha proposta é que a gente rediscuta na próxima reunião daqui a três meses e vê o que faz.

Rogério Neuwald – Na verdade tem uma situação que foi colocada ontem, Irene, que foi a fala do Rogério Dias do MAPA que o que faltava para nós atualizarmos o plano era o parecer do MAPA, foi feito esse parecer, pois o MAPA era o único órgão que faltava e ele colocou que teria que retirar o PRONARA. Ele se propunha a discutir o PRONARA adiante, mas que o retirasse do plano, isso é o que foi colocado ontem aqui na Plenária e veio a demanda da CIAPO e da SEAD, de atualizar o plano no momento do lançamento do Plano Safra com a portaria, decreto, etc. Eu acho que o debate que nós temos que trazer aqui, Verônica, é no sentido de que está clara e colocado a a posição da Sociedade Civil em relação ao PRONARA, o Rogério Dias

reforçou isso e nós já nos manifestamos em relação à isso em outros momentos, da necessidade do governo assumir com PRONARA ou sem. Porém, agora não dá para esperarmos a próxima Plenária, daqui a três meses, se o lançamento do Plano Safra for antes, então o governo vai assumir ônus ou bônus, irá fazer o que o Pavarino propôs que é encaminhar o plano para todo mundo nesse momento sem o PRONARA, porque a posição do MAPA é essa, pode surgir uma ou outra sugestão e nós vamos fazer a avaliação se lançamos, ou não, o plano com essa questão que está colocada.

Eu creio que, para nós, isso está pacífico e não sei se teria alguma manifestação. Pavarino você quer fazer alguma consideração?

Marco Pavarino – Eu acho que o registro que tem que ser feito é o seguinte, foi apresentado um processo de atualização, foi apresentado como ele foi feito, o conteúdo disso e a Sociedade Civil tem o conhecimento de que essa é a proposta do governo para o Plano Safra, ponto, e o que é contra ou favorável é outra discussão. Lembrando, Rogério, que isso não era ponto de pauta da CNAPO, isso não era, ou seja, a discussão do conteúdo não era um dos pontos da pauta, mas a gente quis apresentar a proposta do Plano Safra.

Alguém se manifestou, mas não utilizou o microfone, impossibilitando o entendimento completo e claro sobre toda a fala.

Rogério Neuwald – Eu acho que, na verdade, a partir da decisão da Plenária da CNAPO o governo vai sentar pela CIAPO ou as secretarias para definir qual o encaminhamento que vai dar em relação a posição que está clara aqui, nós teremos que sentar, enquanto conjunto do governo. Não será tão urgente, mas antes de lançar qualquer coisa o Pavarino certamente vai chamar uma reunião para ter uma posição conjunta.

Verônica. O André está informando que, na verdade, já existe uma reunião extraordinária da CIAPO marcada para o dia cinco de maio, então já contempla esse assunto. E na verdade gente, assim, nós estamos recuperando a reunião desde segunda-feira e o encaminhamento da mesa, a partir do que saiu das propostas, é se nós vamos ter uma reunião antes ou não, era só isso, para poder ter conhecimento do documento, apenas isso. Porém, agora está superado.

Uma outra proposta que nós achamos que deve ter uma apreciação da Plenária é relacionada à proposta apresentada sobre a continuidade dos dois grupos de trabalhos, o GT de Monitoramento e o GT do Uso dos agrotóxicos, que acabou virando o PRONARA. Com as argumentações de que esse processo de monitoramento, a partir dos dados, não é suficiente e não conseguimos outra forma de implementar, além de que o GT de Redução do uso de agrotóxicos só faz sentido ele terminar quando o PRONARA for lançado, não é isso? Desta forma, a ideia concreta é a retomada dos dois grupos de trabalho. Aprovado pela Plenária? Aprovado.

Rogério Neuwald – Ajudem a viabilizar passagens.

Verônica. Uma outra coisa e eu acredito que é apenas uma questão de reafirmação, que é a garantia da participação, tanto de titulares como de suplentes, nas Plenárias como uma estratégia de revigorar a CNAPO, as subcomissões e tudo mais. Aprovado.

Outro encaminhamento que nós colocamos para apreciação do Plenário consiste em uma proposta de que a mesa coordenadora articule uma reunião com a EMBRAPA, a ANATER, INCRA, SEAD, algumas organizações da Sociedade Civil, e

se a gente esquecer alguma pode se manifestar, para discutir a implementação do PLANAPO. Essa foi a proposta concreta. Eu entendi que é uma proposta coletiva, mas na verdade são reuniões separadas para a implementação do PLANAPO, como ressaltou a senhora Débora.

Rogério Neuwald – A única dúvida que eu tenho é o porquê apenas esses órgãos e não outros, eu queria saber a justificativa disso.

Algumas pessoas se manifestaram, mas não utilizaram o microfone, impossibilitando o entendimento completo e claro sobre todas as falas.

Alexandre – A ideia é de que seja com as instâncias decisórias desses órgãos desses Ministérios e órgãos. Isso está claro?

Rogério Neuwald – Tudo bem, mas qual o objetivo principal, Alexandre?

Alexandre – A implementação do PLANAPO. Rapidamente, eu trouxe isso da reunião da Subcomissão de Conhecimento, pois há uma preocupação, na verdade, de que haja um comprometimento institucional, do ponto de vista das instâncias de decisão desses órgãos, ou seja, da ANATER, SEAD, INCRA e EMBRAPA, com o conjunto das iniciativas que tocam esses órgãos na implementação do PLANAPO. Então é a ideia de uma reunião da mesa coordenadora da CNAPO com essas instâncias decisórias para que se negocie, tire comprometimento, se dialogue, desta forma, dialogar e dialogar para conquistar.

Rogério Neuwald – Eu volto a minha dúvida, Alexandre. Não entendi só o porquê esses? Pois existe quatorze órgãos envolvidos.

Alexandre – Nós estamos falando da Subcomissão Temática de Conhecimento, daquilo que diz respeito a nós.

Rogério Neuwald – Apenas reforçando que em setembro teve uma Plenária com todas as direções desses órgãos, eles vieram e se comprometeram com isso e depois respaldaram isso à respeito da assinatura dos seus secretários quando mandaram, nós vamos chamar essas reuniões com eles, evidentemente, e tentaremos ver a viabilidade de algumas para representantes da mesa, entendeu?

Alexandre – É importante o que o Rogério falou, porque em setembro nós não tínhamos essa situação, por exemplo, de contingenciamento de 46%, ou seja, o contexto é outro e requer esse debate.

Verônica - Então nós temos a aprovação da Plenária? É importante? Aprovado. Eu coloquei uma observação aqui que talvez nem caberia, mas eu vou dizer, porque depois eu posso esquecer. Na ST de Produção o pessoal trouxe as organizações que necessitam de passagens, que estavam em vermelho, que na verdade se a gente garante titular e suplente o MICB já tem passagem garantida e o GT de mulheres da ANA não, o GT de mulheres que saiu contrário no relatório. E por último, o item passagens eu deixo com Rogério.

Rogério Neuwald – Não, na verdade já foi realizada a demanda no período da manhã pelo Alexandre, nós sabemos da limitação de todos os órgãos. Hoje nós temos quatorze órgãos que representam e efetivamente existem apenas cinco que estão contribuindo, então é o MAPA, nós da SEGOV, a SEAD, MDS e o MMA, então eu acredito que quando os outros órgãos que estão aqui presentes apoiaram e votaram favoravelmente à isso, eles também estão se comprometendo, desta forma, a partir desse instante nós também vamos trabalhar na perspectiva que demais órgãos possam contribuir para aquilo que foi aprovado aqui. Os limites desses órgãos que

foram citados estão colocados, mas se houve aprovação nós vamos bater nas portas deles tentando resolver esse problema e que isso fique clara para todas as pessoas que estão aqui dentro e que já levem essa demanda para os seus gestores, pois vamos encaminhar isso formalmente. Tudo bem?

Verônica. Se nós esquecemos alguma coisa que vocês consideram importante passar pela a Plenária.

Alexandre – É porque eu estou querendo escutar a Fundação, a ANATER e o Banco da Amazônia, mas eu não poderia deixar de citar, porque foi o momento em que nós dialogamos no sentido da preocupação que tivemos na Subcomissão de Conhecimento com relação a história da comunicação. Nós entendemos e respeitamos, se estamos nos oferecendo demais e sendo muito oferecidos para discutir a coisa da comunicação nos desculpem, mas a gente acha que seria importante essa participação, mesmo que seja uma atribuição do governo de discutir a dimensão da comunicação do PLANAPO, na avaliação do PLANAPO 1 fomos nós conjuntamente, sociedade e governo, que avaliamos que o tema da comunicação estava ausente do primeiro PLANAPO e foi isso que gerou, inclusive, a reunião com as assessorias de comunicação da Sociedade Civil e do Governo. Se o governo toma isso como responsabilidade eu acho que isso é de extrema relevância e importância, mas se puderem abrir um espaço de diálogo com a gente da Sociedade Civil para dialogar sobre essa questão da comunicação seria bem relevante.

Marco Pavarino – É apenas o Portal, mas eu creio que sobre o Plano você está coberto de razão.

Veronica. É porque as pessoas da Sociedade Civil tem uma vontade de trabalhar de forma voluntária e nós temos que considerar. Prosseguindo, vamos chamar o pessoal que vai fazer o informe do novo edital do ECOFORTE que é a Cláudia da Fundação e a Fernanda do BNDES. Finalmente, meninas.

Fernanda (BNDES) - Boa tarde à todas e a todos, eu sou Fernanda e já participei aqui da última Plenária da CNAPO no ano passado e daqui para frente continuarei acompanhando esse fórum, eu trabalho no departamento do BNDES que apoia projetos de inclusão sócio-produtiva com recursos do fundo social. O ECOFORTE redes é uma das principais iniciativas que eu digo que nosso departamento trabalha, que o fundo social, em geral, nos últimos cinco anos pelo menos eu diria que é uma das mais relevantes, eu já frisei isso aqui em algumas outras oportunidades quando eu falo desse programa, que realmente para o BNDES é um programa muito inovador no sentido que a gente sempre teve um olhar para observar um empreendimento coletivo de uma associação ou de uma cooperativa e com o ECOFORTE nós conseguimos olhar a lógica de redes, que foi uma demanda muito colocada pela Sociedade Civil, ou seja, uma demanda de você conseguir olhar para uma coisa mais integrada, de fazer um edital voltado à unidade de referência, experimentação, você conseguir disseminar entre esses grupos essas práticas agroecológicas. Então o ECOFORTE, para a gente, digamos que é uma das nossas principais iniciativas sempre citadas como referência.

Aproveito para pegar a fala do Denis e dizer que eu comungo dela no sentido que a gente também, a Fundação e o BNDES, entende que o ECOFORTE o programa como um todo foi concebido justamente para virar uma política pública, então a nossa intenção também é que isso seja um programa perene, um programa que, independente, de novas gestões no governo que a gente continue com esse apoio,

que por sua vez é muito relevante. E para isso eu creio que é importante não só a falar que vamos fazer hoje sobre esse segundo edital, mas também reforçar o que a gente vem falando com os parceiros do governo em outras oportunidades, que é a importância de que os demais ministérios, secretarias se enxerguem nesse programa ECOFORTE e tenham iniciativas concretas, que nós consigamos não só fazer um mapeamento que está em curso, onde alguns colegas que estão presentes aqui, como por exemplo, a SEAD já está fazendo esse mapeamento do que no passado fizeram de ações que são alinhadas com o programa ECOFORTE, mas também a importância que daqui para o futuro o governo, envolvendo nossos parceiros, continue a colocar não só esforços, mas recursos também.

Eu queria reforçar, também, o comprometimento. O Denis falou do recurso de vinte milhões e a Cláudia vai entrar melhor nisso apresentando um pouco da lógica desse segundo edital, mas é importante dizer esses vinte milhões, e eu não sei como ficou na proposta que você estava lendo, Denis, mas na verdade esse valor é um comprometimento para esse projeto que estamos chamando de Redes 2, não é um recurso para vários anos como você colocou. No BNDES, ao menos, nós trabalhamos com orçamento anual de contratação e desta forma não teríamos como se comprometer com um recurso para contratar uma nova iniciativa nem para o próximo ano, então assim, o que nós temos e reforçamos aqui o comprometimento é esse recurso contratado de vinte milhões para essa segunda e nova iniciativa, partilhada com a Fundação, mas a nossa intenção no BNDES é que a gente consiga, com o apoio do governo também, fazer com que nos próximos anos esse programa continue entrando na proposta de orçamento do fundo social do BNDES, mas a gente não pretendeu dizer que esse recurso é o único para o próximo triênio.

Eu também gostaria de pedir desculpas no sentido de que nós sabemos que está um processo lento na construção desse segundo edital, no ano passado tínhamos se comprometido a lançar ainda em 2016, o BNDES passou por uma série de reestruturações, o nosso departamento foi bastante reestruturado, nós tivemos uma redução significativa na nossa equipe, enfim, nós estamos em um processo de pactuação da nossa estratégia do fundo social com a nova diretoria, então eu creio que isso tudo impactou esse processo, mas a boa notícia é que nós estamos em um momento muito final, se não a Cláudia “mata” a gente com tanta pressão que ela faz no BNDES, porém, nós temos a perspectiva e creio que ela vai realmente ser concretizada, que é lançar esse edital ainda no primeiro semestre desse ano. Por último, eu queria agradecer o convite, pois para o BNDES é muito importante participar desse fórum de diálogo com a Sociedade Civil, ou seja, com vocês, creio que tudo que temos construído nesses últimos anos sempre visamos e tentamos assegurar esse caráter participativo e colher esses insumos, isso realmente é muito importante, enfim, gostaria de agradecer e passar para a Cláudia que vai falar um pouco sobre a lógica do edital.

Cláudia – Boa tarde a todos e todas. É como a Fernanda colocou, esse processo vem se estendendo, causando bastante ansiedade e agora chegamos nas linhas gerais. Esse programa, o ECOFORTE, é muito importante para a Fundação Banco do Brasil e nós passamos, desde 2013, por várias mudanças de diretoria, presidência, no ano passado mesmo nós passamos por três presidentes. E esse é o programa que vem dando rumo para Fundação, ele faz parte da categoria dos Fortes, nós temos

TERRAFORTE, CATAFORTE e ECOFORTE, e o ECOFORTE, entre os três, é o programa mais simples e trabalha com organizações da Sociedade Civil muito bem estruturadas e que vem dando resultado que é animador para os gestores para a continuidade e oferecer, também, uma identidade para a Fundação Banco do Brasil e essa parceria com o BNDES. E nós iremos falar do que estamos prevendo. No ano passado, em março de 2016, houve o seminário da ANA com as organizações que participaram do Redes ECOFORTE e durante o evento foi colocado e anunciado aporte de recursos de dez milhões da Fundação e dez milhões do BNDES do fundo social para essa segunda etapa, que seria a etapa de empreendimentos. Mas discursões seguintes foi apresentado, pelas organizações, a questão de que esse recurso era limitado, mas que havia o interesse de que ele atendesse a um público maior do que somente as vinte e oito redes do primeiro edital e outra questão, também, era relacionada ao modelo de unidades de referência foi um modelo que rodou muito bem e algumas organizações teriam o interesse na continuidade de unidade de referência, enquanto que o edital 2014/005 previa a continuidade de apoio para empreendimentos e nós ficamos pensando em como casar essa demanda, com consulta ao jurídico, do que poderia ser feito, já que havia esse interesse de se manter o mesmo objeto.

Nessa questão toda, nós tentamos equacionar e a Sociedade Civil já tinha apresentado que para as novas redes seria interessante que o valor aportado fosse de doze milhões e que para a continuidade fosse de oito milhões. A Fundação estava trabalhando com valores baixos de aporte de recursos para os projetos para poder atender a totalidade, mas o BNDES colocou, e eu creio que tem muita razão, o aporte passado três anos praticamente com inflação e outros aspectos não justificaria diminuir o valor de recursos para os empreendimentos e para as redes. Então, se no passado você apoiou redes no valor de um milhão e duzentos e cinquenta mil, como apoiaria essas redes hoje com o valor de seiscentos mil para conseguir atender a todos? E desta forma, nós optamos seguir por essa linha de ampliar o recurso e fazer uma concorrência entre os projetos. Então, nós estamos lançando e pretendemos, não sei se em maio ou junho, realizar duas chamadas onde uma é o edital público, que vai ser lançado e publicado no DOU no valor de quatorze milhões, e o outro é uma chamada direta para as organizações e redes que foram selecionadas para apresentarem projetos com um roteiro especificando quais são as regras.

Esse edital de quatorze milhões tem destinado doze milhões para novas redes, com projeto de oitocentos à um milhão, e dois milhões para projetos das redes já apoiadas que queiram trabalhar com unidades de referência, sendo que o máximo a ser apoiado é no valor de quinhentos mil, ou seja, edital para unidade de referência. E desta forma, as redes antigas terão que optar se querem participar da chamada interna de empreendimentos ou quer participar dessa chamada de dois milhões para unidades de referência. A chamada interna de empreendimentos, que nós vamos de forma direta, ela tem um valor total de seis milhões em projetos de trezentos à quinhentos mil.

No edital que nós iremos lançar nós colocamos como duas categorias, sendo: categoria um, que consiste nas redes antigas, e a categoria dois, então existem regras específicas de recurso e também tem regras dos critérios de pontuação diferenciados para eles. Eu acredito que essa é a questão principal que nós colocamos para atendimento. Nos demais aspectos ele é muito parecido com o edital passado, mas

agora a gente faz o edital de redes em duas etapas para facilitar, porque houve muita reclamação, que era muito documento em um prazo muito curto, então nós estamos fazendo uma primeira etapa de caráter classificatório e eliminatório, que consistirá na análise dos projetos, verificar regularidade fiscal e tributária e já fazer a questão da pontuação, mas toda aquela parte de projeto técnico, de orçamento, de comprovação, de licença ambiental, ela fica para a segunda etapa, ou seja, só quem fará isso os que forem aprovados nesse primeiro momento. A segunda etapa que será de caráter eliminatório onde será apresentado os demais documentos como eu coloquei aqui. Nós também delimitamos que quem irá participar da mesma forma são instituições sem fins lucrativos, aquela formatação de redes que são diversas organizações com no mínimo três organizações de caráter produtivo, desta forma, para caracterizar e conceitualizar rede. Nós melhoramos aquela questão de território, porque agora a gente se baseou na realidade, até então o desenho de território juntava várias ideias, mas que na prática apresentava vários entraves, então agora não temos mais aquela questão de ser um território contínuo, algumas unidades da federação continua sendo contínuas, mas acredito que irá melhorar bastante.

Dividindo, também, essa parte de documentos, nós acreditamos que vai facilitar a participação de organizações menores e redes territoriais. E é basicamente isso, parecia bastante coisa, mas como eu falei, pode ser que vocês tenham bastantes dúvidas e fica mais fácil para explicar. Uma questão importante que nós estamos atendendo na pontuação é a questão do mérito da proposta, porque o outro edital foi totalmente voltado para a questão da rede, mas nas ações que ela mostrava o potencial, que era a questão de ela ter acesso ao PAA, PNAE de ATER, isso continua para as novas redes. As que já comprovaram, elas não passarão mais por isso, o mérito da proposta será para todos, ou seja, todos terão o bloco mérito da proposta, e as redes que já foram apoiadas terão o outro bloco que é a questão da gestão dos projetos. Nessa questão da gestão dos projetos nós tivemos o cuidado também de não colocar questões que foram impactadas pela gestão do projeto e da Fundação, porque nós já fizemos a meia culpa aqui que os projetos foram contratados em dezembro de 2014, mas na verdade eles foram iniciados em maio de 2015 e isso acarretou uma série de problemas, então tudo que pode ter sido impactado por isso a gente não está considerando, porque nós consideramos na gestão do projeto e são mais questões que eram obrigações que estavam pactuadas ali no convênio e que a entidade cumpriu ou deixou de cumprir, então vai ser isso e eu acho que vai ser bem justo com organizações que cuidaram muito bem do projeto e desenvolveram uma gestão muito boa e outras que ainda estão titubeando aí. Então, gente, essas são as informações que podemos passar por agora.

Verônica - Obrigada. A ideia é que a gente abra para dúvidas, contribuições e depois vocês possam dar mais detalhes. Alexandre já está se inscrevendo.

Alexandre – Não tem mais nenhum órgão do governo aqui além da Fundação do Banco do Brasil e o BNDES que quer colocar um recurso no ECOFORTE? Gente, a minha pergunta é o seguinte, Cláudia, quando foi lançada a ideia de doze milhões e oito milhões, onde esses oito milhões pudesse apoiar as iniciativas já em curso e os outros doze, as novas redes. E vocês fizeram uma reflexão de como é que, em um determinado momento dado o contexto de mudanças, inflação e essa coisa toda, tinham apoiado projetos com até um milhão e duzentos e agora apoiariam com menos,

mas eu não consegui entender se mudou muito da proposta inicial que foi feita para esse desenho que vocês fizeram agora, e desta forma, eu queria só esclarecer.

Cláudia – A proposta inicial era que esses projetos dos empreendimentos fossem de até trezentos mil, mas nós passamos para quinhentos mil, e os de redes fossem seiscentos mil e nós subimos para um milhão. Eu me esqueci de falar aqui sobre a questão do recurso do Fundo Amazônia, teve um momento que nós indicamos que teria um valor para aporte de dez milhões do Fundo Amazônia e depois isso ficou meio perdido. Agora nós temos definido que terá recursos do Fundo Amazônia, só que esse fundo tem escrito que só podemos apoiar no bioma Amazônia, então, nós colocamos lá que tem recurso desse fundo, mas nós não estamos informando qual o valor. À dependerem das propostas que surgirem, que estejam classificadas no bioma, entra o recurso, nós temos uma limitação de recurso por conta do contrato que nós temos com o Fundo Amazônia, temos um contrato de vinte milhões, sendo doze desse fundo e oito da Fundação, que agora está envolvido na chamada do ECOFORTE Extrativismo. O ECOFORTE Extrativismo nós lançamos um edital de oito, houve um forte apoio e envolvimento do Ministério do Meio Ambiente, da GIZ, do ICMBio para que chegasse o maior número de propostas passíveis de serem aprovadas e hoje nós temos um valor de dezessete milhões, só que estamos na primeira etapa e o edital são de três, então algumas podem cair. Nós acreditamos que nós teremos um valor em torno de cinco milhões de sobra para colocar no Redes ECOFORTE, para aquelas que sejam no bioma, claro que se superar a questão será a classificação, que determinará esse recurso.

Senhor que não se identificou. Boa tarde. Na região de Minas Gerais, onde nós atuamos, quando teve o primeiro edital nós fizemos dois projetos de duas organizações que trabalhavam, praticamente a gente se dividiu em áreas. Agora nessa renovação nós queremos saber se uma rede que já atua pode aumentar o escopo dela e aumentar, que foi a outra proposta, ou ela tem apenas que se concentrar na área dela. E se uma rede atual, também pode concorrer nos dois e explicar um pouco os valores, porque eu não entendi bem se a rede atual for concorrer nos dois.

Cláudia – Foram selecionadas no primeiro edital do Redes, que é o 2014/005, então nós vamos mandar o email para comunicar, pois isso não será lançado no Diário Oficial, nós vamos comunicar especificando quando mandar projetos e apresentando o roteiro, então apenas elas podem participar. No edital você tem duas categorias, tem uma categoria das redes antigas que tem um valor fixo de dois milhões que apenas as redes antigas podem participar e ela terá que optar, a gente vai lançar os dois simultaneamente, desta forma, ou ela concorre na chamada direta de projeto de empreendimento ou ela concorre no edital naquela categoria um com o valor fechado de dois milhões, que no caso são quatro projetos para unidades de referência. As novas redes podem participar desse edital que será lançado na categoria dois de novas redes para unidades de referência e o valor é de doze milhões destinados para elas.

A questão das organizações que irão participar na chamada de empreendimento das antigas redes, nós estamos fixando isso e é uma discussão que pode surgir sobre as que foram apresentadas e formalizadas no primeiro edital no plano de trabalho,

mas agora as novas redes estão liberadas para apresentarem, exatamente por serem novas e serão mostradas agora.

Fernanda (BNDES) – Apenas complementando, e me corrija se eu estiver errada até porque tem coisa que ainda está em definição, o proponente do projeto na rede existente pode ser tanto a própria entidade executora do edital de 2014 quanto alguma outra organização produtiva da mesma rede, quer dizer, não existe a obrigatoriedade de que seja a mesma executora a apresentar o projeto na categoria um do edital ou nessa chamada interna para empreendimento. Ficou claro?

Cláudia – Isso também vem de uma demanda, porque muita das organizações que apresentaram e foram a “cabeça” da rede e da entidade proponente, elas são organizações de assessoria e quando você vai para um momento de empreendimento, como é o caso atual, o ideal é que seja uma cooperativa, uma associação e algumas organizações mostraram desconforto de estarem fazendo gestão de recursos para uma outra organização. É claro que isso deve ser pactuado na própria rede, será um projeto por rede, e ressaltar a importância das perguntas por possibilitar que a gente amplie as informações, e esse projeto da rede pode contemplar uma ou mais organizações, mas será apenas uma entidade. E também estamos definindo como vai ser esse documento de que comprova que a rede sentou e discutiu, porque a gente não quer causar fraturas na rede.

Fernanda (BNDES) – Nós temos até uma questão e se vocês quiserem abrir para contribuição, pois isso que a Cláudia colocou é um ponto de dúvida nossa, porque como as redes não possuem um CNPJ e não são formatizadas, por um lado nós queremos garantir que na chamada de empreendimentos o valor é menor, entre trezentos e quinhentos mil, mas imagine que se privilegie uma agroindústria X lá da rede, mas como é que você vai garantir que aquela decisão foi uma decisão coletiva em uma gestão de alguma forma algo que beneficie a rede inteira, então nós estamos pensando em alguma forma de documento, seja ata, alguma assembleia, nessa linha que demonstre essa concordância das demais entidades da rede, mas é algo que se tiverem como vocês contribuirão para pensar na melhor forma de deixar claro documentalmente que essa decisão por empreendimento é coletiva.

Cláudia – E que não seja burocrático. Assim, uma ata que não vai ter que ser registrado em cartório, coisas desse tipo, e também entendendo que essa rede pode ter mudado a conformação dela, porque é isso nos processos dinâmicos, existem casos que ela pode ter crescido e outros ela encolheu, mas assim, nós pensamos em uma maioria simples.

Senhor que não se identificou. Ainda algumas dúvidas. Eu imagino o quebra-cabeça de vocês para montar essa proposta, considerando que já são vinte e oito redes apoiadas, ou seja, no primeiro edital teve um valor total de trinta e três milhões e agora nós estamos falando de um valor que caiu bastante, então assim, essa montagem quando se pretende apoiar novas redes com recurso menor a complexidade é grande. Porém, para entender, a chamada de redes que já são apoiadas possui o valor de seis milhões, se forem projetos de trezentos mil serão vinte projetos, mas se forem projetos de quinhentos mil são doze projetos, então quer dizer que nem todas as redes serão apoiadas e haverá uma concorrência interna entre elas e eu creio que esse é um ponto para esclarecer.

A outra questão é a seguinte: existem organizações que são proponentes dos projetos que atuam em outros territórios, tem organizações que inclusive atuam em outros estados, se essas vinte e oito organizações já contempladas podem ser proponentes de projetos de outras redes territoriais que não foram apoiadas. Por exemplo, Sabiá é uma organização contemplada e atua em três territórios no estado do Pernambuco, a ASPTA é uma organização contemplada e que atua em três estados, Paraíba, Paraná e Rio de Janeiro, ou seja, a questão é se elas podem ser proponentes de projetos de outros territórios, entendeu?

Cláudia – Entendi, porque no caso será outra rede.

Fernanda – Não poderia a mesma instituição apresentar mais de um projeto, ainda para que redes diferentes, a ideia seria essa.

Cláudia – É uma situação nova e que nós teremos que discutir, porque assim, a principal restrição que nós temos, que o jurídico coloca, é a questão do objeto, de você não ter o mesmo objeto que você considera o que? O público, a ação que você irá realizar naquele território seu mesmo, porém, sendo territórios distintos, realmente, nós precisamos discutir.

Fernanda – Cada vez que a gente começa a discutir, nós percebemos esse tipo de questões. Hoje mesmo eu já anotei quatro dúvidas cruciais que eu dei para Cláudia e falei, bom, tem mais quatro pontos. Nós não nos debruçamos sobre essa pergunta que o Vinícius fez e em princípio respondendo meio que intuitivamente, eu imagino que se uma instituição que foi executora de uma rede atual resolver passar a ser executora de uma outra rede, ela não poderia mais ser executora, e assim, me parece que uma mesma instituição não pode concorrer representando diferentes redes, eu acho que ela deve ser cabeça de apenas uma rede.

Alguém se manifestou fazendo comentário/pergunta, porém, não utilizou o microfone e não foi possível escutar com clareza.

Ela pode ser proponente, assim, isso com certeza, eu entendi que a sua pergunta era se uma rede poderia ser cabeça de diferentes redes e nessa qualidade apresentar mais de um projeto.

Cláudia – Voltando para a pergunta do Vinícius, o que nós estamos considerando nessa chamada direta são os empreendimentos e organizações que foram aprovadas fazendo parte da rede, elas precisam ser atendidas, mas se isso vai atender à mais não tem problema. A questão é que você não pode deixar de atender esse público para passar para outro, passando a ideia de que “eles não querem mais saber de vocês”, porque, inclusive, são eles que podem também apresentar o projeto, agora você não pode vir com uma nova organização e essa organização ser a proponente, lá está vinculado a aquela relação, aquele anexo que as organizações apresentaram, pois aquilo faz parte do convênio e tudo mais.

Fernanda – Se a rede atual optar por concorrer na mesma lógica de unidades de referências na categoria um do edital, eu entendo que sim, ela poderia abarcar a mesma rede e abarcando diferentes grupos produtivos, e enfim, não precisaria estar porque não é uma segunda etapa do primeiro, entendeu? A ideia de fazer duas portas de entradas para as redes atuais é justamente para que elas optem por aquelas que desejam dar aquele passo à mais, que foi aquela ideia lá de trás de você conseguir pensar em um beneficiamento, enfim, em um empreendimento já ligado a aquelas três instituições produtivas que estavam na rede que concorreu em 2014, mas também

abrir uma oportunidade e, desta forma, com recurso menor, porque a gente priorizou o empreendimento entendendo que essa era justamente a demanda inicial, mas deixando uma janela de oportunidades também para que redes atuais queiram continuar nessa lógica de experimentação de práticas agroecológicas na lógica de unidades de referência e aí sim poderia, e imagino que naturalmente irá beneficiar outros produtores e não os mesmos que já foram contemplados com unidades de referência no primeiro apoio.

E essa questão, eu creio, que foi uma das que ficamos batendo cabeça e refletindo sobre esse desenho de como a gente conseguiria alocar os recursos e acabamos priorizando, até como o Denis colocou, para que sempre haja uma concorrência, seja para as redes atuais, seja para as novas, já que naturalmente existiria no caso dessas últimas, mas para as atuais nós preferimos que em um cenário de escassez de recurso, onde houvesse o recurso um pouco maior e que elas concorram, enfim, a gente achou que a proposta verbalizada pela ANA e eu não digo “proposta da ANA”, porque não foi uma proposta já que ela não tem esse mandato para apresentar uma proposta de alocação de recurso, mas foi verbalizada pela ANA perante o BNDES e a Fundação Banco do Brasil, que era essa de seiscentos mil com trezentos e nós entendemos, especialmente o BNDES e depois a Fundação também se convenceu, que se a gente reduzisse significativamente os recursos, ainda que fossemos contemplar mais redes e nós entendemos que isso é uma demanda em momento de escassez de recurso, mas por outro lado, a gente, como apoiador de política pública, não quer desconfigurar o tipo de apoio, então fizemos um meio termo e subimos o valor em relação à proposta original e vai ter concorrência, também, entre as redes atuais.

Cláudia – Para complementar, nós fizemos uma reunião onde juntamos o pessoal do CNS, MST, Articulação Nacional de Agroecologia, para discutir essa questão desses valores, se estavam de acordo e todos foram favoráveis que esse recurso fosse dividido para a entrada de novas organizações para fortalecimento do programa.

Fernanda – Aproveitando os parênteses, a EMBRAPA tem oito milhões, como foi colocado aqui, para apoiar projetos no Programa de inovação social, então cobrem da EMBRAPA, pois ela está indo à campo nos territórios justamente para montar esses projetos, então, recurso tem.

Senhor que não se identificou. A pergunta está relacionada e talvez eu tenha perdido, mas eu lembro que na primeira chamada tinha um recorte regional, primeiro tinha um conjunto de projetos distribuídos em Cada região e a partir disso, por mérito ou por outros critérios, porque eu não lembro exatamente como era a história, e desta forma, eu gostaria de saber se essa chamada que vocês irão fazer para as novas redes também tem esse recorte regional ou não?

Cláudia – Permanece.

Senhor que não se identificou Então, terá uma distribuição dos primeiros projetos aprovados para Cada uma das regiões do país?

Cláudia – Sim.

Rogério Neuwald – Mais alguma pergunta? Antes de encerrar essa fala, nós reforçamos uma coisa que sempre temos falado aqui, que o acordo de cooperação técnica envolve diversos participantes, em relação ao governo com um todo. Desses participantes, o acordo termina em outubro ou novembro de 2018, eu não tenho certeza,

ele tem a duração de cinco anos, e isso é uma situação que está colocada e não é apenas recurso, Alexandre, os outros ministérios teriam que trabalhar na construção da continuidade de um acordo para um período superior à 2018, mas teriam que trabalhar, também, na viabilização da participação dos ministérios, não apenas com recursos, mas com ações, programas, etc., que é um limite e é uma fragilidade do programa hoje nesse momento, nós conseguimos apenas quantificar os números e os valores do BNDES e da Fundação, mas não consegue até esse momento quantificar os números e os valores os demais ministérios e isso é fundamental.

O acordo é coordenado pela SEAD e por nós, eu creio que isso é importante deixar registrado aqui para todos vocês e o papel da Secretaria de Governo em relação a isso é trazer publicidade e informação para a CNAPO, isso está colocado no acordo, e o BNDES e a Fundação, desde 2015, sempre têm se posicionado e vem trazendo esse tipo de informação aqui para vocês, que é o nosso papel no acordo de cooperação.

Cláudia – Eu gostaria de falar mais uma coisa. Nesse edital nós mantemos aquele preâmbulo, puxando a questão do acordo de cooperação e colocando questões e exigências que podem facilitar para o governo operar com essas organizações selecionadas. A gestão anterior da Fundação tinha interesse de renovar, fazer um novo acordo, e nós temos que trabalhar em conjunto para que quando chegue ao final de 2017, para que tenhamos condições políticas para que se assine um novo acordo ECOFORTE com mais cinco anos daqui para frente, para que a gente consiga continuar essa realização.

Rogério Neuwald – É o nosso desejo. Obrigado mais uma vez Fernanda e Cláudia e vamos seguir a Plenária. Antes de passar para a ANATER, só fazer uma questão de que precisamos referendar aqui e eu esqueci, tem um pedido que já foi passado para a mesa coordenadora em nome do comitê consultivo que a gente colocou aqui que deu um prazo para que tenha um membro da Sociedade Civil. O Comitê Consultivo do PAA, historicamente, é feito por um titular da Sociedade Civil e um representante do Governo, a nossa sugestão para a Plenária é que o representante do governo, evidentemente pode existir outros nomes, mas que seja o Marisson da CONAB, que também tem um afeto e uma relação muito direta com a questão das sementes, pode ser? Tudo bem então.

Pessoal nós ainda temos o ponto de pauta da ANATER para trabalhar, além do ponto de pauta dos Seminários e o informe do prêmio da Fundação, pelo Banco da Amazônia. Em consideração ao pessoal do Banco da Amazônia, eu vou propor que a gente altere a ordem dos informes, para que se a ANATER faça a sua fala, mas antes dos informes dos seminários, o Banco da Amazônia faça a fala, pois a questão dos seminários é uma coisa mais nossa e creio que em função do horário, se concordarmos nós fazemos essa inversão. E antes de entrar nessa questão, o Rogério tem ainda uma situação para colocar para vocês, mas de imediato, enquanto ele vem se dirigindo para cá, nós já chamamos para compor a nossa mesa, o Ricardo Peres, Diretor Administrativo da ANATER, que vai falar um pouco para nós sobre agroecologia, ANATER e assistência técnica.

Rogério – Apenas uma questão, pois a gente trouxe uma proposta e é por isso que estamos antecipando um pouco para evitar que todo mundo vá embora e depois fica difícil para tirar uma aprovação de uma moção da CNAPO, eu não sei, mas alguns

estão acompanhando o que está acontecendo com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado, O CDAC, que está em um processo em que a área que ele ocupa há dezessete anos está agora em um processo de reintegração de posse pela EMBRAPA de Goiânia de arroz e feijão. Então, tem várias mobilizações para pedir que se pare essa reintegração de posse, se renove lá o processo de cessão de área em comodato, que está acontecendo há alguns anos, e inclusive eu tenho cópia da correspondência que a ANA, a ABA já fizeram em relação à isso e existem várias mobilizações sendo feitas e eu achei que seria importante que nós tivéssemos uma manifestação aqui da CNAPO, já que envolve tantas organizações relacionadas a temática da agroecologia.

Inclusive, o sistema participativo de garantia que atua com um grupo grande de agricultores e extrativistas, porque eles também atuam no campo do extrativismo, então a proposta seria muito simples, ou seja, para que tirássemos uma moção ao Ministro da Agricultura e ao Presidente da EMBRAPA para que pare com o processo de reintegração de posse e renove o processo de comodato para que eles possam continuar atuando, e para lembrar, é uma área de dezesseis hectares e não é apenas uma perda de dizer assim: “Vamos perder sua sede”, porque lá é onde fica uma área experimental também. E desta forma, existem vários projetos de agroflorestas, projetos de muitos anos de investimentos e que de uma hora para outra se você abandona a área, você vai abandonar esses projetos e a continuidade das informações que estão sendo geradas ali dentro, então a proposta é que nós pudéssemos fazer essa moção da CNAPO para que a gente tentasse parar o processo de reintegração.

Rogério Neuwald – Pessoal, isso está considerado aprovado? Desta forma está aprovado, nós só pedimos, Rogério Dias, como não é o formato de moção, fazer um ofício para a gente encaminhar e tocamos adiante. Mais uma vez eu gostaria de agradecer a presença do Ricardo diretor administrativo, e o que nos levou a trazer a ANATER para participar da nossa conversa é que a própria CNAPO dentro dos Planos estabelecidos, sempre colocou como uma prioridade essa questão da assistência técnica e extensão rural e a grande maioria das pessoas que estão aqui, não apenas da Sociedade Civil, mas do governo também, possuem muito apreço e apego à questão da assistência técnica e extensão rural e a grande maioria das entidades da Sociedade Civil são formadas por pessoas que ao longo de suas histórias, e muitas com trajetórias de trinta anos de luta em relação a isso, sempre defenderam a extensão rural pública e gratuita. Desta forma, isso é um elemento fundamental para que a gente tenha presente e reforça muito o papel que existe da assistência técnica na implementação da agroecologia e da produção orgânica. Então isso é o que nos traz para esse debate e, além disso, muitas pessoas da ANA, que estão aqui presentes, participaram de uma oficina que foi promovida pela ANA em fevereiro onde a ANATER, SEAD e ABRAER estiveram presentes e trabalharam o tema da assistência técnica vinculada à agroecologia e produção orgânica.

Esse não é um debate que inicia aqui nessa sua participação, mas é um debate que possui uma trajetória, uma caminhada e nós esperamos que a gente possa cada vez mais, estar construindo conjuntamente a assistência técnica voltada para os agricultores e agricultoras familiares com princípios e bases da agroecologia e produção orgânica. Dito isto, nós agradecemos mais uma vez a sua presença e pede

desculpa pelo atraso, mas isso é um pouco do nosso costume devido à grande quantidade de assuntos que nós temos. Obrigado Ricardo, e a palavra está com você.

Ricardo – Obrigado Rogério. Boa tarde a todos os presentes, em nome da ANATER eu trago aqui os sinceros agradecimentos pelo convite e o agradecimento a essa importante comissão de poder participar dessa décima sétima reunião, que por sua vez é uma reunião importante, a ANATER também reconhece a importância desse segmento, dessa forma de trabalhar e já de antemão nós ressaltamos que estamos trabalhando nessa mesma linha do que o Rogério colocou em sua fala. O meu nome é Ricardo, sou engenheiro agrônomo, tenho quase trinta anos de extensão rural da EMATER Minas Gerais, antes disso eu passei por um breve período na CODEVASP. A ANATER quase toda, ainda pequena na forma que está, tem uma grande preocupação na sua direção e em seu corpo ter extensionistas, presidente é da extensão rural pública, o diretor técnico que chegou agora em dezembro é aposentado da extensão rural, diversos gerentes da área técnica e da diretoria de transferência e tecnologia são pessoas que já trabalharam na EMBRAPA, todos passaram pela SEAD e MDA, então nós estamos, de fato, com essa atenção de termos um grupo de pessoas alinhadas e afinadas com toda essa expectativa que existe no Brasil. Há muito tempo se escuta falar da ANATER e nós fizemos alguns slides exatamente para recapitular, eu acho que esse tempo de uma hora é até muito, mas quem nos dera ter e poder falar durante duas horas, porém, em breve, o que nós desejamos é que a ANATER faça a gestão de toda assistência técnica abrangente de qualidade para atender todo o Brasil, principalmente nesses segmentos com essas especificidades que é a produção orgânica e a agroecologia, porque a gente trata isso com todo carinho.

Nós iremos passar alguns slides e deixar para vocês uma espécie de nivelamento, porque embora se fale da ANATER há mais de dez anos, ela começa a se materializar de um ano para cá. Ela se compôs e se materializou após uma grande queda braço, e quase todo mundo aqui deve saber da história, o segmento do agronegócio brigando com o da agricultura familiar, isso é um fato, e agora tenta e busca caminhar com as próprias pernas. O foco dela é a independência e autonomia, e ela se constituiu na forma de serviço social autônomo e isso já é um grande negócio, foi difícil achar a forma jurídica de como ela seria construída e composta, mas está dessa forma. Desta forma, eu vou recapitular algumas coisas e depois a gente deixa aberto para discussões, mas o que nós precisamos, de fato, é que tenha essa interação entre os segmentos da Sociedade Civil, dos órgãos públicos, privados, dos organismos não governamentais, das empresas privadas, das empresas públicas, porque a ANATER é de todos, ela não é para benefício próprio, então eu vou pedir o favor de passar.

Ela se constitui em Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, um serviço social autônomo denominado pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, então nós não fazemos partes nem da administração pública direta nem indireta. Conforme o Decreto nº 8.252, o principal papel da ANATER é “promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social. Ela atua com base em um contrato de gestão, como que ela se formou, como ela criou pernas para começar a trabalhar? Através de um contrato de gestão firmado

com a União, por intermédio do MDA e hoje a SEAD, então esse contrato de gestão se materializa em 2015 e passa a funcionar em 2016, mas essa queda de braço que houve acabou prejudicando um pouco a forma com que ela foi construída, esperava-se uma ANATER partindo mais robustamente, mas está bom demais, eu creio que nós precisávamos começar, pois uma vez constituída, nós temos como cumprir o nosso papel, entre as inovações eu acho que pode passar e eu serei um pouco mais objetivo.

Nós queremos construir uma nova ATER e uma visão sem menosprezar a assistência técnica e a extensão rural que existia, porque tudo o que foi feito há muito tempo foi muito bom, os estudos e as pesquisas mostram aquele quadro de evolução dos ganhos que a assistência técnica traz, principalmente a família da agricultura familiar, aquele que não assiste, aquele que assiste eventualmente, aquele que passa assistir de forma sistemática, o ganho de qualidade de vida e de renda são comprovadas estatisticamente e nós sabemos que o Brasil tem muito mais a contribuir se nós tivermos, de fato, uma assistência técnica e uma extensão rural robusta. Vocês viram as contribuições e o que a agricultura familiar faz pelo Brasil, e não ficarei reforçando isso, mas vocês sabem o que ela faz em relação à qualidade de vida e pelo abastecimento, e nós podemos avançar demais se conseguirmos ser estratégicos para o Brasil, nós temos que ter isso como a bandeira a ser defendida. Vocês viram que o setor do agronegócio avançou bastante com inovações tecnológicas até 2010, principalmente entre 2000 e 2010, deu uma estagnada grande em dois milhões de toneladas, e agora com fatores climáticos muito positivos conseguiu romper a barreira em um salto maior que está sendo colhido agora de duzentos milhões de toneladas e a agricultura familiar tem cuidado do seu papel e pode contribuir muito mais em todo o sistema de produção, ainda mais com esses horizontes que se abrem no produto de alimentação saudável e produzido corretamente.

A ANATER tem como foco a qualificação, a desburocratização, universalização, valorização dos agentes de ATER e a ATER como um componente do desenvolvimento rural sustentável. Busca-se de fato uma reestruturação das entidades governamentais de ATER e estruturação do Sistema Nacional de ATER, nós vimos um período que não foi bom para as empresas que prestam assistência técnica e extensão rural, com todo o investimento que teve, houve alguns problemas na gestão, diversas empresas sucumbiram, as empresas públicas também ficaram um pouco desprotegidas de investimentos, houve uma grande mobilização, há uns anos atrás, para a reconstrução das empresas públicas de ATER, porém, se a gente for fazer uma fotografia do sistema de sistema público de assistência técnica e extensão rural brasileira hoje, ele é caótico e as empresas privadas também sucumbiram com a forma com que foram feitas as chamadas públicas, pois não atenderam plenamente. O que se busca é um novo modelo de parceria com as empresas públicas e privadas, vocês devem ter escutado Pacto pela Nova Ater que consiste em um novo modelo de infraestrutura e gestão, no dia cinco teve um grande evento onde nós demos os primeiros passos. A desburocratização na aplicação de recursos públicos de Ater, nós achamos o modelo e foi muito difícil trazer um novo, porque querendo ou não a ANATER começou através de um contrato de gestão e isso é muito importante, mas esse contrato de gestão não repassa recursos públicos e eles são rastreados até a sua última finalidade pelos órgãos de controle, então tem que ter uma segurança

decisão de construção de novos instrumentos de repasse recursos que dê segurança e agilidade, que desburocratize, que consiga pagar em tempo hábil as prestadoras de serviço, que consiga fazer aporte de recurso para os resultados daquelas que não serão feitas os pagamentos, e isso tudo foi construído, mais ou menos, no ano de 2016. A valorização do extensionista, o sistema Nacional de Gestão da Nova Ater, que se deseja uma plataforma unificada, Programa de “Ater de Qualidade” da ANATER (Credenciamento e Acreditação), desta forma, se espera que a ANATER chegue a ser, de fato, a entidade reguladora do sistema de ATER para que seja assegurado uma abrangência nacional e qualidade pelos serviços prestados pelas entidades prestadoras dos serviços de ATER. Hoje ela não tem um perfil de instituição reguladora, ela é promotora do desenvolvimento, muitas agências nacionais têm o caráter regulador e ela não tem isso, mas porque não buscar isso? Formação continuada de Gestores de ATER e Extensionistas e um planejamento estratégico. O nosso Planejamento estratégico ainda está por ser construído e isso que vai cuidar desses diversos segmentos, mas ainda não deu tempo, hoje nós somos vinte e poucos funcionários, a ANATER começou, no ano passado, com cento e quarenta funcionários e com o orçamento de cento e quarenta milhões, nós começamos com pouco e fomos construindo gradativamente, foi até bom, pois nós estamos fazendo as coisas na ótica da qualidade e da austeridade, mas a gente pretende chegar lá, então, nós ainda não temos o Planejamento estratégico, mas vamos abrir um processo seletivo para a contratação de especialistas para nos ajudar nessas áreas. O nosso organograma foi reduzido quando foi feito o contrato de gestão do ano passado e isso, querendo ou não, prejudicou muito a ANATER, esse ano o conselho de administração já está por apreciar um novo organograma que possa, de fato, nos estruturar, estamos com toda boa vontade com a SEAD, nessa parceria, o interesse deles é o mesmo de todos nós, disponibilizamos aos apoiadores, especialistas, os técnicos que têm contratos de gestão ATER, de monitoramento e avaliação para que a gente arranque agora, porque nós estamos prontos para arrancar.

Ali na apresentação está a nossa linha do tempo vai dar para vocês verem como nós estamos. Em dezembro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.897 que instituiu a ANATER, em maio de 2014 o Decreto que regulamentou a ANATER, em abril de 2015 foi desenhado o contrato de gestão ANATER e MDA, então quando era o MDA. Apenas em maio de 2016 foi feito o primeiro aporte de recursos da ANATER, ainda não tem um ano, então é isso que eu falo a ANATER não tinha como prestar um serviço se ela não estava materializada, em dezembro de 2016 nós recebemos um novo presidente, mas ficamos sem diretor técnico. Em janeiro deste ano, a diretoria da ANATER foi composta pela primeira vez e na apresentação está que em fevereiro de 2017 foi feito, pelo Conselho de Administração, a aprovação do Instrumento Específico que consiste em instrumento de contratação das empresas públicas de ATER, mas nós colocamos o termo contratação entre aspas, porque esse termo contratação que atribui à pagamento de recursos não existe mais, são termos de parceria onde a União cumprindo o seu papel institucional e constitucional de prestar assistência técnica e extensão rural, formam uma parceria com as entidades estaduais e afins para que os dois reúnam recursos para que prestem assistência técnica aos agricultores familiares. Então, muda-se todo um modelo de antes contratação, para um termo de parceria e ele foi aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro desse ano. Com as

empresas privadas mantem-se o modelo de chamamento público, mas nós estamos vendo novas formas de assegurar uma forma justa de contratação dessas instituições, que a gente possa não ser o convênio que tinha limitações para pagar por medições.

Nós queremos fazer um chamamento público, onde sejamos capazes de fazer uma antecipação de recursos e pagamentos parcelados conforme são entregues os resultados, então é um modelo novo e nós vamos começar a trabalhar isso a partir do mês que vem. É bem diferente, mas está tudo discutido com um caráter muito participativo, bateu e voltou várias vezes e se você mostrar isso para uma equipe de advogados que nunca viram de cara eles coloca o pé na parede e comenta que isso não existe, isso não pode, tais leis agem dessa forma, segundo a lei 866 a contratação só existe com convênio, chamamento público, mas nós estamos aparados pela Lei da Assistência Técnica e Extensão Rural, então pela Lei de criação da ANATER, que nos autorizou a criar um instrumento específico de fazermos termos de parceria e também nos autorizou a fazer um credenciamento próprio para esses termos de parcerias e contratações. No dia 05 abril de 2017 foi feito o lançamento do Pacto pela Nova ANATER teve uma assembleia ordinária da ASBRAER e lá foram assinados os primeiros pactos pela ATER, então as empresas públicas assinaram com a União, através da SEAD, esses pactos.

A Assinatura do Aditivo ao Contrato de Gestão. Vejam que aqueles três quadros que estão na apresentação estão pontilhados e isso significa que estão acontecendo nesse mês. O nosso regulamento de credenciamento foi aprovado semana passada pelo Conselho de Administração, ontem tinha uma equipe em reunião na região nordeste com todos os conselhos estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável daquela região e os delegados da SEAD da agricultura familiar, onde eles passaram por uma capacitação sobre as novas regras de credenciamento, que estão mais modernas e até mais flexíveis, permitindo novos ingressos e lá, com todos os estados do nordeste, foi assinados os termos de adesão dos Conselhos Estaduais, pois eles vão continuar fazendo esse controle dos credenciamentos e nós vamos aprimorar todos os controles sociais em todos os níveis e os delegados também participando de forma que dentre em breve, o sul nós já fizemos, ontem foi no nordeste, dia vinte e oito será na região sudeste, falta só agendar o centro-oeste e norte, para que desta forma, todas as regiões sejam contempladas.

Rogério Neuwald – Ricardo, eu te peço desculpa pela minha indelicadeza, mas nós sempre temos uma situação concreta e real nas nossas Plenárias. Por volta das dezoito horas a Sociedade Civil precisa se deslocar para o aeroporto, então eu queria saber se ainda tem muito tempo para você falar. Será que tem como esperar mais cinco minutos, pessoal?

Ricardo – Esse é o penúltimo slide e fique à vontade, Rogério, só de eu estar participando aqui com vocês já é uma honra, eu entendo que o tempo estourou. Bem, seguindo a apresentação, dentro desse mês nós vamos fazer os primeiros termos de parceria. As metas que nós temos, e é uma questão que merece atenção, pois nós ainda não somos os próprios gestores das metas, nós somos executores de recursos repassados pela SEAD, então nós ainda não temos metas próprias da ANATER para as chamadas, chamamentos ou termos de parcerias de agroecologia e produção orgânica, mas a gente fica com muito entusiasmo com o convite que eu escutei ali de

participar dessa discussão do PLANAPO, e é proposta da SEAD que todo recurso de ATER passe pela ANATER, então, nós temos que participar desse processo.

Nós temos em torno de dez mil famílias e temos, já negociados, com os aditivos assinados e tem uma equipe agora na ANATER discutindo isso, nós devemos estar com a meta em torno de cento e vinte mil famílias para o ano de 2017, mil e doze associações que são do Mais Gestão de cooperativas e formas associativistas e cinco mil extensionistas à serem capacitados. Agora fica aberto o contrato de gestão e pode ser aditivado à qualquer momento durante o ano, viu Rogério, então, eu não posso trazer aqui para vocês e talvez existisse essa expectativa, de falar que nós já temos uma proposta dentro da CNAPO, mas nós não temos, entretanto, estamos de portas abertas para acolher qualquer proposta que vocês tiverem. Eu deixo ali o meu email e meu telefone e estamos à disposição. Obrigado.

Rogério Neuwald – Na verdade, na lista de inscritos nós temos a Verônica e Giovane. Gostaria de te agradecer, Ricardo, no sentido de que esse é o espírito da CNAPO, promover diálogos para tentar aprimorar, qualificar e melhorar as políticas públicas. Geovane, fique à vontade.

Geovane – Eu sou Geovane da ONG Caatinga que atua no sertão de Pernambuco e estou aqui pela Rede Ater Nordeste, pela manhã a Generosa fez uma fala e entregou, inclusive Ricardo, às autoridades que estavam na mesa um ofício solicitando uma audiência da ANA, Articulação Nacional de Agroecologia, com a ANATER, a SEAD e o Incra. Nós debatemos isso no último seminário aqui em Brasília, que o Rogério fez referência, e que aconteceu em fevereiro, sobre a necessidade de conversarmos a respeito da ATER no Brasil e dos rumos que a ATER está tomando no Brasil. Nós nos interessamos muito saber como fica as organizações que mais de trinta anos, como foi dito, estão construindo a agroecologia, estão pautando e estão segurando, de fato, uma assessoria técnica que a gente fala da construção do conhecimento com as famílias agricultoras e que contribuimos, inclusive, para a construção da Política Nacional de ATER e participamos ativamente das duas Conferências de ATER que tiveram e as outras conferências que aconteceram nos estados, então, esse é apenas um elemento que traz a necessidade dessa nossa conversa, fora os outros vários pontos que seriam necessários a gente conversar, entender melhor e colocar, inclusive, alguns motivos e sugestões de como nós poderíamos estar contribuindo e caminhando nessa qualificação da ATER, como está sendo colocada pelo governo. Desta forma, eu gostaria de te entregar em mãos o ofício.

Rogério Neuwald – Mais alguma fala com relação a ANATER?

Verônica – Nós ficamos nervosos, porque como o Rogério já falou, quando chega esse horário fica bem complicado, mas eu queria dizer que foi muito pertinente trazer esse informe da ANATER e saber como está sendo desenvolvido e o que está acontecendo na ANATER. Porque eu quero informar que a ANATER tinha uma direção, então, você trouxe que a primeira direção em abril de 2017 e eu fazia parte do Conselho consultivo da ANATER indicado pelo CONDRAF. A companheira Beth, que teve que sair um pouco antes, fazia parte do Comitê Gestor em uma indicação de vários movimentos sociais para ter uma representação da Sociedade Civil de mulheres nesse comitê, então assim, houve toda uma construção em volta dessa ANATER e outra coisa que me chamou atenção, que foi colocado, um intenso fluxo de

participação que ficou esse foi e veio repetidamente e eu me questioneei, foi exatamente aonde? Onde existiu esse intenso movimento de participação nessa construção dessa nova roupagem da ANATER?

Houve um pacto com a ASBRAER, que é legítimo, mas eu acredito que pela diversidade que nós temos no Brasil e na execução da ANATER e toda a construção política que tem em torno desde a construção da Política de ANATER, de chamada de ANATER, das conferências, ele não é suficiente. Então, eu também queria ouvir sobre essas questões.

Rogério Neuwald – Mais alguma questão relacionada à ANATER? Então eu passo a fala para o Ricardo.

Ricardo – Verônica, o Conselho Nacional continua e eu creio que você ainda está fazendo parte dele. Ele não se reuniu em nenhum momento até então, porque houve um grande ato dentro da própria ANATER, ela ficou praticamente acéfala na maior parte do ano, então faltou, por um grande período, ato do presidente. Agora, e é o que eu ressaltai, em Janeiro se constituiu a diretoria da ANATER, então eu acho que esse tempo precisa ser recuperado. Nós tivemos que solicitar novamente a ratificação de nomes dos diversos componentes, até do Conselho de Administração, houve de fato uma desmobilização e isso criou essa dificuldade, mas com certeza nós vamos buscar essa participação social a qualquer custo, não quer dizer que está invalidado, mas foi um período que, de fato, prejudicou as ações da ANATER. No ano passado nós não chegamos a cumprir nem uma meta finalista, ela era pequena, ou seja, eram apenas dez mil famílias, mas não teve como fazer, agora o pacto pela ATER diz respeito somente às empresas públicas de ATER, nós continuamos totalmente a disposição e com o compromisso de atender à toda a demanda e todo tipo de instituição que participa dessa cadeia de Assistência Técnica e Extensão Rural, mas o que a gente precisa é isso.

Nesse caso todos precisam da ANATER, mas ela depende mais dos movimentos e dos próprios governos para se reestruturar e soerguer com todo o sistema de assistência técnica e extensão rural nacional, do que ela sozinha. Desta forma, eu creio que é o momento de estarmos aproximando, é muito importante nós participarmos de um fórum que possibilita um debate desse, nós temos que estar participando de tudo, até porque já é público que a própria SEAD anunciou que toda ATER irá passar pela ANATER, então, não é apenas das empresas públicas, é toda a ANATER propriamente dito. Dito isto, estou lá à sua disposição, se você quiser me dirigir uma consulta sobre o Conselho Nacional, a gente está à disposição para atendê-la e com maior brevidade para colocar tudo isso para funcionar novamente. Estamos lá à disposição, Verônica.

Verônica – É porque é bem contraditório que a ANATER tenha um conselho consultivo, tudo foi consultado menos o próprio conselho da ANATER, vocês estão entendendo como é bem contraditório? Porque se a ANATER tem um conselho consultivo e nós iremos passar por uma nova reestruturação, e nada contra essa reestruturação, mas qual o papel do Conselho consultivo a não ser consultado?

Ricardo – Eu gostaria de colocar a seguinte posição, pois a ANATER ainda não está nem construída, ela nem chegou a se construir para se reestruturar, então ela não está se reestruturando, primeiramente ela ainda está se compondo, não tem mudança de diretriz, de foco, da lei de criação, dos objetivos. Não está se

reestruturando e se eu falei isso e você entendeu assim, não foi isso que eu quis dizer, nós estamos muito mais preocupados em expandir e conseguir ter pernas para cumprir os nossos objetivos do que mudar nesse momento, ainda está muito precoce para isso.

Rogério Neuwald – Ricardo, nós agradecemos a sua participação, eu creio que foi esclarecedor e está encaminhada essa correspondência para vocês a partir da ANA, o contato direto com eles, para dar um retorno. Também foi encaminhada hoje, no período da manhã, para a SEAD essa mesma correspondência e mais uma vez nós agradecemos e ressaltamos que esse espaço também sempre está à disposição para debate e diálogo para que possamos trabalhar conjuntamente em prol da assistência técnica.

Ricardo – Rogério e Verônica, nós da ANATER é que agradecemos a oportunidade e estamos lá de portas abertas, e é o que eu falo, a expectativa que existe sobre a ANATER é enorme, o desafio que está conosco é muito grande e é saudável, porque ele é factível e nós sabemos que o Brasil dará conta disso e juntos nós vamos longe. Então a ANATER está à disposição de todos vocês e de portas abertas para fazer essa parceria. Obrigado e eu que agradeço o convite.

Rogério Neuwald – Obrigado mais uma vez.

Verônica – Eu aproveito para me despedir, se não meus companheiros e minhas companheiras irão me deixar e, Rogério, eu não sei quem fica, mas agora a maioria da Sociedade Civil sai, pois esse é o limite.

Rogério Neuwald – Obrigado. Nós vamos chamar Crelúcia Alves e a Margarete do Banco da Amazônia para falar sobre o Prêmio. A gente tem esse limite historicamente do horário e sempre acontece isso, mas de antemão, já deixamos como encaminhamento de que, como a Sociedade Civil se retirou em função dos voos e outros motivos que forçaram eles irem, nós propomos, e já que ainda tem alguns aqui, que vocês repassem materiais sobre para nós, para que posteriormente a gente possa encaminhar para a nossa rede de e-mails da Sociedade Civil o material disponível para que eles possam acessar isso. Para nós isso é importante que seja divulgado e mais uma vez pedimos desculpas.

Lúcia – Boa tarde a todos os presentes. Meu nome é Crelúcia, sou da assessoria institucional do Banco da Amazônia aqui em Brasília, na verdade esse trabalho e projeto foi elaborado encabeçado pelo nosso gestor que é o Oduval, que eu acredito que a maioria de vocês conhece o Oduval Neto, que é da gerência governamental do Banco da Amazônia, e como ele não pode vir devido à incompatibilidade de pautas, ele pediu para que eu viesse e transmitisse à vocês os nossos informes, que são: o Prêmio Professor Samuel Benchimol e Banco Amazônia de Empreendedorismo Consciente edição 2017. A edição 2017 é porque nós já estamos atuando com esses prêmios desde 2009, ou seja, o Banco da Amazônia é patrocinador do prêmio desde 2009, quer dizer, estão completando nove anos. Esse ano nós também estamos homenageando com o prêmio o aniversário de setenta e cinco anos do Banco da Amazônia e sessenta anos da Universidade do Pará, além do ano internacional do Turismo Sustentável e Desenvolvimento, então tem essas homenagens.

Eu tentarei passar bem rápido, porque a minha apresentação ficou um pouco grande, mas eu vou acelerar e algumas coisas nós vamos pular. Nós vamos falar da criação do prêmio, de forma bem rápida, dos objetivos, do cronograma e as categorias

que são importantes e no final eu irei falar do projeto, que consiste no projeto que o Banco da Amazônia elaborou que se chama “Amazônia, o berço da Agroecologia Brasileira”. O prêmio foi constituído pelo Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio (MDIC), o Banco da Amazônia e com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do SEBRAE, isso em 2009, e também teve o apoio do Ministério da Integração Nacional, Ministério da Ciência e da Tecnologia e Inovação e por meio do Instituto Brasileiro de Informações, Ciência e Tecnologia, e das Federações das Indústrias da Região Amazônica e Fundação de Amparo às pesquisas.

Existem vários objetivos e eu não irei elencar todos, porque depois eu irei mandar para vocês por e-mail, mas existem alguns objetivos que eu especifiquei, pois eu creio que são muito importantes. Um deles é promover a reflexão e propor ações sobre as perspectivas econômicas, científicas, tecnológicas, ambientais, sociais e de empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Desta forma, vem para contribuir com as políticas públicas do Governo Federal, que é uma das missões do Banco da Amazônia. Fomentar a interação permanente entre os setores governamentais, empresariais, acadêmicos, sociais. Ele também vai de encontro aos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O próximo slide fala sobre o cronograma e eu acredito que essa seja a parte mais importante. O cronograma é dividido em três fases e, na verdade, são dois prêmios, ou seja, é o Prêmio Professor Samuel Benchimol e o Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. Ao total são cento e vinte mil reais que o banco está aportando para esses dois prêmios, ou seja, sessenta para Cada um. A fase preparatória consiste nos contratos de patrocínio que o banco já organizou desde fevereiro de 2017, isso já está agendado e vai até a fase das inscrições. A fase das inscrições vai se iniciar agora no dia dois de maio e vai até o dia trinta e um de agosto, a solenidade de lançamento do prêmio será realizada em Manaus na sede da Federação das Indústrias e irá acontecer agora no dia dezanove de maio, então eu deixei o endereço do portal para quem quiser já colocar seus projetos para análise, que é www.amazonia.ibict.br, que é Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Qualquer pessoa pode participar física e jurídica desde que os projetos estejam alinhados com o desenvolvimento sustentável da região Amazônica, nós abrangemos nove estados e mais à frente eu mostrarei o mapa para vocês. O Banco da Amazônia está presente em nove estados e nós atuamos com cento e vinte e sete agências e dando apoio a mais de quatrocentos e cinquenta municípios na região, então, as pessoas que querem entrar com os seus projetos, a partir do dia dois o portal já estará liberado para que vocês postem os seus projetos.

Depois nós entraremos na terceira fase que é a avaliação, julgamento e a premiação, ou seja, é o processo de análise, de avaliação, de seleção dos projetos que se destacarem nas categorias, que eu irei apresentar para vocês quais são, e a comissão julgadora vai se reunir no dia dezanove de outubro de 2017 para fazer a escolha desses projetos, essa comissão é composta por representantes do Banco da Amazônia, por representantes da família do professor Samuel Benchimol, das federações, dos Institutos e acadêmicos, desta forma, ao todo são treze pessoas que formam a comissão para selecionar os projetos vencedores. Depois disso, tem a cerimônia de outorga do prêmio que também será realizada em Manaus no dia vinte e quatro de novembro.

Eu irei falar rapidamente das categorias do Prêmio Samuel Benchimol, o prêmio apresenta duas categoria, na verdade todos os dois prêmios eles apresentam duas categorias, cada prêmio é contemplado com uma premiação pecuniária de sessenta mil reais. A primeira categoria do Prêmio Samuel Benchimol consiste em projetos de desenvolvimento sustentável na região amazônica e essa é a premiação em dinheiro, ou seja, pecuniária, ele almeja contemplar projetos inovadores que resultam de estudos que consideram a conservação ambiental, a responsabilidade social e/ou a viabilidade econômica no convívio com ecossistema amazônico de forma racional e responsável. Dentro dessa categoria de projetos e desenvolvimento sustentável serão selecionados três projetos, o primeiro ganhador receberá trinta e cinco mil reais, o segundo ganhador receberá o prêmio de quinze mil reais e o terceiro colocado um prêmio de dez mil reais. Porém, digamos que não tem três projetos, não conseguimos contemplar três projetos, por exemplo, digamos que seja apenas dois, então o primeiro vai ganhar quarenta e cinco mil reais e o segundo quinze mil reais, e se for apenas um contemplado dentro dessa categoria, vai levar o prêmio todo que é sessenta mil reais.

A outra categoria são as Personalidades dedicadas ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, esse não tem a premiação pecuniária, mas tem a categoria honorífica com uma horaria e o objetivo é agradecer personalidades do meio empresarial e acadêmico, que se destacaram em prol do desenvolvimento sustentável.

No próximo slide nós falaremos das categorias do Prêmio Banco da Amazônia empreendedorismo consciente que também irá premiar duas categorias com o mesmo valor, contemplando com sessenta mil reais para a premiação da primeira categoria e a outra que serão três honorarias que também são sem premiação pecuniária. A primeira categoria é a Iniciativa do Desenvolvimento Local (IDL) para homenagear empreendedores que aplicam conceitos e práticas de economia criativa, que por sua vez é uma economia muito importante porque ela vai apoiar, trazer e valorizar as populações tradicionais, que são os ribeirinhos, indígenas, quilombolas, então é essencial, mas na verdade, na edição de 2016 já existia esse segmento de economia verde e criativa.

A economia criativa promoveu o consumo consciente, reciclagem, reutilização de produtos, uso de energia limpa contribuindo, assim, para a economia de baixa emissão de carbono e com grande foco na inclusão social. Agora, a novidade nessa categoria é justamente a inclusão da agroecologia e produção orgânica, que inclusive eu vou falar mais à frente, que é o projeto que o Banco da Amazônia elaborou que é importantíssimo, então essa edição traz esse diferencial e o Banco da Amazônia está totalmente empenhado em disseminar, enraizar, em levar o conhecimento, a cultura, porque nós sabemos que mudar a cultura não é um coisa fácil, pois exige tempo e dedicação, mas com apoio da nossa Diretoria, com o Oduval que tem um grande conhecimento na área de agroecologia, e desta forma eu acredito que nossa diretoria vai abraçar essa causa, vamos levantar essa bandeira e vamos conseguir levar em todos os setores, afinal o Banco da Amazônia existem amplos setores e nós vamos conseguir levar, seja na área de comunicação, marketing ou que seja na área negocial, nas divulgações de mídia da nossa revista. Inclusive, agora nós iremos lançar a revista que é a “Amazônia: Ciência e Tecnologia”, que o Banco da Amazônia já promove, e será lançada uma edição exclusiva para esse assunto e para essa

edição nós vamos contar muito com o apoio da EMBRAPA, porque ela já tem vários polos de agroecologia na região.

Desta forma, a principal mudança que aconteceu dentro dessa categoria em 2017 é justamente a agroecologia e a produção orgânica. Os projetos serão agraciados com os na mesma proporção do outro do Prêmio do Professor Samuel Benchimol, ou seja, serão sessenta mil reais, três projetos vencedores, o primeiro será contemplado com trinta e cinco mil reais, o segundo com quinze mil reais e o terceiro ganhador dez mil reais da mesma forma. E depois o prêmio Micro empreendedor da Amazônia, que é o prêmio Florescer, que irá contemplar o microcrédito e as empresas na Amazônia, essa será a categoria apenas honorífica, serão três honrarias para homenagear empresas e microempreendedores que promovam ações relevantes em prol do desenvolvimento da região norte. Antes de falar do projeto, eu queria falar para vocês sobre a missão do Banco da Amazônia que é promover o desenvolvimento sustentável da região por meio das políticas públicas, porque como nós somos banco de governo, nós atuamos com as políticas públicas do Governo Federal e levando a oferta de produto e serviço financeiro para a população amazonense. O Banco da Amazônia está presente em nove estados, como está na apresentação e eu não vou citar, pois vocês já conhecem, e incluindo o Maranhão e o Mato Grosso que estão de amarelo, porque ainda não abrange o nosso FNO, que é o nosso carro chefe que consiste no Fundo Constitucional do Norte, mas já tem um Projeto de Lei em tramitação que brevemente o FNO alcance o Mato Grosso e o Maranhão, mas nós também atuamos com fundos do BNDES, com recursos próprios e outros.

Falando do Projeto “Amazônia, Berço da Agroecologia brasileira” a ideia principal mesmo veio do Oduval, dentro da nossa gerência governamental, e depois de muitos debates foi criado o Plano, hoje ele está totalmente criado e está na diretoria com o nosso presidente justamente para que esse plano realmente venha cumprir o propósito de disseminar essa ideia. A motivação do projeto consiste em valorizar a agroecologia como fator indutor de práticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, capaz de promover a produção de alimentos saudáveis e de promoção da saúde humana, além de constituir um propósito específico e sensível à sociedade, ao mesmo tempo em perfeito alinhamento a sua missão institucional, a nossa missão é exatamente essa, de levar o desenvolvimento sustentável para a revisão norte toda, então esse projeto está em total alinhamento com a missão do Banco da Amazônia. Eu irei pular o conceito, porque vocês são conhecedores dos conceitos da agroecologia.

Esse projeto surge como um sonho idealizado a partir da leitura do artigo “promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersectorial” de autoria das pesquisadoras e professoras da Universidade de São Paulo (USP), que são as doutoras Elaine de Azevedo e Maria Cecília. Um marco histórico, por que em 2006 o Banco da Amazônia adotou a ideia de criar soluções para a Amazônia atingir patamares inéditos do desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente, então em 2016, ou seja, no ano passado, completou dez anos que ele fez esse compromisso de sustentabilidade com o Governo e com a Sociedade, por isso a palavra sustentabilidade está dentro da nossa missão, porque isso já completou dez anos de existência.

O projeto é associado com as iniciativas já existentes no banco, afinal, ele já vem atuando com essa responsabilidade socioambiental, com os projetos ambientais sustentáveis, então o banco já tem essa vertente, mas agora nós queremos intensificar com o alinhamento da Agenda 21 da Instituição que é elaborada em conformidade com a agenda 21 brasileira, que ainda está em vigor. E com as outras ações de governo, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Amazônia Sustentável (PAS), a Política Nacional de Agricultura Familiar, porque o banco também atua muito na agricultura familiar, no ano passado nós injetamos setecentos milhões de reais na região Amazônica e esse ano nós estamos com o orçamento previsto de quase quinhentos milhões para a agricultura familiar e isso é essencial para a produção de alimentos, pois nós sabemos disso, e a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais também, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/2015) e contempla a missão institucional e as políticas do governo federal, além de vários objetivos do desenvolvimento sustentável que o banco tem vários.

O projeto “Amazônia: Berço da Agroecologia Brasileira” vai ao encontro das estratégias de ações para reduzir as desigualdades intra e inter-regionais e contribuir para modificar o quadro de distribuição de renda no país, porque isso é muito importante para a nossa região que, infelizmente, às vezes fica aquém e nós precisamos induzir essa igualdade da nossa sociedade e da população amazonense, a partir do alinhamento com as políticas, programas e planos do governo federal. Este é o caso do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que vocês comentaram agora a pouco, e nós vimos uma parte desse debate. Irá possibilitar esse reavivamento, injetando novas possibilidades a serem agregadas ao que o Banco da Amazônia realiza em seu cotidiano. Nós falamos reavivamento, porque, na realidade, a gente vai precisar de apoio do governo, da diretoria, da sociedade, das empresas, dos acadêmicos, então é todo um conjunto, afinal, o Banco da Amazônia não trabalha sozinho, nós trabalhamos em grandes parcerias com a EMBRAPA, SUFRAMA, então nós temos grandes parceiros na região Amazônica, todos os municípios e, desta forma, para que isso aconteça, precisamos do apoio para que realmente seja um reavivamento, pois esse projeto é um sonho que nós queremos realizar e implementar dentro do Banco da Amazônia em todas as áreas, segmentos, setores e para isso nós precisamos implementar essa ideia no contexto geral.

O projeto traz uma visão estratégica muito interessante e promissora que nos próximos dez anos transformar a produção e pecuniária da Região em sistemas agroecológicos e conquistar credibilidade nacional e internacional, tornando-a a referência em produção sustentável e saudável para o Mundo, proporcionando a Amazônia o título de “berço da agroecologia brasileira”. Por que hoje a nossa região Amazônica já contempla 20% do território, segundo o Ministério da Agricultura são mais de setecentas e cinquenta mil hectares que já trabalham na produção de produtos orgânicos e a Amazônia contempla cento e sessenta mil hectares e isso corresponde a 20% e nós queremos que pelo tamanho e pela extensão da nossa Amazônia, a gente dê um impulso para que dê maiores resultados, ou seja, sair desses 20% e galgar planos maiores, essa é a nossa intenção.

Para que esse projeto aconteça, nós fizemos várias ações e que existe um cronograma à ser executado, que eu deixarei com vocês, e essas ações vão sendo

realizadas ao longo do tempo. Eu deixei algumas na apresentação, não irei citar todas, pois são várias, mas dentre elas está a realização de seminário, elaborar aquela cartilha educativa que eu falei para vocês sobre a agroecologia e promoção da saúde humana, o prêmio, que na verdade já é uma vertente que nós estamos implementando, então são várias ações que vão contribuir para a implementação desse projeto que, particularmente, eu achei fantástico. Eu vou finalizar deixando uma frase para vocês do nosso mestre Professor Samuel Benchimol, que nós admiramos muito porque ele foi o nosso mestre e contribuiu muito para o desenvolvimento da nossa região, “O mundo Amazônico deve ser economicamente viável, economicamente adequado, politicamente equilibrado e socialmente justo”, essa é a frase dele. Deixo aqui meu agradecimento à vocês, agradeço pelo convite, Rogério, e estamos a disposição. No ultimo slide tem nosso contato, nosso email e qualquer dúvida pode mandar email que nós respondemos. Muito obrigada à todos.

Rogério Neuwald – Nós que agradecemos a participação de vocês e creio que nós precisamos arrumar uma forma de trabalhar e sanar esse problema que foi o horário e etc, então no primeiro momento nós vamos pegar a sua apresentação e disponibilizar para todos os membros, pois nós temos uma rede que trabalha isso e teremos que fazer uma proximidade de vocês para conhecer esse projeto “Amazônia: Berço da Agroecologia Brasileira” que eu creio que é uma atividade que precisamos aprofundar e discutir, e mesmo com o quórum baixo eu já deixo para tentarmos...

Lúcia – Eu o tenho em pen drive e já deixo com a Luisa para ela distribuir.

Rogério Neuwald – Mesmo com o quórum baixo eu coloco na situação que na próxima reunião Plenária a gente discuta não o prêmio, mas esse projeto que eu acho que é fundamental para que a nossa comissão possa conhecer.

Lúcia – E nessa oportunidade provavelmente o Duval pode vir para maior esclarecimento.

Rogério Neuwald – É um compromisso nosso e se todos que estão aqui presentes concordarem e prometo que não será no horário das cinco horas da tarde. Você quer fazer mais alguma colocação.

Senhor que não identificou. Boa tarde, primeiramente gostaria de parabenizar pela iniciativa. Eu estava ali articulando com um grande homem da EMBRAPA e comemorando a existência desse projeto, concordo plenamente que esse encaminhamento está correto em nome da Sociedade Civil, pois só eu fiquei, e está aprovado. Além disso, nós estamos fazendo com a UnB um trabalho na região amazônica, no Mato Grosso lá em Guaratã do Norte, pertinho do Pará, fazendo um trabalho de cadastro ambiental a serviço do INCRA, mas pela Universidade federal. E nós fizemos um exercício, um trabalho que acaba logo, e eu volto para o Sul por eu ser de lá, de casar os cinco mapas das políticas públicas. Municípios com número de assentados, municípios com número de DAPs, municípios com acesso ao PRONAF, com acesso ao cadastro único, adivinha qual o mapa que coube em cima do outro certinho, o único mapa que combinou foi aquele que relacionava número de assentamentos com o número de atendidos pelo Bolsa Família. Isso é terrível. O mapa de número de assentados não coube no número de DAPS, não coube no número de acesso às políticas estruturantes. Então, pode ser um contexto apenas do norte do Mato Grosso, mas é terrível isso, pois é sinal que as políticas públicas estruturantes

não chegaram lá e um tipo de projeto e programa como esse vai ajudar, e muito, e desta forma nos colocamos a disposição para conversar.

Lúcia – Eu agradeço muito e depois vou pegar o seu contato.

Rogério Neuwald – Obrigado mais uma vez, Lúcia. Bom, nós temos uma pauta e vamos seguir com os guerreiros e guerreiras que estão aqui presentes e a Sociedade Civil nos dando o respaldo. Na verdade tem um ponto que é do Seminário que eu vou convidar o senhor Pavarino para também vir aqui, pois nós estamos organizando conjuntamente esses seminários, e também o Redim que é o representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul que é o produtor do seminário, nós sabemos que o quórum está extremamente baixo, mas eu acho que é importante nós deixarmos registrado, porque tudo que ocorre aqui e que é gravado, depois a gente degrava e fica no histórico da CNAPO ao longo do tempo.

Rapidamente eu irei colocar um pouco da ideia dos Seminários que surgiu desse debate dessa Plenária, isso vem sendo uma construção que vem desde 2015, se intensificou um pouco em 2016, a partir do segundo semestre, e traz esse caráter muito reivindicado aqui de divulgarmos, trabalharmos e integrarmos a política no nível das regiões. A nossa proposição é fazer cinco seminários durante esse ano e que a gente possa trabalhar em todas as regiões, também trabalhando naquela perspectiva dos ODS, a agroecologia e produção orgânica no médio prazo. Eu não irei me alongar muito, mas o fundamental é que teremos o primeiro no Rio Grande do Sul, eu vou passar a palavra para o Marco Pavarino, porque ele também falará do envolvimento com o nosso seminário, e deixo o final para o Redim para fazer a fala em relação à expectativa e esse envolvimento do Rio Grande do Sul nessa agenda.

Marco Pavarino – Obrigado, Rogério. O primeiro seminário será semana que vem será o da região Sul onde nós tivemos um envolvimento mais de perto em relação a proposta de metodologia, identidade visual, o conjunto de temas para que o seminário acontecesse também, obviamente sempre com articulação com a SDR do Rio Grande do Sul. Eu também acho importante a gente dizer que na linha da programação que nós temos para o segundo semestre e na reunião que nós tivemos ontem com representações dos estados, sendo boa parte dos estados do nordeste, mas também estava Mato Grosso, Amapá, se eu não me engano, muitos na tentativa de antecipar alguns discussões, porque assim, sofremos um pouco para esse tema do primeiro seminário em relação à demandas muito em cima da hora e a ideia é de que a gente faça, e eu acho que a CNAPO precisa conhecer também até para poder se integrar da comissão organizadora dos próximos seminários, pois é a SEAD e SEGOV que estão mais à frente apoiando, mas eu acho que é importante que toda a CNAPO possa também se envolver. Eu acho que é isso.

Redim – Boa noite a quem está resistindo bravamente. Nós estamos representando a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, em nome do Secretário nós parabenizamos a realização desse evento. Eu sou o chefe de gabinete da SDR e estamos ajudando na coordenação desse primeiro Seminário, que por sua vez é um seminário com limitação de participação, nós até temos algumas dificuldades de segurar a vontade que o pessoal tem de participar, tem mais instituições querendo participar do seminário, mas ele é bastante limitado, pois por ser o primeiro ele testará algumas metodologias, assim como foi

falado, ele será o piloto para os outros quatro seminários regionais que serão realizados no restante do país.

Nós estamos com um trabalho bastante forte e a expectativa para os seminários são as maiores possíveis, também estamos com a expectativa bem positiva da participação na abertura pelo governador do estado de modos que a gente não está nem apostado, pois acreditamos que o trabalho de agroecologia deve ser desenvolvido SEAD a vez mais forte e é por ai que nós teremos um equilíbrio nessa questão toda que a agricultura está passando. Trabalhamos muito com esses povos que precisam dessa forma de produção, então, vem preencher alguns dos programas que nós trabalhamos lá na Secretaria da SDR, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Eu agradeço ao Rogério pela possibilidade que nos deu de proferir uma fala bem rápida, não vou avançar muito, porque já estamos estourando o tempo.

Rogério Neuwald – Obrigado, Redim. Apenas mais um informe, também está comissão nacional, a Verônica do Nordeste que irá participar para ter um olhar do Nordeste sobre o desenho e o formato, assim como a Generosa do Rio de Janeiro do Sudeste. Nós gostaríamos de deixar registrado para vocês que serão cinco seminários, mas agora serão quatro, porque a região centro-oeste se manifestou em função de que a região tem o Congresso Brasileiro de Agroecologia e ela pediu para não realizar o seminário durante esse ano exatamente devido à grande demanda de trabalho e isso foi discutido ontem. Evidentemente que após esse primeiro seminário nós iremos fazer uma boa avaliação, nós iremos fazer uma boa crítica entre nós todos levando em consideração o aspecto do recurso que está colocado, tendo sido colocado por vocês e também pelo secretário, pois a partir do instante que nós estamos direcionando o dinheiro para o seminário, existem limitações de viabilizar as passagens, então esse é um debate interno e muito grande que nós faremos com a SEAD e com os demais parceiros, para vê como nós encaminhamos mais seminários. Afinal, o aprendizado desse primeiro, e digo com toda a tranquilidade do mundo, ele foi apresentado em um contexto dificultoso, nós tivemos muitas dificuldades de encaminhar devido o espaço de tempo e a limitação de recurso, isso foi uma coisa que nos prendeu muito para poder ter, efetivamente, um seminário.

A participação da Sociedade Civil está massiva, nós temos em torno de setenta e poucas pessoas, ou mais, da Sociedade Civil participando. O Rio Grande do Sul como sempre certamente terá um número maior de representação e a SEAD entrou com o apoio de passagens aéreas e passagens terrestres e nós entramos com o aspecto de hospedagem, alimentação e estrutura, enfim, para viabilizar esses seminários e o Rio Grande do Sul com o aporte logístico e também outros aspectos. Será o primeiro dos seminários que eu acredito que cumpre o papel que a CNAPO quer, ou seja, de divulgar, trazer e interagir com a política para que possamos avançar.

Redim, eu também peço mil desculpas para você, assim como para o pessoal do Banco da Amazônia, porque nós temos uma pauta sempre extensa e nunca conseguimos vencer ela e como eu coloquei para o pessoal da Sociedade Civil, a mesa compartilhada é uma coisa muito boa, mas não tem rigidez em relação as questões de tempo, etc., desta forma, acaba que a gente sendo sempre muito flexível e dando espaço para que as pessoas possa, efetivamente, se manifestar e que esse é

o principal papel de todos nós aqui, ou seja, é fortalecer o diálogo em prol da política de agroecologia e produção orgânica, em todos os sentidos da nossa comissão.

Agradeço aos corajosos e corajosas que estão presentes, a Luisa, sempre tem que fazer um agradecimento especial para ela em função da dedicação e do trabalho que nos apoia, assim como a Luz. Obrigado gente e muito obrigado ao apoio mais uma vez.